



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 31

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 13 de julho de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– [Voto de Congratulação aos jovens açorianos que conquistaram medalhas de excelência no Campeonato Nacional de Profissões Digitais](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação pelo estado da arte da investigação sobre o mar profundo nos Açores e respetiva comunicação ao grande público](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Ana Luís (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Nuno Barata (*IL*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação pelos 25 Anos de Ordenação Episcopal de D. António de Sousa Braga](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e usado da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) e o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário da implementação do Rendimento Social de Inserção](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira (*PSD*) e o Sr. Deputado António Lima (*BE*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Protesto contra a posição neutral do Governo Português na condenação da lei húngara que discrimina as pessoas LGBTI+](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) e usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Berto Messias (*PS*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi reprovado;

– [Voto de Pesar pelas vítimas das chuvas intensas do passado dia 25 de junho](#), apresentado por todos os Grupos e Representações Parlamentares.

Feita a apresentação pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (*Luís Garcia*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*) usou da palavra para fazer uma **comunicação do Governo Regional**, na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), Catarina

Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Pedro Neves (*PAN*).

Dando início à Agenda, discutiram-se em conjunto as seguintes iniciativas:

– [Anteproposta de Lei n.º 2/XII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”](#), apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Vânia Ferreira (*PSD*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Rodolfo Franca (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Rui Espínola (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Ana Luís (*PS*), bem como o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*).

Submetido a votação na generalidade, o diploma foi aprovado por maioria. Sujeito a novo escrutínio, não transitou para debate e votação na especialidade;

– [Anteproposta de Lei n.º 3/XII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Vânia Ferreira (*PSD*), Rodolfo Franca (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Rui Espínola (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Ana Luís (*PS*), bem como o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*).

Submetido a votação na generalidade, o diploma foi aprovado por unanimidade, tendo transitado, após novo sufrágio, para debate e votação na especialidade. Em votação final global, a Anteproposta de Lei n.º 3/XII foi aprovada por

unanimidade.

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), Flávio Soares (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*).

Submetido a votação, o diploma foi rejeitado.

Dando continuidade à Agenda, foi debatido o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII - “Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Carlos Silva (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e António Lima (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) apresentou o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII - “Regime de concessão de bolsa de estudos para a frequência de mestrado na área da formação de professores”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 12 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sejam bem-vindos. Desejo-vos uma boa semana de trabalho.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Vamos iniciar com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário. Faz favor.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Maria Isabel Góis Teixeira

Marta Ávila Matos

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Pedro Miguel de Medeiros do **Nascimento Cabral**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

Chega (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para esta manhã são os seguintes: o Governo dispõe de 30 minutos, uma vez que comunicou que fará uma comunicação política ao Parlamento; o Partido Socialista dispõe de 48 minutos; o PSD, de 40 minutos; o CDS dispõe de 16 minutos; o Chega, o Bloco e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos; a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem,

cada, de 10 minutos.

Vamos iniciar com a apresentação dos votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto é um voto de congratulação pelos jovens açorianos que conquistaram medalhas de excelência no primeiro campeonato nacional de profissões digitais. É apresentado pelo Partido Socialista. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Jovens Açorianos conquistam Medalhas de Excelência no 1.º Campeonato Nacional de Profissões Digitais – SkillsPortugal, Digital 2021

Decorreu, entre os dias 21 de junho e 09 de julho deste ano, o 1.º Campeonato Nacional de Profissões Digitais.

Ao longo daqueles dias, cerca de 250 jovens altamente qualificados competiram entre si, em 18 profissões digitais a concurso, com idades entre os 16 e os 35 anos.

Este evento, inédito e atento às grandes transformações, foi mais um momento para incentivar os jovens a qualificar-se e a progredir numa área de futuro que é também uma área do presente mundo digital em que vivemos.

As novas profissões de base tecnológica são estratégicas para o desenvolvimento da nossa economia, designadamente na promoção de bens e serviços transacionáveis, especialmente no contexto arquipelágico e ultraperiférico dos Açores.

De facto, o mundo de hoje possibilita que se trabalhe tão bem a partir dos Açores, como a partir de Lisboa, Londres ou Nova Iorque, por exemplo. Isso é importante que cada um de nós tenha bem presente esta noção. Porque, hoje em

dia, em muitas profissões não precisamos de sair da nossa terra para trabalhar no exterior da Região, numa grande empresa multinacional, por exemplo.

Assinala-se, por isso, a pertinência desta primeira edição do Campeonato Nacional de Profissões Digitais, que se constituiu como mais uma ferramenta para desenvolver os valores da Qualidade, da Criatividade, da Autonomia e do trabalho em Equipa dos nossos jovens. Seguramente novas edições seguir-se-ão.

É preciso sensibilizar os jovens, famílias, empresários e população ativa em geral para a relevância da formação como fator de aprendizagem ao longo da vida, de desenvolvimento pessoal, de promoção da inovação, de crescimento económico e de coesão social.

Esta competição também veio aumentar a notoriedade do nosso País e da nossa Região nos mercados externos, sempre atentos aos novos talentos, neste caso na área digital.

Foi neste enquadramento que os jovens Açorianos participaram na recente edição do Campeonato Nacional de Profissões Digitais, em que, a exemplo de campeonatos anteriores com características semelhantes, foram distinguidos pela excelência das suas prestações.

E isso é um motivo para destacar cada um destes jovens medalhados que conseguiram ouro, prata e bronze neste campeonato e elevaram assim um assinalável historial de muito bons resultados para a Região:

- Alexandre Medeiros Rangel e Diogo Medeiros Mendonça, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, em *Cloud Computing*;
- João Pedro Almeida, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, em Cibersegurança;
- Gustavo Azevedo dos Santos, da Escola Profissional da Praia da Vitória, em *Web Technologies*;
- Júlio César Figueiredo, da Escola Profissional da Praia da Vitória, em Desenvolvimento de Aplicações Informáticas Empresariais;

- Ricardo Jorge Figueira e João Pedro Câmara, da Escola EPROSEC, em Contabilidade e Gestão | CRM.

Estes resultados orgulham e prestigiam em muito a nossa Região e refletem todo um trabalho desenvolvido por estes jovens, formadores e dirigentes das escolas profissionais no seio do nosso sistema de ensino.

Isso significa, também, o esforço que, ao longo dos últimos anos, tem sido feito nos Açores em termos de formação profissional, sobretudo na qualificação dos jovens nas mais diversas áreas com a marca dos Governos do Partido Socialista. Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de julho, aprova um Voto de Congratulação aos jovens açorianos que participaram no Campeonato Nacional de Profissões Digitais – SkillsPortugal, Digital 2021 e que viram assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando o nome da nossa Região mais longe.

Esta congratulação é extensiva a todas as escolas profissionais envolvidas.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos jovens açorianos referenciados, às suas Escolas Profissionais e à organização do Campeonato Nacional de Profissões Digitais.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 13 de julho de 2021.

Os Deputados, Vílson Ponte Gomes, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Miguel Costa.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Flávio Soares, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação.

A presença de jovens açorianos neste tipo de campeonatos são exemplo de que também nos Açores temos jovens qualificados e que querem contribuir para o desenvolvimento económico e social da nossa Região.

É também a valorização das nossas escolas, algumas delas escolas profissionais, estas que, nos últimos anos, foram abandonadas e esquecidas, mas que devem ser sempre lembradas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos jovens com talento. Temos jovens que devem ser valorizados e reconhecidos.

Por isso, um bem-haja a todos os jovens que levam os Açores muito longe.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: Bom dia a todos.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto também é de congratulação. É apresentado pelo Bloco de Esquerda. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo estado da arte da investigação sobre o mar profundo nos Açores e respetiva comunicação ao grande público

De todas as características naturais, geográficas e culturais que fazem dos Açores um lugar único, a sua proximidade ao mar profundo é, provavelmente, a mais desafiante e ao mesmo tempo promissora no contexto atual global.

Considera-se como mar profundo o ambiente oceânico situado a mais de 200 metros de profundidade. O mar profundo alberga formas de vida muito peculiares e ecossistemas que são ao mesmo tempo extraordinariamente resistentes às condições extremas onde se situam, e extraordinariamente frágeis em relação a certas formas de ação humana.

Neste ambiente, as condições de luz, energia, pressão, temperatura e oxigénio são muito exigentes para a sua investigação e exploração, tendo vindo a adiar o sonho humano de conhecer aquela que é a maior extensão do planeta que habitamos. Conhecemos mais sobre a superfície da Lua e de Marte do que sobre o mar profundo. No entanto, a ciência já comprovou que os ecossistemas de profundidade são de uma enorme importância para o equilíbrio ecológico do oceano e, por extensão, de todo o planeta, tendo chegado também à conclusão que o primeiro passo para poder conservar estes ecossistemas é conhecê-los.

Nos Açores, a descoberta de novas espécies e de novos ecossistemas como as florestas de corais e fontes hidrotermais; a conceção de novos meios de exploração como os submarinos Lula e Lula 1000 ou a muito recentemente criada câmara low-cost AZOR para a documentação dos ambientes do mar profundo; o estudo dos riscos e ameaças antropogénicas como os impactos da

pesca e da poluição por plástico; a criação de estratégias inovadoras de conservação dos ambientes marinhos como a proteção para fins científicos desenvolvida no monte submarino Condor; o desenvolvimento de experiências laboratoriais com organismos de profundidade; sem esquecer a capacidade de comunicação e divulgação deste conhecimento, têm posto a Região na linha da frente do estado da arte da ciência marinha a nível internacional. Este corpo de trabalho comprova a excelência do conhecimento acumulado, do rigor e do empenho de um conjunto muito alargado de pessoas, ao longo de muitos anos, que importa valorizar.

A 20 de abril do corrente ano, foi lançada, pelas Nações Unidas, a Década da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de mobilizar cientistas, gestores, políticos e sociedades para a proteção do oceano e para a consciencialização das populações de todo o mundo sobre a sua importância.

A Região Autónoma dos Açores pode e deve assumir um papel central nesta demanda da humanidade. Não apenas pela sua localização privilegiada como ponto de acesso rápido ao mar profundo, mas sobretudo pela capacidade da sua comunidade científica, demonstrada nas últimas décadas, que urge incentivar através de um investimento sério na formação dos estudantes, nas carreiras profissionais dos investigadores, na capacitação técnica dos centros de investigação e no financiamento de projetos de pesquisa de interesse para a Região.

Reconhecer o trabalho que tem sido desenvolvido e o enorme potencial que os Açores apresentam neste campo implica o compromisso político de considerar esta atividade como uma das linhas estratégicas prioritárias para o futuro dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe que a Assembleia Legislativa aprove um Voto de Congratulação pelo estado da arte da investigação sobre o mar profundo nos

Açores e respetiva comunicação ao grande público.

Propõe-se ainda que deste voto seja dado conhecimento ao Instituto do Mar, à Universidade dos Açores, ao Centro de Investigação Okeanos, à Fundação Rebikoff-Niggeler e ao Observatório do Mar dos Açores.

Os Deputados, António Lima e Alexandra Manes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação, apresentado pelo Bloco de Esquerda, enaltecendo, sobretudo, a capacidade de investigação que os Açores têm no que diz respeito à investigação sobre o nosso mar. A nossa localização privilegiada, a meio do Atlântico Norte, a extensa zona marítima em que nós temos a possibilidade, neste caso, de mergulhar, faz com que nós tenhamos a obrigação de liderarmos, no que diz respeito a esse campo de investigação, as melhores técnicas para apurarmos, efetivamente, a realidade da existência de uma vivência subaquática, que nos é próxima e que nos pode distinguir a nível internacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, por isso, qualquer incentivo que é dado, qualquer reconhecimento que é feito ao trabalho que tem sido desenvolvido por essas equipas, tem que ser, naturalmente, um trabalho e um reconhecimento expresso. Como tal, associando-nos ao voto de congratulação do Bloco de Esquerda, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata também salienta e reconhece todo este trabalho desenvolvido.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O Partido Socialista naturalmente que se associa também a este voto de congratulação, oportunamente apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Para além de todas as atividades descritas neste voto, eu salientava também um projeto que, ainda, no início deste ano, o Centro de Investigação Okeanos, da Universidade dos Açores, garantiu ao nível do financiamento do projeto Eurofleets+, do Horizonte 2020, para, exatamente, proceder a uma expedição científica nas zonas de mar profundo, tendo como líder da missão o investigador Telmo Morato, numa investigação que pretende conhecer e aprofundar o conhecimento das zonas desconhecidas da Dorsal Meso-atlântica, que decorreu durante 17 dias.

Este projeto, cofinanciado por fundos comunitários, é também o reconhecimento do trabalho imenso realizado agora pelo Centro de Investigação Okeanos, mas também pelo Instituto do Mar dos Açores e pelo próprio Departamento de Oceanografia e Pescas, que têm dado um contributo, que de todos nós merece o reconhecimento, para o conhecimento que temos vindo a obter ao nível do mar profundo.

Para os Governo do Partido Socialista, o mar dos Açores também constituiu sempre uma prioridade, reforçando, ao longo dos anos, o papel dos Açores nos palcos nacionais e internacionais, enquanto centro de excelência nas áreas da investigação e fomentando o trabalho em rede e em parceria com as principais instituições europeias e internacionais na área de investigação do mar profundo, um investimento que, no entanto, nunca descorou o compromisso e a defesa intransigente da sustentabilidade do nosso mar e da responsabilidade na gestão da sua exploração.

Este é um património do Governo do Partido Socialista. E acreditamos que a defesa do nosso mar, que o aprofundamento do conhecimento, como refere o voto e muito bem, daquilo que ainda está por descobrir e conhecer, será, naturalmente, também, mantido pelo atual Governo, para que, efetivamente, os Açores continuem este percurso de renome internacional, ao nível do que melhor se faz na investigação e na ciência referente ao mar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo CDS, o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda, porque, efetivamente, aquilo que está aqui descrito acerca das missões e dos projetos de investigação que entretanto decorreram e que trouxeram à luz do dia ecossistemas prístinos, muitos deles, e do absoluto desconhecimento da comunidade científica e, logo, do público em geral, são, efetivamente, um património não de qualquer Governo, mas um património destes investigadores, que esses, sim, são os que potenciam e projetam o nome da Região na comunidade científica além fronteiras.

São estes investigadores que, efetivamente, devemos acarinhar, dando condições para que eles possam aqui desenvolver o seu trabalho, porque, do ponto de vista de persecução de objetivos e, no fundo, da captação de fundos, estes investigadores são, efetivamente, autossuficientes, porque eles conseguem captar para a Região financiamento, que não só paga os seus salários, mas como permite dar estes passos de gigante sobre aquilo que é a descoberta e o conhecimento do mar profundo dos Açores, com um contributo que é inestimável para a ciência, e que esperamos também que possa fazer dos Açores

um exemplo e um ponto fundamental, tanto na conservação dos oceanos, como também no conhecimento, para que se possa desenvolver uma economia que seja, em si, sustentável e que possa manter esse equilíbrio entre a defesa e proteção de ecossistemas e também o desenvolvimento económico das nossas comunidades.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal, como não podia deixar de ser, vai associar-se a esse voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Já algumas vezes aqui falamos das nossas preocupações sobre a exploração do mar profundo, sobre o conhecimento do mar profundo. E este é um daqueles assuntos que nos merece não só respeito e consideração, mas que nos suscita preocupação e especial atenção.

Na verdade, foi o nosso país, foi Portugal que deu ao mar a dimensão que ele tem hoje, como todos sabemos. E os Açores têm, nesse histórico, a importância que também todos reconhecemos e que internacionalmente assim é reconhecido também. No entanto, sabemos que há apetites internacionais sobre o nosso mar profundo. E, portanto, há que estar atentos sempre a esses apetites e a esses desideratos, que nem sempre são a favor, nem das nossas ilhas, nem das nossas gentes. Por isso, quanto mais conhecermos aquilo que temos, certamente melhor saberemos defender perante as investidas internacionais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação. É apresentado pelo CDS-PP. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 Anos de Ordenação Episcopal de D. António de Sousa Braga

D. António de Sousa Braga, Bispo Emérito de Angra, celebrou no passado dia 30 de junho os 25 anos da sua Ordenação Episcopal, assinalados com uma celebração na ilha de Santa Maria, a sua terra natal.

A devoção que nutre pela Santíssima Virgem Maria fê-lo escolher a Ermida de Nossa Senhora de Fátima, no Alto das Feteiras, freguesia de São Pedro, concelho de Vila do Porto, para celebrar a missa comemorativa das suas Bodas de Prata Episcopais. Esta escolha demonstra a sua ligação à terra e às tradições, evidenciando o desejo de voltar a este lugar sagrado, no qual, ao cimo de uma escadaria de 150 degraus (cada um representando uma das contas do Rosário, correspondente a uma “Ave Maria”) e 15 patamares (cada um representando um dos Mistérios do Terço, correspondente a um “Pai Nosso”), foi erguida a primeira ermida em honra da Virgem de Fátima fora da Diocese de Leiria, no seguimento da Capelinha das Aparições na Cova da Iria.

As comunidades cristãs marienses quiseram perpetuar a celebração das Bodas de Prata Episcopais de D. António de Sousa Braga com o descerramento de

uma placa comemorativa do acontecimento. Na celebração eucarística a que presidiu, D. António de Sousa Braga destacou a forma como entende a sua vocação: “tudo é graça de Deus”, que nunca o abandonou e esteve sempre a seu lado.

António de Sousa Braga nasceu a 15 de março de 1941, na freguesia de Santo Espírito, ilha de Santa Maria, nos Açores, o quinto de 10 irmãos. Filho de Maria Leandres Braga e de João de Sousa Braga, carpinteiro de profissão que também se dedicava à agricultura e à pecuária, António de Sousa Braga iniciou os seus estudos em 1949 na Escola Primária de Santo Espírito, a qual, em junho de 1996, passou a designar-se Escola EBI D. António de Sousa Braga.

Ingressou, em maio de 1954, no Seminário dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus, no Funchal, onde frequentou os 1.º e 2.º ciclos liceais. Posteriormente, frequentou o 3.º ciclo no Colégio Missionário Sagrado Coração de Jesus, em Coimbra.

Em setembro de 1961, iniciou o Noviciado em Aveiro, na Casa do Sagrado Coração, e, no ano seguinte, fez a primeira Profissão Religiosa na Congregação dos Sacerdotes do Coração de Jesus, também designados “Dehonianos”.

De 1962 a 1964, frequentou o curso de filosofia em Monza, na região da Lombardia em Itália e, após um estágio de vida religiosa em Portugal, frequentou, de 1966 a 1970, o curso de teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana.

A 17 de maio de 1970, dia de Pentecostes, o então diácono dehoniano António de Sousa Braga foi ordenado padre pelo Papa São Paulo VI, em Roma. Na mesma década, iniciou um percurso de colaboração na formação de jovens religiosos dehonianos, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, em Alfragide. Foi eleito Superior Provincial dos Sacerdotes do Coração de Jesus quando tinha 35 anos, a partir de 1976 e por dois mandatos. Em maio de 1991, foi eleito Vice-Superior Geral da Congregação.

A 9 de abril de 1996, o Papa São João Paulo II chamou-o ao episcopado,

nomeando-o 38.º Bispo de Angra. Foi assim ordenado bispo no dia 30 de junho de 1996, na Sé de Angra, por D. Aurélio Granada Escudeiro, a quem sucedeu. Foi a primeira vez na história da Diocese de Angra que, cumulativamente, um bispo nomeado para a diocese era natural do arquipélago (embora seja o segundo Bispo de Angra natural das Ilhas).

Em novembro de 2015, por ocasião dos 481 anos da criação da Diocese de Angra, o Município de Angra do Heroísmo entregou a D. António Sousa Braga a chave de honra da cidade e o título de cidadão honorário.

D. António Sousa Braga exerceu as funções de Bispo de Angra até 15 de março de 2016, quando, completados 75 anos de idade, o Papa Francisco aceitou o seu pedido de resignação.

A 17 de maio de 2020, o Bispo Emérito da Diocese de Angra assinalou os 50 anos de ordenação sacerdotal. As suas Bodas de Ouro Sacerdotais foram assinaladas com uma celebração em Lisboa e com a publicação de um livro com testemunhos sobre o seu percurso de vida e que pretende ser uma “memória agradecida para o futuro e que bebe das raízes do ser humano, espiritual e pastoral de D. António”, recordando as funções que desempenhou como professor, sociólogo, formador, Superior Provincial e Conselheiro Geral na sua Congregação.

Depois da sua resignação de Bispo de Angra, D. António regressou à sua congregação, em Lisboa, onde continua a contribuir para a formação de jovens para a Fé. De acordo com declarações do próprio, proferidas recentemente em entrevista à Rádio Igreja Açores, continua a exercer o seu ministério, orientando a sua vida em função da sua comunidade religiosa e celebrando todos os dias a Eucaristia, o “*centro do seu dia*”, tendo “*por companheiro o Breviário, sobretudo as leituras do Ofício de Leitura*”. Questionado sobre os desafios da Diocese de Angra, D. António realçou mais uma vez a importância da formação, afirmando que “*o Seminário é o principal desafio, pois é ali que se formam os futuros Sacerdotes*”.

No passado mês de junho, o Papa Francisco dirigiu-lhe as seguintes palavras: “Ao Venerável Irmão, António de Sousa Braga, SCJ, Bispo Emérito de Angra, que celebra o jubileu episcopal, bodas de prata de ordenação, agradecemos o diligente empenho exercido com amor e a solicitude apostólica pelo rebanho guiado por boas obras, para formar na concórdia, na unidade e na promoção da pessoa humana o Povo de Deus, alimentado pela prudência do coração, dando constantemente testemunho do amor ao Coração de Jesus.”

Com 80 anos de idade, D. António de Sousa Braga cruzou-se com quase todos os papas da segunda metade do século XX em diante. Tido como um pastor próximo e atento, a maioria dos seus pares salienta a sua humanidade vivida como serviço simples e humilde, e a sua ação pastoral muito marcada pela Doutrina Social da Igreja, com forte sentido de participação cívica, amplamente reconhecido pela sociedade açoriana.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação a D. António de Sousa Braga, Bispo Emérito de Angra, pela celebração dos 25 Anos da sua Ordenação Episcopal.

Deste voto deve ser dado conhecimento a D. António de Sousa Braga, Bispo Emérito de Angra, à Diocese de Angra, à Conferência Episcopal Portuguesa e à Congregação dos Sacerdotes do Coração de Jesus.

Muito obrigado.

Os Deputados, Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação

apresentado pelo CDS.

Para além de tudo o que já foi aqui descrito aquando da leitura do voto, que descreve num curto espaço de tempo a vida rica do percurso do nosso D. António de Sousa Braga, gostaria de referir que D. António de Sousa Braga, um ilustre mariense, nascido e criado na freguesia de Santo Espírito, muito frequentemente continua a deslocar-se à ilha de Santa Maria para poder usufruir da sua terra, das suas gentes, da sua cultura, das suas raízes, da sua família. É um mariense ilustre, que muito nos honra, que leva sempre Santa Maria e os Açores no coração.

D. António é aquilo que se pode dizer um homem bom, sem deixar de ser assertivo, justo e interventivo na sociedade. E demonstra tudo isso junto daqueles que o rodeiam.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, como já disse, a este voto de congratulação, fazendo votos que possamos, ainda, durante muito tempo, poder privar com D. António, poder usufruir da sua companhia, poder aprender com ele e aprender, essencialmente, os seus valores, o seu espírito de missão e a sua humildade.

Obrigada.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se, com empenho e com convicção, a este voto de congratulação, apresentado pelo CDS-PP, pelos 25 anos de Ordenação Episcopal de D. António de Sousa Braga.

D. António de Sousa Braga foi Bispo de Angra e Ilhas dos Açores durante cerca de 20 anos. Durante este tempo em que esteve connosco, entre nós, cumpriu aquilo que efetivamente se espera e o povo dos Açores necessita de um bispo:

atenção, carinho, preocupação.

D. António de Sousa Braga foi um exemplo vivo e é um exemplo vivo do que é servir, do que é estar ao lado dos cristãos e dos cidadãos dos Açores, sobretudo em épocas em que passamos por algumas tragédias, como foi o sismo do Faial em 98, ou a tragédia da Ribeira Quente em 97. D. António de Sousa Braga esteve ao lado de todos nós nos bons e nos maus momentos.

E esta postura de serviço, de humildade, de estender a mão, que D. António de Sousa Braga sempre estendeu às nove ilhas dos Açores, merece, de facto, que nós reconheçamos aqui este voto de congratulação pelos 25 anos da sua Ordenação Episcopal.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Partido Socialista, pelo 25.º aniversário da implementação do Rendimento Social de Inserção. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo 25º Aniversário da implementação do Rendimento Social de Inserção

A ideia de integrar a noção de exclusão social nas políticas da União Europeia está desde logo refletida na Carta Social Europeia de 1961 e nos documentos subsequentes, designadamente, na Carta Comunitária dos Direitos Sociais dos Trabalhadores, de 1989, e, já mais recentemente, na Carta Europeia dos Direitos Sociais, proclamada em 2000.

Na década de 70, num contexto pós crise marcado pelo agravamento das desigualdades sociais em toda a Europa, surgem também em Portugal preocupações sociais e a necessidade de construir um Estado Social num país historicamente débil nesta dimensão.

Foi assim que, no início dos anos 80, começaram a aparecer os primeiros estudos sistemáticos sobre a pobreza no nosso país. Em 1990, foram nomeados os Comissários da Luta Contra a Pobreza e criado o Programa Nacional da Luta Contra a Pobreza, seguindo as recomendações do Programa Europeu e da Comissão Europeia. Em 1996, sendo Primeiro-Ministro o Eng. António Guterres (atual Secretário-Geral da ONU) foi criado o Regulamento do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e, em julho desse mesmo ano, instituiu-se o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), hoje conhecido como Rendimento Social de Inserção (RSI).

O então denominado Rendimento Mínimo Garantido (RMG) surge como resposta a uma recomendação do Conselho de Ministros da União Europeia de 1992 para que os Estados-membros reconhecessem o direito de todos os cidadãos viverem com dignidade e que, para o efeito, criassem recursos e prestações sociais.

Começa por ser uma prestação social do regime não contributivo da segurança social, ou seja, destinada às pessoas e às famílias em pobreza extrema e sem recursos financeiros, que pela sua natureza não dependia da realização de descontos para a segurança social.

Além da parte financeira, incluía um programa de inserção social, de modo a

potenciar uma progressiva inserção social e profissional.

“Tratou-se provavelmente da primeira abordagem global para dar uma nova dinâmica à política social, nomeadamente ao tentar ultrapassar a enraizada tradição que consistia em promover uma mera assistência social discricionária em Portugal.”

O Rendimento Mínimo Garantido e as Redes Sociais corporizaram o que se veio a designar como “Nova Geração de Políticas Sociais”.

O nosso país conheceu com essa medida uma nova forma de fazer ação social, apoiada no desenvolvimento de competências e na autonomia dos cidadãos. Teve como grande inovação a participação ativa de um crescente número de parceiros privilegiando a adequação e implementação de políticas sociais numa base territorial através da criação de Comissões Locais de Acompanhamento (CLA). O combate à pobreza assumiu por esta via uma responsabilização e expressão coletivas, nomeadamente através da participação da população e instituições em projetos e medidas de política, e também nos mecanismos de coordenação e governação.

Esta medida e um conjunto de outras, entretanto implementadas, tinham como propósito promover o direito ao trabalho e a um rendimento mínimo, mas também promoviam o direito à educação, à formação, à saúde, à habitação, valorizando a igualdade de oportunidades, combatendo ativamente as desigualdades e a fragmentação social.

Durante o primeiro ano de implementação, entre 1996 e 1997, o RMG funciona em regime de projetos-piloto em várias freguesias do país, junto de desempregados de longa duração e beneficiários da ação social, e só depois é alargado a todo o continente e ilhas.

A fase experimental arrancou com 61 projetos-piloto em 195 freguesias, beneficiando 8749 famílias, num total de 32 728 pessoas, tendo também aderido 13 organismos públicos, 126 câmaras municipais e juntas de freguesia, 105 instituições particulares de solidariedade social, misericórdias, mutualidades e

outras associações sem fins lucrativos, uma associação sindical e três associações empresariais.

Posteriormente, quando é alargada a todo o país, a medida é incluída no Orçamento do Estado de 1997 com uma dotação de cerca de 127 milhões de euros.

Em 2003, é revogado o RMG e substituído pelo Rendimento Social de Inserção (RSI), que passa a estar incluído no subsistema de solidariedade, mantendo o valor pecuniário e o programa de inserção.

A entrada em vigor da renovada prestação social traz alterações nas condições de elegibilidade, na contabilização dos rendimentos e no conceito de agregado familiar.

Ao longo destas duas décadas e meia a prestação foi sofrendo várias alterações, com significados operacionais e na sua abrangência, quase sempre associadas a ciclos políticos, nomeadamente as que ocorreram em 2010, 2012 e 2016, que alteraram o valor de referência e introduziram a condição de recursos.

Ao longo do tempo, ainda que com alterações na forma e no momento da contratualização, um dos aspetos mais marcantes desta medida é sem dúvida o Programa ou Contrato de Inserção. Atualmente, esse contrato pressupõe um conjunto coerente e articulado de ações, faseadas no tempo, é concebido de acordo com as características e necessidades de cada agregado familiar beneficiário do RSI. Este programa é negociado e acordado entre o agregado familiar e os Núcleos Locais de Inserção (NLI), de modo a promover a criação de condições necessárias à sua gradual autonomia e consequente inserção social.

Deste modo, o contrato de inserção (CI) traduz-se em: ações de inserção definidas em consonância com a situação e as características dos beneficiários; apoios e medidas de inserção; direitos e deveres do titular, bem como dos elementos do seu agregado familiar e ainda medidas de acompanhamento do cumprimento do contrato de inserção. No caso de reunirem condições para

trabalhar, o cumprimento do contrato de inserção pressupõe uma disponibilidade ativa para o emprego, o trabalho socialmente necessário, atividade socialmente útil, formação profissional ou outras formas de inserção que se mostrem adequadas.

O RSI é atualmente uma medida do sistema não contributivo, sujeita a condição de recurso que combate a severidade da pobreza, assente numa componente pecuniária e de inserção social, ou seja, a prestação e o programa de inserção. Trata-se de uma medida de política inclusiva que tem como objetivo último contribuir para o combate à pobreza e à exclusão social. Desde 2003, altura em que o RMG deu lugar ao RSI, já passaram pela medida mais de 1 milhão e 200 mil beneficiários.

Segundo os dados mais recentes do Instituto de Segurança Social, relativos ao mês de maio deste ano, existiam 217 973 pessoas a receber esta prestação social, um apoio que abrange mais de 100 mil famílias no nosso país (102 545). Trata-se de uma prestação com diferença de género, já que são sobretudo as mulheres que a recebem, havendo 113 509 beneficiárias contra 104 464 beneficiários. A faixa etária com maior peso é a das crianças até aos 18 anos, que representa cerca de um terço dos beneficiários. O valor médio da prestação por pessoa está nos 119,45 euros e nos 262,18 euros por família.

De 2019 para 2020, o arquipélago açoriano registou uma queda de 793 beneficiários da prestação ainda vulgarmente conhecida como rendimento mínimo (em 2019 era 15 386 e em 2020 eram 14 593).

Também nos Açores esta medida foi estrutural no combate à pobreza e exclusão social, atuando como indutora do combate ao abandono escolar e promotora da capacitação, potenciando a integração de homens e mulheres no mercado de trabalho, atuando de forma decisiva no aumento da taxa de atividade feminina.

Conscientes da importância da promoção da empregabilidade para a inclusão dos beneficiários, a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 incluiu um conjunto de ações dirigidas a este público, com

resultados muito animadores.

Sem prejuízo do que representou e representa o RSI em termos de inflexão nas políticas sociais e de ganhos na redução da severidade da pobreza e promoção da igualdade de oportunidades, por exemplo, em matéria de educação, de capacitação e integração no mercado de trabalho, o caminho percorrido não é um caminho acabado.

Nesta altura, os especialistas defendem que é bem evidente a necessidade de reforçar o Estado Social. É também inquestionável o mérito do RSI. Mas acreditamos que, como o defende o Professor Carlos Farinha Rodrigues, passados 25 anos, esta medida deve ser repensada, “precisa de ser reajustada aos novos tempos, precisa de ser consensualizada e precisa de ser explicada”. Defende ainda: “Numa altura em que ao nível da União Europeia se estão a dar passos na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em que uma medida como o rendimento mínimo é estruturante desse pilar, acho que é necessário fazer uma discussão do que é o nosso RSI, o que é preciso fazer para o melhorar, o que é preciso fazer para lhe retirar esta capa negativa que muitos lhe puseram em cima e este é o momento para pensarmos nisso”.

Essa avaliação deve resultar em alterações que aumentem a eficácia desta prestação social, assegurando que ela seja dirigida às pessoas que de facto necessitam e que tenha resultados, não só na parte da transferência de recursos, mas também no processo de inclusão na sociedade.

Os últimos 25 anos demonstram que o Rendimento Social de Inserção continua a ser uma ferramenta válida para não deixar ninguém para trás, como temos vindo a defender.

Assim, tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, propõe o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o 25.º aniversário da implementação do Rendimento Social de Inserção, anteriormente

conhecido como Rendimento Mínimo Garantido, pelo importante papel no combate às desigualdades socioeconómicas e à pobreza extrema no nosso país e, em concreto, na Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Assembleia da República, ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, ao Instituto da Segurança Social e ao Instituto da Segurança Social dos Açores.

Obrigada.

Sala das Sessões, Horta, 13 de julho de 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Miguel Costa.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Vânia Ferreira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação, reconhecendo que esta é uma política ativa de combate à pobreza e à exclusão social.

O facto de eu ter trabalhado em contacto direto com esta população tornou-me particularmente sensível em compreender as dificuldades do dia a dia de muitas destas pessoas que, infelizmente, não conseguem autonomizar-se, tendo de recorrer a esta prestação.

É bem necessário tirar esta capa que colocaram em cima destas famílias, pois muitas delas recorrem a esta medida não porque querem, mas porque realmente precisam. E para muitas delas, este é unicamente um complemento à precariedade que vivem. E não vivem só na dependência desta medida.

Reconhecemos que esta é uma medida ativa de combate à pobreza e à exclusão social, com impacto positivo.

Grande parte da população carece de uma intervenção mais próxima, mais abrangente e continuada, de forma a promover a gradual autonomia e a consequente inserção social destas famílias.

O que é facto é que este Governo tem dado já largos passos de forma a amenizar estas desigualdades. E vai continuar a fazê-lo tendo sempre em conta os mais fragilizados.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se a este voto, apresentado pelo Partido Socialista, de congratulação aos 25 anos do Rendimento Social de Inserção.

Uma medida que, ao longo destes anos, com diferentes nomes até, com diferenças de concretização, é certo, tem contribuído de forma decisiva para a mitigação daquela que é a pobreza mais extrema que temos no nosso País e na nossa Região. Não só para a mitigação desta pobreza, mas, também, como também é referido no voto, para o combate ao abandono escolar, por exemplo.

E é inegável o papel que tido este apoio social para milhares de famílias ao longo destes 25 anos.

O RSI, muitas vezes, tem sido envolto num conjunto de mitos, alguns por desconhecimento de quem os reproduz, mas que, também, muitas vezes, foram utilizados e são utilizados com fins políticos, como arma de arremesso político, nitidamente utilizando situações e informações que não são verdade e que procuram apenas tirar dividendos e atacar aqueles que recebem e precisam deste apoio para sobreviver, que é disto que se trata.

Neste momento, é certo que devemos a cada momento analisar as políticas

sociais que estão em vigor. E esta não é exceção. Mas aquilo que nós precisamos não é de cortar, não é de reduzir, não é de limitar a sua abrangência, é, sim, de ampliar, de tornar mais abrangente, de tornar mais eficaz, de permitir efetivamente que chegue a mais pessoas, chegue a quem precisa e consiga, efetivamente, que quem recebe tenha uma vida melhor, consiga sobreviver, consiga autonomizar-se e, efetivamente, não precisar de apoios sociais. Mas esse caminho faz-se é tornando a medida mais eficaz e mais forte, não pelo caminho do retrocesso e do corte, como tantas vezes é pedido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de protesto. É apresentado pelo PAN. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto contra a posição neutral do Governo Português na condenação da lei húngara que discrimina as pessoas LGBTI+

A 15 de junho de 2021, o Parlamento húngaro aprovou um pacote legislativo que proíbe campanhas de sensibilização para a defesa dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI+) junto de menores,

limitando, desta forma, o acesso à educação sexual nas escolas.

O Presidente húngaro, János Áder, que pertence ao partido Fidesz, que se caracteriza por ser nacional-conservador populista de direita húngaro, promulgou a referida legislação. A elaboração desta legislação decorreu do escândalo protagonizado por um embaixador húngaro, afeto ao próprio partido, que foi encontrado com centenas de filmes de pornografia infantil.

No ímpeto das promessas bem-vindas de medidas robustas anti-pedofilia, o Primeiro-Ministro Orbán lança no Parlamento legislação onde camufla, numa demanda vertiginosa contra a homossexualidade, a proibição dos conteúdos LGBTI a menores de 18 anos, como se fosse possível estes estarem, de alguma forma, relacionados com o repulsivo crime sexual contra crianças e jovens. Esta armadilha é um reflexo do engenho político para criar um cavalo de Troia que serve comportamentos homofóbicos.

É, ainda, um reflexo de uma penumbra sombria que assola o contexto europeu, fazendo recair um ambiente de perseguição e discriminação das pessoas LGBTI+, instaurando um contexto violento de aumento de discursos de ódio.

Este advento desencadeou na Hungria uma onda pública de protestos nas ruas contra a referida lei.

O caso não é de somenos já que direitos básicos como a igualdade e não discriminação estão consagrados na Convenção Europeia de Direitos Humanos, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e em inúmeros tratados internacionais.

Numa Europa a viver um campeonato de futebol em euforia passageira, mas maculada por um extenso período pandémico que conduziu a uma certa destruição do tecido social, instabilidade económica e até vulnerabilidade de alguns comportamentos sociais fundamentais à convivência humana em harmonia, Portugal, enquanto detentor da Presidência do Conselho da União Europeia, não subscreveu uma carta assinada por 13 Estados-membros sobre os direitos LGBTI+ na Hungria alegando “dever de neutralidade”. Portugal só

assinou a declaração contra a lei húngara ao fim da presidência portuguesa da União Europeia.

Mas porque é que será isto constrangedor ou menos apropriado a um país que já deteve, outrora, o poder de assinar tratados que dividiam o mundo ao meio? Porque Portugal poderia ter o dever de neutralidade, mas, acima dele, tinha o dever de parcialidade. Exatamente no momento que detinha algum poder para dar o exemplo, neste caso concreto se pauta por uma roupagem de indiferença e insensibilidade.

Mais ainda, quando no nosso país somos assolados por uma certa direita radical, ultra conservadorista, que despertou uma autêntica cruzada contra minorias, contra o direito à autodeterminação e decidiu criar como alvo ciganos, negros, imigrantes carenciados em nome de encapotamento denominado austeridade orçamental.

Medidas como cadastros étnicos e penas físicas atentam contra a dignidade dos cidadãos e não há como fugir a este diálogo, incorrendo o risco de instigar uma fogueira que está a crescer e que persegue todos aqueles que são considerados diferentes, forjando uma autêntica caça às bruxas.

Frases como, e passo a citar, *“A ideologia de género, meus amigos, é para ser erradicada, para ser eliminada. E do que depender de mim, queimada, queimada da História de Portugal”*, trazem-nos à memória momentos catastróficos da história da civilização europeia. Esta violência contra qualquer forma de autodeterminação e contra tudo aquilo que é considerado uma minoria que tem de ser demarcada e controlada cria um espaço para anacronismos que não podemos deixar crescer.

Estes ataques dirigidos, esta demarcação de cidadãos são preceitos que todos concordamos banir pois entram numa antiga prática de *“tornar o inimigo visível”*, tão caras a figuras como Reinhard Heydrich do partido nazista, com a patente SS-Obergruppenführer, o criador da *“estrela amarela”* para identificar cidadãos considerados inimigos visíveis, como os judeus. Se existe exagero na

comparação? Não, o partido Chega pretende criar mesmo o “cadastro étnico racial”.

André Ventura proferiu a frase que acabei de citar no VII Conselho Nacional do Chega, em Sagres, no início deste mês, que contou com a presença de representantes de extrema-direita italiana, da direita populista da Eslováquia.

Este tipo de discurso de um líder de um partido e estas acendalhas que braseiam na fogueira das medidas do Chega devem preocupar-nos a todos como cidadãos e como decisores políticos.

Não é porque nos opomos a estas perigosas ideologias fascistas que somos anarcas, nem radicais, ou estamos contra os valores tradicionais. Não somos nós o inimigo quando defendemos a autodeterminação de qualquer cidadão, nem podemos deixar que nos transformem em carrascos dos mais básicos direitos da humanidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove o Voto de Protesto contra a posição neutral do Governo Português na condenação da lei húngara que discrimina as pessoas LGBTI+.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Exmo. Presidente da Assembleia da República e ao Governo Português.

Muito obrigado.

Horta, 13 de julho de 2021

O Deputado, Pedro Neves.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

O PAN traz-nos aqui um voto de protesto que, diríamos nós, tem duas frentes de incidência. Quem leu o voto percebe que o voto é não só uma discordância contra a alegada neutralidade do Governo Português no âmbito de um pacote legislativo proposto por um dos Estados-membros, no caso a Hungria, mas é também um voto de protesto e de discordância contra o Chega e contra algumas narrativas que constam do projeto político deste partido e que foram também afirmadas no Congresso Partidário do Chega. E, portanto, este voto tem, digamos, a discordância sobre essa alegada neutralidade, serviu de mote para o PAN manifestar discordância e protesto contra algumas narrativas, propostas e projetos políticos defendidos pelo Partido Chega.

E, Sr. Deputado Pedro Neves, deixe-me dizer-lhe que o Partido Socialista partilha de muitas das suas opiniões, plasmadas no preâmbulo deste voto de protesto, sobre aquela que é a narrativa do Partido Chega e aquela que é a narrativa de muitos movimentos sociais de extrema-direita xenófoba e segregacionista que cometem a leviandade e a monstruosidade de querer confundir crimes hediondos no âmbito do abuso sexual com aquilo que são questões fundamentais progressistas da liberdade individual e cívica de cada um, como são as questões relacionadas com a homossexualidade, as questões LGBT e o direito à liberdade de cada um de fazer aquilo que muito bem entender no âmbito das suas escolhas sexuais e daquilo que são os seus comportamentos pessoais.

E, portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, para lhe dizer que, no âmbito de uma das frentes de ataque deste voto de protesto que refere aquilo que defende o Partido Chega, protagonistas políticos e dirigentes do Partido Chega, o Partido Socialista partilha claramente da sua preocupação e do seu protesto.

Outra coisa diferente é a alegada neutralidade do Governo Português no âmbito daquilo que foi o pacote legislativo do Governo Húngaro. E refiro a alegada neutralidade porque essa neutralidade, de facto, não existe, nem nunca existiu.

Não se pode confundir aquilo que são questões práticas no âmbito da presidência de uma reunião do Conselho (estou a dizer presidência de uma reunião do Conselho, não estou a dizer no âmbito da Presidência da União Europeia) com aquilo que é a posição absolutamente clara do Governo Português relativamente a esta matéria.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é claro!

O Orador: E devo dizer também, julgo que ninguém neste Parlamento, nem ninguém neste hemiciclo, pode pôr isso em causa, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Pode, pode!

O Orador: ... porque o nosso presente é feito também da nossa história e daquilo que fizemos no passado, ninguém pode pôr em causa aquilo que é o papel que o Partido Socialista sempre teve na sociedade democrática portuguesa, na proteção das minorias, na promoção da igualdade de género, na promoção da defesa dos direitos dos homossexuais, na promoção da defesa do direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e de um conjunto de matérias da afirmação da liberdade de cada um de nós, que não podem, de todo, ser confundidas com as perspetivas neofascistas, xenófobas, segregacionistas, que, infelizmente, pululam por toda a Europa e que têm no nosso país como principal representante o André Ventura e o Partido Chega.

E refiro-me a isto em concreto, e comprovo, daí estar a afirmar essa alegada neutralidade, porque gostaria de entregar à Mesa, para que seja entregue a todas as bancadas e, se possível, também à comunicação social, aquela que é a posição do Primeiro-Ministro de Portugal no âmbito desta questão, que enviou uma carta aos seus colegas Chefes de Governo dos Estados-membros, no âmbito, ainda, da Presidência da União Europeia.

E, portanto, Sr. Deputado, quando refere que Portugal só tomou posição sobre esta matéria posteriormente ao fim da Presidência Portuguesa, isso não corresponde à verdade porque esta carta é datada de 24 de junho de 2021, carta assinada pelo Primeiro-Ministro António Costa, que é, aliás, também, pública,

mas que eu farei chegar à Mesa para que possa ser distribuída.

A carta está em inglês e eu tentarei traduzir da melhor forma possível, que diz o seguinte: “Caros colegas, obrigado pela vossa carta no âmbito da ocasião da celebração do Dia Internacional do Orgulho das questões LGBT, que Portugal subscreve completamente. A União Europeia é, acima de tudo, uma comunidade política de valores, comprometida, naturalmente, com o artigo 2.º do Tratado da União Europeia. E é, naturalmente, nossa responsabilidade garantir total respeito por estes valores fundamentais e por estes direitos fundamentais. Não pode haver tolerância com qualquer tipo de discriminação. A nossa diversidade enriquece-nos e faz-nos ser melhores.”

E, portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, volto a reiterar aquilo que já disse: nós concordamos com muito daquilo que está referido na parte preambular deste voto contra os movimentos e os partidos que abordam as questões de LGBT da forma como tem feito, por exemplo, o Partido Chega, confundindo crimes hediondos de abuso sexual com direitos fundamentais no âmbito da homossexualidade e das questões LGBT, mas não podemos concordar com as referências que são feitas à alegada neutralidade do Governo Português porque ela, de facto, como acabo de comprovar, não existiu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Bloco de Esquerda não há nem pode haver contemplações nem

neutralidade na defesa dos direitos humanos. Por isso, consideramos que não foi a melhor posição do Governo Português quando não assumiu publicamente e não subscreveu no imediato aquela que era a posição de vários países na União Europeia sobre os direitos das pessoas LGBTI na Hungria, que estão, de facto, a ser postos em causa por um regime, por um Governo, que há muito entrou numa deriva autoritária, uma deriva que põe, efetivamente, em causa direitos fundamentais, que não têm, efetivamente, qualquer adesão àqueles que são os princípios de respeito pelos direitos humanos que a União Europeia se diz defensora.

E de há muito que esses princípios do Estado de direito, do respeito pelas minorias, estão a ser postos em causa na Hungria. Não é, infelizmente, de agora. E estão a acordar tarde os líderes europeus para esse problema, como é evidente.

Desde 2012, com a aprovação da Constituição que está neste momento em vigor, que a independência do poder judicial ou a liberdade de imprensa começou a ser posta em causa. E essa deriva autoritária está cada vez mais evidente e é cada vez mais preocupante, ou seja, estão a acordar muito tarde, demasiado tarde e talvez irremediavelmente tarde os líderes europeus para essa questão.

E preocupa-nos, como é evidente, também, que não seja apenas na Hungria que essas ideias grassem, seja em Portugal, seja em vários países da Europa. E preocupa-nos também que haja quem seja conivente com essas ideias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS-PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O que nos traz agora aqui é o voto de protesto do Partido PAN contra a posição neutral do Governo Português na condenação da lei húngara, o que está aqui verdadeiramente em debate e, exatamente, o que vamos votar é este voto de protesto contra esta posição do Governo Português, mas, no nosso entender, perante a ocupação do cargo da Presidência do Conselho da União Europeia, parece-nos que esta posição neutral que foi tomada, apesar de, depois, quando terminou a sua presidência, ter o Governo Português subscrito esta carta, a verdade é esta posição que foi tomada pelo Governo Português, no nosso entender, é perceptível, na medida em que estava a presidir ao Conselho da União Europeia e tomou essa posição, mas já afirmando que, depois, quando essa terminasse, iria assinar essa declaração contra a lei húngara, no final dessa presidência, assim que passou essa presidência para a Eslovénia. Foi isso que aconteceu.

E parece-nos que o que está aqui em causa, efetivamente, o que vamos votar, é este voto de protesto contra esta posição neutral, mas parece-nos a nós, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, que esta posição é perceptível na medida em que Portugal tomava as rédeas do Conselho da União Europeia e, após terminar essa presidência, subscreveu a carta como seria expectável. Claro que nos parece que essa posição foi a mais adequada, na medida em que estávamos a presidir ao Conselho da União Europeia.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As voltas que a política dá! Hoje, o Grupo Parlamentar do PSD defende uma posição assumida pelo Governo da República do Partido Socialista.

Efetivamente, nós não podemos, de forma alguma, censurar a posição de neutralidade que o Governo Português decidiu assumir nesta questão. E fê-lo por uma questão simples, uma questão de respeito institucional pelos demais países da União Europeia, no momento em que Portugal assumia a Presidência do Conselho da União Europeia. Esta posição que o Governo Português assumiu é perfeitamente compreensível e enquadra-se num quadro de respeito e de solidariedade também no que diz respeito às funções que assumiu.

E, portanto, era, naturalmente, de esperar que esta posição de neutralidade fosse afirmada enquanto Portugal assumisse a Presidência do Conselho da União Europeia. E, desde logo, assim que cessou essas funções, naturalmente, assumiu a posição, que é conhecida, de natural repúdio por qualquer forma de opressão às liberdades sexuais dos cidadãos.

Nesta medida, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar contra este voto de protesto contra o Governo da República do Partido Socialista.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Era o que mais faltava que o Conselho tivesse dever de neutralidade em assuntos dessa natureza! Era o que mais faltava!

E agora chega-se aqui e percebe-se que há uma espécie de branqueamento do processo legislativo na Hungria por via de um dever de neutralidade do temporário Presidente do Conselho. Era só mesmo o que mais faltava!

Ao Conselho da União Europeia é exigido que tome posição, ao Presidente do Conselho é exigido que tome posição sobre medidas desta natureza, sobre medidas como esta que neste momento estão a ser tomadas na Hungria!

Por isso mesmo nos associamos, como na República o fizemos a par do Bloco de Esquerda. Fomos a primeira força política a condenar a posição do Governo

Português nessa matéria.

Não é aceitável que, em matéria de direitos humanos, de direitos fundamentais, o Conselho seja neutral e que o Presidente do Conselho seja neutral e que o Governo de um Estado-membro se escude no facto de ser Presidente do Conselho, temporariamente, pelo período de seis meses, para, invocando um dever de neutralidade, permitir que o Governo da Hungria tome posições dessa natureza. Independentemente de quem defende esse Governo em Portugal, ou não, eu não quero saber. Para mim não existe, aliás, está ausente.

O que interessa é que, em matéria desta natureza, o Conselho não tem que ser neutral e muito menos o Presidente do Conselho tem que ser neutral! Porque aí ainda podemos aferir de outra coisa: então, o que é que estão lá a fazer? Se é para cumprir dever de neutralidade, que sejam neutrais sempre, que não exista Conselho sequer! Não é preciso Conselho, não é preciso decidir, não é preciso tomar posições!

O Conselho existe para tomar posições políticas, com rigor, com vigor mesmo, para combater precisamente este tipo de abusos de outros Estados-membros, porque este tipo de legislação que a Hungria está a fazer passar não se enquadra sequer no espírito da União! E, portanto, não há aqui qualquer dever de neutralidade. Não há aqui qualquer necessidade de o Conselho da União tomar posições neutrais sobre essas matérias.

Por isso e também pelas posições que já tomamos anteriormente, vamo-nos associar a este voto de protesto apresentado aqui pelo PAN, o qual temos pena de não subscrever.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelo PPM.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que está em votação, a parte resolutiva deste voto de protesto do PAN é o

seguinte: “Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove o Voto de Protesto contra a posição neutral do Governo Português na condenação da lei húngara que discrimina as pessoas.”

Eu considero o seguinte: primeiro, não há uma posição neutral do Governo Português nesta matéria. O Governo Português, quer o atual Governo Português, quer os anteriores Governos Portugueses de outras cores partidárias, sempre condenaram a discriminação do ponto de vista sexual e qualquer perseguição que seja desenvolvida por qualquer Estado-membro a esse nível. Não há uma mudança da posição portuguesa. Aliás, o Governo Português teve a oportunidade de o afirmar.

Não mantém também uma posição de neutralidade. O que o Governo Português afirmou foi que não assinava a declaração enquanto tivesse como função a Presidência do Conselho da União Europeia e que o faria depois. E fez na primeira oportunidade. No dia 01 de julho, o Governo Português assinou, também, o documento que está aqui em análise.

Portanto, quer, anteriormente, condenando as políticas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Estado Húngaro, quer, posteriormente, assim que terminou a função institucional que tinha, o Governo Português não manteve nenhuma posição de neutralidade nesta matéria. A posição portuguesa foi sempre de condenação à legislação húngara de carácter discriminatório que tem vindo a ser aprovada no âmbito dos órgãos de soberania do Estado Húngaro.

Eu quero dizer que acompanho a posição do Estado Português nesta matéria, de veemente condenação em relação às perseguições que têm vindo a ser desenvolvidas, que neste caso tem a ver com uma legislação que proíbe a promoção da homossexualidade junto de menores de 18 anos.

Há um outro conjunto também de medidas anteriores que têm vindo a ser condenadas pelos Estados-membros.

Mas eu considero que quem ocupa a Presidência do Conselho da União Europeia o que tem que fazer é manter uma posição institucional. E essa posição institucional não é possível de se manter e não terá qualquer tipo de eficácia e não será mais do que puro populismo se o Estado que ocupa a Presidência do Conselho da União Europeia tomar partido a favor de um Estado contra outro Estado no âmbito dessas funções.

E, portanto, aqui o que está em causa é: a posição do Estado Português era clara no momento anterior? Era. Era contra e era de condenação às políticas que estão a ser desenvolvidas pelo Estado Húngaro. A seguir, quando terminou as funções institucionais que tinha, assinou ou não assinou o documento e cumpriu aquilo que tinha indicado e que era a posição do Estado? Assinou.

E, portanto, parece-me inequívoca a posição do Estado Português nesta matéria. Outra coisa seria se estivéssemos aqui a falar de um Estado Português que se recusava, mesmo depois de terminar as suas funções de âmbito institucional, um Estado Português que não condenava o Estado Húngaro e as posições que estão a ser assumidas pelo Governo da Hungria nesta matéria. Mas isso não sucedeu. Nós, neste momento, somos um dos signatários da carta que foi remetida aos órgãos da União Europeia a condenar as políticas que têm vindo a ser desenvolvidas pela Hungria nesta matéria.

Portanto, da parte do PPM, condenamos veementemente este tipo de políticas, este tipo de discriminação e compreendemos, obviamente, que o Estado Português tenha assumido a posição que assumiu, que, aliás, é o que fazem todos os Estados quando têm essas funções institucionais.

E, portanto, na nossa perspetiva, há aqui que distinguir duas coisas: o comportamento do Estado Português é de condenação, manteve essa condenação sempre; e assinou o documento assim que terminou a sua função institucional.

Portanto, é por isso que nós não podemos acompanhar este voto do PAN.

Quero terminar esta intervenção voltando a reafirmar que o PPM condena

veementemente as políticas de discriminação que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Governo Húngaro nos últimos anos em relação a estas comunidades.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto apresentado foi reprovado com 47 votos contra – 23 do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM; 4 a favor – 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto é um voto de pesar, que é subscrito por todos os Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares. E decidiu a Conferência de Líderes que seria apresentado por mim.

Voto de Pesar

As notícias que nos chegaram no dia 25 de junho e nos dias subsequentes, dando conta do mau tempo e das chuvas intensas que se fizeram sentir na ilha de São Miguel, em particular nos concelhos de Povoação, Vila Franca do Campo, Ponta Delgada e Nordeste, fizeram a tristeza descer sobre os Açores.

Embora, e infelizmente, familiarizados com situações de desastres naturais, que nos remetem para a reflexão em torno da problemática das alterações climáticas e que teimam em testar a nossa resiliência, não podemos ficar indiferentes quando destas decorre a perda de vidas humanas.

Ficamos de luto e solidários com as famílias, com as instituições, em particular

com a Santa Casa da Misericórdia da Povoação, e com as populações afetadas por esta calamidade. Prestamos, assim, uma sentida homenagem e associamo-nos à sua tristeza e à sua dor.

É o momento, também, para manifestar uma palavra de reconhecimento aos elementos do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, designadamente às cinco Corporações de Bombeiros de São Miguel, ao Serviço Municipal de Proteção Civil da Povoação, à Capitania do Porto de Ponta Delgada, à Polícia Marítima, à Associação de Nadadores-Salvadores da Costa Norte, à Polícia de Segurança Pública e ao Comando Operacional dos Açores, pelo apoio à população e pelo empenho demonstrado desde a primeira hora.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Pesar pelas vítimas das chuvas intensas do passado dia 25 de junho e expressa as sentidas condolências às famílias, manifestando, ainda, a sua solidariedade para com todos os açorianos afetados por esta tragédia.

Do presente voto deve ser dado conhecimento às famílias enlutadas, à Santa Casa da Misericórdia da Povoação, à Câmara Municipal da Povoação, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, ao Serviço Municipal de Proteção Civil da Povoação, à Capitania do Porto de Ponta Delgada, à Polícia Marítima, à Associação de Nadadores-Salvadores da Costa Norte, à Polícia de Segurança Pública e ao Comando Operacional dos Açores.

Horta, 13 de julho de 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Pedro do Nascimento Cabral, Catarina Cabeceiras, Carlos Furtado, António Lima, Paulo Estêvão, Nuno Barata e Pedro Neves.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos. Regressamos às 11h45.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Encerramos a apresentação e a votação dos votos. Vamos avançar nos nossos trabalhos com a **comunicação do Governo Regional**, que foi solicitada pelo Governo Regional, ao abrigo do artigo 75.º do nosso Regimento. Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para fazer a sua comunicação. Faz favor, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Comunicação do Governo Regional

É com sentido de responsabilidade que, sob a forma de comunicação política do Governo, para já o procedimento parlamentar mais facilitador, que informamos, com objetividade, dados relativos a concretizações da governação. Cerca de oito meses e meio depois da tomada de posse. Menos de um mês e meio após a publicação do Orçamento e restantes instrumentos de planeamento.

Na apreciação do programa do XIII Governo dos Açores defendi que devemos estar disponíveis para prestar contas. E é imbuído por este espírito e perante vós, que inscrevo nesta comunicação algumas das concretizações mais enfáticas.

Permitam-me o reconhecimento às forças políticas que neste Parlamento garantem a estabilidade governativa ao Governo. O Programa do Governo e as suas concretizações são património político e estratégico de cada um.

É, portanto, reconfortante confirmar que os pressupostos que levaram à construção desta solução governativa estão em aplicação. Pluralidade de ideias. Alguns projetos também têm autoria da oposição. Por exemplo, o apoio extraordinário aos taxistas, já integralmente pago, apoio extraordinário aos órgãos de comunicação social privada, esta semana em pagamento, regulamentação dos apoios aos profissionais de informação turística, aprovada em reunião do último Conselho do Governo. O aumento do “cheque pequenino”, a compra do rebocador para o Porto de Ponta Delgada, a contratação de 20 psicólogos para o Serviço Regional de Saúde, foram também alguns exemplos de medidas propostas pelos partidos com assento parlamentar e já em concretização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não deixar nenhuma ilha para trás é um objetivo e logo no início do atual mandato, resolvemos a grave situação de abastecimento à ilha do Corvo. Apesar da capacidade instalada de armazenamento, as reservas estavam em níveis desajustados às necessidades da ilha.

Acreditamos no diálogo e na concertação social. Reinstalámos o Conselho Económico e Social dos Açores e reativámos as reuniões do Conselho Permanente de Concertação Social, há anos por realizar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Concretizámos apoios sociais. Aumento em 10% do conhecido COMPAMID, 10% do Complemento Especial para o Doente Oncológico e 5%

para o Complemento ao Abono de Família.

Os valores referentes ao primeiro semestre de 2020 do Complemento de apoio ao Abono de Família já foram pagos, cerca de 1,2 milhões de euros, sendo que no decorrer deste mês de julho, será pago o valor referente ao segundo semestre de 2020, na ordem também dos 1,2 milhões de euros. Estamos a diligenciar para que o valor respeitante ao primeiro semestre de 2021 seja pago ainda este ano.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estimamos que estes apoios, em conjunto com o aumento do chamado “cheque pequenino”, atinja o total de aumento de 10 milhões de euros face ao investimento de 2020. Para o corrente ano há o aumento geral de 5% no valor do “cheque-pequenino” a todos os seus beneficiários, porém, para as pensões mais baixas, o aumento é superior, na ordem dos 43%, 24% e 14% nas três posições remuneratórias mais baixas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para as IPSS, disponibilizamos já cerca de 800 mil euros do Programa Solidariedade em Movimento. O novo Programa Gerações em Movimento vai apoiar as IPSS e as Misericórdias na aquisição de viaturas de mobilidade elétrica. Este Programa prevê uma verba de 3,5 milhões de euros, subdivididos por 5 anos de execução.

Com o Poder Local concretizámos o protocolo de cooperação com a AMRAA, reforço de 3,4 milhões de euros para reabilitação urbana e ainda com a redistribuição global entre municípios acrescentamos mais 6,5 milhões de euros, também disponíveis para esse fim.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Pagamento dos 5% da taxa variável do IRS às autarquias. Uma dívida, com mais de uma década.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: É verdade!

O Orador: Em quatro anos será liquidada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Concretizámos a eleição e instalação do Conselho da Diáspora Açoriana, criado em 2019, aprovado por unanimidade nesta Casa.

Concretizámos a redução do SPER. Foi assim já com a SDEA, com a SINAGA e com a Azorina.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Concretizámos, em diálogo com os parceiros sociais, aperfeiçoamentos aos apoios de liquidez da economia afetada pela pandemia. Assumimos o processo negocial com a Comissão Europeia para salvar a SATA, sob investigação, por Ajudas de Estado consideradas ilegais. Um problema grave resolvido por este Governo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Concretizámos a redução fiscal. A taxa normal de IVA na Região passou de 18 para 16%, a intermédia para 9% e a reduzida para 4%, desde 1 de julho de 2021.

Deputado Carlos Silva (PS): Já estava, a reduzida e a intermédia!

O Orador: A Autoridade Tributária considerava necessário, à semelhança do feito em 2015, a alteração, por lei, ao Código do IVA, portanto da competência da Assembleia da República. Teve o nosso imediato protesto e justificados argumentos jurídicos autonómicos, repudiamos essa interferência e exigimos a imediata aplicação do nosso Decreto Legislativo nos seus exatos termos e calendário previsto. É assim que defendemos a Autonomia.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Concretizámos na Educação. Alterámos o regulamento dos concursos do pessoal docente para combater a precariedade, abrindo 243 novas vagas nos novos quadros de ilha. Na preparação do novo ano letivo, mais do que duplicámos o número de professores que irão estar em apoio ou em projetos educativos diretamente relacionados com os alunos.

Reduzimos a turma padrão, nos primeiro e segundo ciclos de escolaridade, de 23 para 18 alunos. Nas turmas com alunos com necessidades educativas especiais, a redução é de 20 para 15 alunos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Lançámos um concurso internacional para a aquisição de 1000 ‘tablets’ e 4000 portáteis a distribuir por todas as escolas de ensino na Região. Desenvolvemos um programa de recuperação de aprendizagens, motivado pelo impacto da pandemia nos nossos alunos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Concretizámos na Saúde. Em dezembro passado iniciámos o processo de vacinação e conseguimos um aumento de vacinas para os Açores. Temos metade da população com o processo vacinal completo. Conseguimos já inocular a percentagem de pessoas capaz de permitir adquirir a imunidade de grupo nas ilhas sem hospital e até ao final deste mês inocular nas ilhas com hospital a percentagem de pessoas suficientes para alcançar a imunidade de grupo, lá para meados do mês de agosto, portanto já em todas as ilhas. Estamos entre os que têm maior taxa de cobertura de vacinação, e ainda recentemente o nosso processo de vacinação foi elogiado pela ‘task’ force nacional e pelos próprios utentes, que atribuíram 10 pontos em 10 possíveis.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos a concretizar com os profissionais de saúde a regularização e a valorização das suas diversas carreiras, nomeadamente enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, entre outros.

Estamos a concretizar na Agricultura. Com diálogo e com sentido estratégico criámos um justo pacote de ajudas aos agricultores, superior a 30 milhões de euros. Está criado um gabinete de crise para o setor do leite. As verbas do POSEI estão integralmente pagas, sem quaisquer rateios. Iniciámos o processo

do estudo para a formação do preço do leite em cada uma das nossas ilhas, nomeadamente custos, transportes, oportunidades, inovação e comercialização.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Concretizámos com os pescadores. Ativação do FUNDOPESCA, a 204 profissionais. Aplicação do regime excecional de apoio aos profissionais da pesca na sequência da situação de pandemia e da portaria da cessação temporária para cerca de 145 beneficiários.

Reforçámos a participação dos Açores no projeto Oceano Azul. Criação de condições para a instalação de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar, o TECNOPOLO MARTEC, que inclui uma incubadora azul com particular incidência nas pescas, biotecnologia marinha, recursos minerais ou tecnologias marinhas, num investimento de 14 milhões de euros.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Construção de um novo navio de investigação para substituir o Arquipélago. Até final do presente mês será apresentada uma versão preliminar do navio, num investimento de cerca de 18 milhões de euros. A Escola do Mar tem, finalmente, a autorização de funcionamento.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Muito bem!

O Orador: Concretizámos na Ciência. Está assegurada previsibilidade nas medidas de apoio, através de um calendário anual, que foi negociado com os Centros de Investigação.

Concretizámos o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, consistindo num aumento anual até atingir no final desta legislatura o valor de 950 mil euros. Este ano, o apoio foi de 500 mil euros (um aumento de 43%).

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Concretizámos com os Centros de Investigação, o investimento de mais de 1 milhão de euros para o reequipamento destes centros. A última medida semelhante a esta ocorreu em 2009, tendo o último apoio sido processado em 2012.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Concretizámos no Ambiente. Revisão dos Planos de Gestão de Áreas Protegidas, das ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge, Terceira e Santa Maria, já em processo de consulta pública desde o passado dia 30 de junho. O Plano Regional da Água encontra-se já em fase de consulta pública, desde o dia 18 de junho. O Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores - 2022-2027 encontra-se, desde 11 de maio, em consulta pública.

Concretizámos nos Transportes. Está criada e é um sucesso a "Tarifa Açores".

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Desde 1 de junho de 2021, está a beneficiar a mobilidade dos Açorianos nos Açores. Até ao momento, mais de 52 400 passageiros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estão consignadas as empreitadas das Lajes do Pico, no valor de cerca 18 milhões de euros; das Lajes das Flores - Ponte Cais, aproximadamente, no valor de 18 milhões de euros; do reforço do molhe do Porto de Ponta Delgada, no valor aproximado de 27 milhões de euros. Está assegurado o fretamento do

navio Thor para o abastecimento de combustíveis e de mercadorias - Horta/Flores/Corvo, em concurso público internacional e o fretamento do navio Marguete (anterior MALENA) para o transporte de mercadorias entre Ponta Delgada e as Flores.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Concretizámos no Emprego. Transparência. Divulgação mensal do número de pessoas colocadas em medidas de inserção socioprofissional, do número de desempregados, por concelho, inscritos nas Agências de Qualificação e Emprego da Região. No dia 31 de maio passado, tínhamos 14 630 Açorianos ativos fora do mercado normal de emprego. A 09 deste mês, temos 12 851. Temos, portanto, uma diminuição de cerca de 14% dos Açorianos ativos que se encontram fora do mercado normal de trabalho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Os programas FORM.AÇORES, PROSA, QUALIFICA, CONTRATAR, GERAÇÃO AÇORES PRO, ou a Formação de largo espectro para os mais de 3000 Açorianos inscritos nas Agências de Emprego, sem o 9.º ano de escolaridade, estão a ser implementados, a partir do momento em que começaram a aparecer ofertas nas Agências de Emprego da Região. O programa CONTRATAR, em vigor desde o fim de maio, tem já 347 candidaturas aprovadas, representando, em pouco mais de um mês, cerca de 20% da estimativa para o ano inteiro. Os apoios não são em função do salário mínimo, mas sim em função dos salários contratados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Está iniciado o processo de transformação da Escola das Capelas

em Centro de Qualificação dos Açores, com projeto piloto do Ensino Dual nos Açores.

Concretizámos nas políticas de Juventude. O criado programa MOOV proporciona experiências ocupacionais e de orientação vocacional aos jovens fora da sua ilha de residência. Reduzimos para metade do custo do cartão Interjovem. O Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria inclui não só os produtos da Marca Açores, como era antes, mas agora também os produtos hortofrutícolas produzidos na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Concretizámos nas Obras Públicas. Centralizámos todo o processo das grandes obras públicas e contratos conexos na Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, para mais eficiência e eficácia. Nos transportes terrestres, está criado apoio aos operadores de transporte coletivo regular de passageiros, numa subvenção a fundo perdido. Está executada a primeira fase do projeto AzoresCloud.

Deputado Carlos Silva (PS): Não há limite de tempo?

Deputado Berto Messias (PS): A sua tolerância hoje, Sr. Presidente, está alargada!

O Orador: Está a ser preparada a renovação da componente tecnológica de equipamentos de rede e de equipamentos terminais, para o aumento de resiliência e performance dos departamentos.

Promoção de uma Equipa Rápida de Resposta a Incidentes de Cibersegurança.

Não perdemos tempo a criticar o que está para trás nem a lamentar a herança recebida.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Motiva-nos o futuro e o fazer bem, o bem que tem de ser feito.

Contamos com todos. Disse!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): Com a mesma tolerância, Sr. Presidente!

Presidente: A Mesa é sempre tolerante, Sr. Deputado. É preciso é que haja inscrições para que a Mesa seja tolerante, porque sem inscrições não posso ser tolerante.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu inscrevo-me sabendo que a seguir virão muitos elogios a esta comunicação do Sr. Presidente do Governo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É normal! É normal!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Alguém tem que criticar!

O Orador: ... mas permitam-me quebrar um pouco o tom de elogio que se seguirá certamente à minha intervenção. E que serão muitas intervenções com esses elogios.

Esta comunicação é ela própria um autoelogio do Governo e da maioria que o suporta.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter motivos!

O Orador: De facto, este autoelogio parece-nos no mínimo um tanto ou quanto precoce, porque se o Governo tantas vezes diz que é cedo para criticar o Governo pela ausência de respostas a alguns problemas que a Região tem, vem o Governo, antes sequer de conhecer o resultado das suas políticas, autoelogiar as suas políticas.

Ora, é, de facto, uma comunicação que começa por ser no mínimo *sui generis* e, diria, um pouco precoce. Mas ela, julgo eu, também procura disfarçar uma questão que é evidente, que é: olhando para o passado recente deste Governo, um passado que é curto, obviamente, procura disfarçar a ausência de estratégia de futuro, de futuro para a resposta à crise e à recuperação da crise que todos queremos que seja efetiva nos próximos meses, nos próximos anos, mas também de futuro para o desenvolvimento dos Açores, porque falta estratégia para a economia, falta estratégia para o combate à pobreza, falta estratégia de desenvolvimento, que seria muito mais evidente nesta altura procurar fazer um ponto de situação de qual é a estratégia imediata para a resposta à crise nos próximos meses, nos próximos anos. O Governo, e o seu Presidente, decidiu autoelogiar a atuação de oito meses de Governo. E, repito, foi precoce.

Mas também notei algumas ausências do autoelogio desta comunicação do Presidente do Governo. Falou sobre o Ambiente, mas continua sem dizer o que fará e como fará a regulação da construção de empreendimentos turísticos na Região, que continua a todo o vapor, numa altura em que é preciso pensar sobre que estratégia é que queremos para o futuro deste setor.

Notei que falou sobre o Ambiente, mas um silêncio, diria eu, ensurdecedor sobre a incineração, um assunto que tão bem conhece o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Não tenho dúvidas em relação a essa matéria!

O Orador: A regularização de precários, que foi falada, continua como já era

anteriormente, a ter uma intervenção absoluta da parte dos dirigentes, sem contraditório dos trabalhadores, sem contraditório dos sindicatos, como propôs o Bloco de Esquerda, em Orçamento.

Os programas de emprego criados por este Governo não são mais do que uma recauchutagem dos programas anteriores, mudando-lhes o nome, mas mantendo a mesma estratégia, a mesma linha...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... e fomentando a precariedade, como faziam os anteriores.

Na Cultura, que vi também essa ausência, reina, como muito bem sabem os agentes culturais na Região, o desnorte e o desinvestimento, que é por demais evidente.

E termino dizendo, Sr. Presidente: antes de celebrar os êxitos do Governo, é preciso olhar para o que está por fazer. E a crise é, de facto, ainda, intensa. Os tempos que se seguirão são desafiantes. E, diria eu, a prudência manda um pouco de menos festa e de mais responsabilidade.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não encontrou uma coisa boa!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não há uma situação positiva? É inacreditável! Incrível!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, queria saudar o Presidente do Governo e o Governo por aquilo que têm sido as políticas e por este momento, esta comunicação política, porque não entendemos como autoelogio, mas sim como prestar as contas a esta Assembleia, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... como mostrar aquilo que está a ser feito, todas as estratégias que estão a ser implementadas, as medidas que estão a ser concretizadas, exatamente para isso, para dar conhecimento a esta Casa do que é que está a ser o trabalho deste Governo Regional. E é isto que trouxe esta comunicação por parte do Sr. Presidente do Governo.

Certamente, quem está a beneficiar deste novo paradigma político são os açorianos, porque muitas têm sido as medidas e as iniciativas propostas pelo Governo, propostas pelos partidos que suportam o Governo, propostas também por todos os partidos nesta Casa, medidas que têm sido aprovadas a benefício dos açorianos. E é isso que nos faz orgulhar deste Governo e desta nova realidade parlamentar que existe na nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Depois, quanto às medidas que têm sido implementadas e quanto à ausência de estratégia que foi argumentada por parte do Bloco de Esquerda, dizer que a maior parte destas medidas que têm sido implementadas, quer por iniciativa do Governo, quer por todos os partidos que estão nesta Casa, é no sentido exatamente de contrariar, de mitigar os constrangimentos que têm surgido derivado à pandemia e também à situação da nossa Região.

Passamos pela redução de impostos, pela questão da “Tarifa Açores”, por todas as medidas da área da Solidariedade Social, desde o aumento ao COMPAMID, ao CEDO, ao Abono de Família, a creche gratuita, o novo paradigma que se

quer implementar na Região quanto aos idosos, aqueles que tiverem condições poderem envelhecer em casa, os APOIAR IPSS, ou ainda as verbas do POSEI que têm sido atribuídas sem rateio.

Este conjunto, este todo de medidas que foram concretizadas servem exatamente para mitigar estes constrangimentos, porque a verdade é que esta pandemia tem causado constrangimentos de forma transversal a todos os setores na nossa sociedade.

E é isso que este Governo tem feito para além das medidas específicas de apoio às famílias e de apoio às empresas, por forma a apoiar a nossa economia.

Como tal, consideramos que efetivamente isto é um bom exemplo e que deve continuar a ser feito, que é chegar a esta Casa e prestar contas a todos nós que estamos aqui a representar os açorianos. Foi isso que aconteceu e é isso que tem de acontecer.

A verdade é que no Grupo Parlamentar do CDS temos continuado a apresentar as nossas iniciativas, que entendemos que são um contributo importante para a governação. Era essa a nossa propositura e era esse o nosso entendimento no passado, é esse o nosso entendimento no presente, porque acreditamos que todos juntos conseguiremos uma Região melhor, que todos juntos conseguiremos ultrapassar estes constrangimentos, que muitos têm sido com as nossas famílias e com as nossas empresas, que têm sofrido, para que possamos ter uma Região melhor, uma Região que dê mais segurança às pessoas para viver, para crescerem as suas famílias, às empresas para se instalarem na nossa Região. É uma Região que todos nós ambicionamos.

E a verdade é que nos parece que está a ser seguido este caminho. E este caminho vai levar-nos certamente a uns Açores melhores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furado, do Chega. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Contrariando um pouco aqui a intervenção do Sr. Deputado António Lima, que disse que a seguir à intervenção dele depois iriam surgir todas as intervenções elogiosas ao Governo, eu vou fazer aqui um meio termo, não as críticas do Sr. Deputado António Lima, não também as críticas favoráveis da Sra. Deputada do CDS.

Para dizer que, Sr. Presidente, realmente, com satisfação, eu ouvi atentamente aquilo que foi a apresentação de todas as iniciativas que já foram levadas a efeito por este Governo. E devo dizer que este Governo e também esta Casa estão de parabéns, porque, no início de uma legislatura, tão curta como ainda estamos, estamos, como o senhor referiu e bem, a cerca de oito meses daquilo que foi a tomada de posse deste Governo, já foi levado a efeito um conjunto de iniciativas que são determinantes para o sucesso desta Região.

Dizer, precisamente, também, que, lá está, essas iniciativas foram possíveis pela iniciativa do Governo, é certo, mas também pela centralidade desta Casa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... que contribuiu, como o senhor disse e muito bem, com iniciativas de vários partidos.

E devo-lhe dizer que observei que o senhor não foi discriminatório no facto de elencar medidas que foram, no fundo, apresentadas por todos os partidos desta Casa, o que mostra, no fundo, a sua abertura relativamente a esse assunto.

Mas dizer também que, Sr. Presidente, estamos em ano de El Niño, aquele ano em que há sempre tudo de muito bom, portanto, o El Niño neste caso é o ano de eleições, portanto, neste caso autárquicas, em que normalmente aparecem milagres.

O Partido Socialista bem sabe disso, que viveu durante muitos anos desse expediente, portanto, foram gerindo a sua agenda de governação em função desses ditos El Niños que de vez em quando acontecem na nossa Região por força de eleições autárquicas, legislativas regionais e por aí fora...

Portanto, esperemos, Sr. Presidente, que não estejamos novamente a entrar no ciclo dos movimentos eleitoralistas, que a sua governação não seja, como no passado, uma governação eleitoralista, porque, Sr. Presidente, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... e devo-lhe advertir relativamente a isso, o povo não dorme. O povo percebe quando está a ser usado por essas políticas. E a prova disso mesmo foi transmitida em outubro passado. Portanto, tenha atenção, Sr. Presidente, relativamente a essa situação!

Referir, ainda, como também já foi abordado aqui, e devo dizer que de alguma forma concordo com o Bloco de Esquerda quando disse que (utilizando outras palavras) foi levado a efeito um conjunto (não foi este o termo, mas o entendimento será este) de medidas avulsas relativamente àquilo que foram os atos de governação que foram levados por V. Exa. até agora e pelo seu Governo.

Pronto, como dizia eu, de alguma forma concordo, Sr. Presidente, mas é preciso atendermos à excecionalidade do modelo, em que, quando os senhores entram em funções, há todo um conjunto de situações que levam a que, no fundo, não se esteja a fazer uma intervenção programada, mas uma intervenção que tem que estar, obviamente, associada ao conjunto de problemas que foram surgindo em inúmeros setores da nossa vida, como bem referiu, por exemplo o caso dos transportes de mercadorias para o Corvo, que nada tem a ver com a pandemia,

mas que são situações que, no fundo, todas elas são problemas, obviamente, essas intervenções não podem ser fruto de uma coordenação absoluta, porque a razão era maior do que essa.

Ficamos, seguramente, à espera que, resolvidos esses assuntos pontuais a que esse Governo ficou sujeito, estejamos agora a partir para um novo período, para um novo paradigma de efetivamente termos aqui uma governação sustentada num modelo de desenvolvimento desta Região, que, no fundo, é isso que nos preocupa, que, no fundo, é essa a razão maior da existência dessa Casa, porque a congelação da vida nos Açores, que ficou sujeita a 24 anos de governação, obriga a que sejam tomadas medidas objetivas e tendo sempre em consideração o melhor para este povo, o melhor para esta terra.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir nesta comunicação do Governo à Assembleia, porque, ao contrário do que, com toda a humildade e sentido democrático, o Sr. Presidente do Governo já afirmou em relação a uma intervenção minha, eu acho que a sua declaração política merece comentário e merece resposta.

É, no fundo, o sentido democrático que, mais do que palavras, é posto em prática. E acho que em democracia nem mesmo a crítica mais exacerbada pode dispensar um comentário. E é por isso que intervenho, porque nessa parte entendo de maneira diferente do que o Sr. Presidente do Governo expressou.

Eu acho que quem ouvisse o Sr. Presidente do Governo e ignorasse, nesta sua comunicação, que este Governo está em funções apenas há cerca de oito meses,

acharia que o Sr. Presidente do Governo está em campanha eleitoral.

Efetivamente, é como o Sr. Deputado Carlos Furtado diz, o povo não dorme.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não podemos julgar os outros por nós!

O Orador: O problema é que eu acho que quem já está adormecido nesta cantiga é o Chega, infelizmente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer o seguinte: o Sr. Presidente do Governo, e o Governo, está tão à vontade no debate daquilo que, em seu entendimento, foi feito durante estes oito meses, que escolhe para partilhar com esta Câmara esse percurso, exatamente, a figura regimental que menos tempo permite aos partidos da oposição para debater e para esclarecer. É certo, Sr. Presidente, que, do ponto de vista do seu direito, o senhor tem todo de escolher aquela que é a figura regimental que lhe aprouver, é verdade, mas podia ter escolhido outra.

O Sr. Presidente quis fazer um debate sobre o estado da Região, mas um debate sobre o estado da Região em que fala ele e os outros têm pouca oportunidade de falar, o que, mais uma vez, revela, Sr. Presidente do Governo, muito do seu sentido democrático e da sua humildade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Ora bom, o que é que eu gostaria de dizer em relação a esta intervenção? Eu acho que há três notas que caracterizam este período e esta intervenção.

Em primeiro lugar, há aspetos que, conscientemente, faço-lhe a justiça de reconhecer, o Sr. Presidente omitiu. A primeira nota que caracteriza este período é de um assalto à Administração Regional por parte deste Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Está a perceber porque é que eu digo que o Chega já está

adormecido? É por causa disso!

Se é certo que este é o Governo maior de sempre, as orgânicas que têm sido publicadas comprovam que, efetivamente, aquilo que nós estamos a assistir é um assalto à Administração Regional. Veja-se, inclusive orgânicas que substituem cargos de chefes de divisão e diretores de serviço por coordenadores, cargos que são, ao contrário dos outros, de nomeação e não de concurso, como era feito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Está a ver porque é que eu digo que está adormecido?

Eu gostaria de dizer que, nessa matéria, há um termo muito claro que pode expressar: este Governo poupa na farinha para gastar no farelo. Ou seja, corta naquilo que são cargos técnicos, naquilo que são cargos aos quais qualquer funcionário da Administração Pública pode aceder por concurso, para substituí-los por cargos de nomeação política. Esta primeira nota é uma nota convenientemente omitida pelo Sr. Presidente do Governo, mas que cada vez mais se impõe em termos daquilo que é a realidade e, aliás, os dados objetivos comprovam.

A segunda nota que me parece caracterizar este período é aquela em que o Governo é lesto na distribuição de milhões, mas é parco numa estratégia de longo termo em relação à nossa Região. E eu dou exemplos concretos: a “Tarifa Açores”, por exemplo, é um deles. Nós ouvimos salientar os méritos da “Tarifa Açores”, e muito bem, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!...

O Orador: ... mas, por exemplo, não há qualquer reflexão estratégica sobre o impacto que a oferta da “Tarifa Açores” pode ter no transporte marítimo de passageiros e, nomeadamente, naquela que é a relação entre o transporte marítimo de passageiros e o transporte de carga rodada.

Em segundo lugar, nesta componente da falta de estratégia e do atirar o dinheiro a rolos sobre os interesses corporativos, sectoriais e sobre as questões, a

segunda questão que eu gostaria de dizer é a seguinte: o Sr. Presidente do Governo salientou muito os aspetos financeiros desse período. Só se esquece de dois pequenos aspetos que são relevantes nesta questão, aliás, não só o Sr. Presidente do Governo, como o Governo em geral, são muito lesto em afirmar que pagaram não sei quanto, pagaram não sei quanto, pagaram não sei quanto... Só se esquecem de dizer é que, só em receitas extraordinárias que este Governo recebeu e que contempla no seu orçamento, estamos a falar de 200 milhões de euros. Estamos a falar, por exemplo, de 85 milhões de euros...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... recebidos de saldo transitado do anterior Governo. E esse aspeto é essencial e relevante também para se ajuizar sobre essa componente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas, mais grave, e vai perceber, Sr. Deputado Carlos Furtado, porque é que o senhor também está a dormir nessa parte, passou de mansinho que este Governo, de uma penada, aumenta em 485 milhões de euros (quase 500 milhões de euros) a dívida da Região. É certo que há parte para refinanciamento, mas estamos a falar de uma mimosa quantia como 485 milhões de euros.

Essa componente também me parece importante salientar. Acho que há, no fundo, uma perspetiva de utilização de recursos públicos entendendo que a função desses recursos públicos é serem gastos e não de servirem questões como a sustentabilidade e o desenvolvimento da Região e uma perspetiva mais macro em relação ao investimento que é feito.

Por último, este Governo e, aliás, o Sr. Presidente do Governo, também, presumo, convenientemente, omitiu essa parte, algumas questões que foram faladas ali são questões que já vêm do passado, já foram opções que estavam concretizadas e investimentos que estavam concretizados no passado.

E se é certo que em relação a alguns deles não há, efetivamente, qualquer questão que se levante, nós concordamos com eles, nós concordamos com esses investimentos, concordamos que este Governo dê continuidade àquilo que é feito em relação ao mar, o investimento no Polo MARTECH, o investimento na aquisição de um navio de investigação científica, enfim, um conjunto de outros investimentos noutras áreas, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... há aspetos em que este Governo se preocupa mais em reproduzir aquilo que eram soluções e investimentos do passado do que em ter a consciência que a atual situação obriga a que se mudasse as opções.

E nós entendemos que há opções que nós próprios pusemos em prática no passado e que deviam de ser mudadas porque não sevem a atual conjuntura, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque não servem o atual momento que os Açores atravessam.

E preocupa-nos esta passividade ou inércia que da parte do Governo Regional existe, como se, pura e simplesmente... Nós percebemos a razão de fundo disso, afinal, o Partido Socialista ganhou as eleições. Algum mérito havia de ter. E, portanto, esta passividade e esta inércia na repetição de algumas das soluções preocupa-nos. Não, nós próprios achamos que há coisas que fizemos o ano passado e que deviam de ser mudadas, que deviam de ser soluções diferentes.

E, portanto, desse ponto de vista, são essas as três notas características que me parece que esses oito meses permitem retirar: primeiro, o assalto à Administração Regional; segundo, uma preocupação excessiva com o gasto de recursos públicos e não com o serviço ou uma estratégia de desenvolvimento sustentável da nossa Região: terceiro, uma inércia e passividade em relação a fazer diferente aquilo que a realidade, hoje, implica que fosse diferente em relação à seis, sete... um ano atrás.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deve ser para não culpar o passado!

O Orador: Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PSD congratula-se pela comunicação assumida por V. Exa. dando conta a esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma não de um autoelogio, conforme foi aqui referido, mas de situações absolutamente factuais. Não há aqui nenhuma divergência entre aquilo que foi dito e a realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: A realidade da comunicação do Sr. Presidente do Governo assenta em factos concretos, indesmentíveis e reais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Presidente do Governo, nós não podemos deixar de estar mais satisfeitos com esta realização que o Executivo Regional tem concretizado, sobretudo quando olhamos e verificamos que este Governo tem cerca de oito meses de funcionamento e menos de um mês e meio de aprovação de um Plano e Orçamento nesta Assembleia Regional.

Depois, Sr. Presidente do Governo, importa fazer um contraste com o passado: a arrogância de uma maioria absoluta assente num Grupo Parlamentar inopinado e acrítico, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... V. Exa. e o seu Governo assenta num real sentido democrático da importância da Assembleia Legislativa Regional no desenvolvimento dos Açores.

Por isso, V. Exa. e o seu Governo, Sr. Presidente, acolheu e já pôs em prática medidas que foram apresentadas por partidos da oposição. Isto é algo que deve ser enaltecido pelo sentido democrático que V. Exa. representa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O diálogo e a concertação com os partidos com assento parlamentar, no que diz respeito à vossa atuação, implica um necessário reconhecimento: à arrogância, de facto, assentou a humildade; ao quer posso e mando sobrepõe-se o diálogo; ao desgaste de 24 anos de governação do Partido Socialista entrou a liberdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O povo dos Açores, em outubro passado, libertou-se do jogo do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Foram 24 longos anos em que os açorianos estiveram subjugados a um único partido político, a um único projeto político encabeçado por Carlos César e seguido por Vasco Cordeiro. É verdade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Menos do que aqueles que o PSD subjuga os municípios de Ponta Delgada!

O Orador: E, como tal, nesta medida, este Governo Regional trouxe o diálogo. Conseguiu fazer com que houvesse um novo paradigma no desenvolvimento dos Açores, assente em medidas que a governação do Partido Socialista ainda hoje não aceita. O Partido Socialista é contra a redução dos impostos na Região Autónoma dos Açores!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por isso é que implementou!

O Orador: O Partido Socialista é contra a “Tarifa Açores” de 60 euros! O Partido Socialista é contra o Complemento Regional de Pensão (absteve-se)! O Partido Socialista tem um ADN que é um contraciclo para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores!

Por isso, V. Exa., e o seu Governo, teve e tem um sentido democrático e um sentido de concretização que honra, conforme foi aqui dito no último Plenário, os compromissos que este Governo Regional assumiu perante os açorianos.

No mais, no que diz respeito à imputação que lhe é feita sobre a tomada de assalto à Administração Regional, Sr. Presidente, ao fim de 24 anos de governação, digamos, com o mesmo registo, V. Exa. não tomou de assalto a Administração Regional, V. Exa. oxigenou a Administração Regional, trouxe fulgor, trouxe vigor, trouxe um novo dinamismo, que todos nós reconhecemos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Todas essas medidas, espalhadas pelos vários setores que dominam a sociedade açoriana, merecem o nosso reconhecimento, mas não posso deixar de enaltecer uma declaração que foi feita pelo líder de um dos principais motores da economia dos Açores, o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não tem administração com oxigénio!

O Orador: ... que publicamente reconheceu que, ao longo dos muitos anos que tem, nunca tinha havido um Governo Regional que tivesse apoiado a lavoura como o Governo de V. Exa.!

Deputado Nuno Barata (IL): Foi o primeiro vendido!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é o partido político da oposição, nem o partido político que suporta o Governo Regional, são as forças vivas do setor da economia dos Açores, são os parceiros sociais que são fundamentais para o nosso desenvolvimento, que reconhecem perante V. Exa. e o seu Governo a assertividade da vossa atuação.

Nesta medida, Sr. Presidente do Governo, para terminar, importa reafirmar que V. Exa. não está sozinho nessa sua determinação em governar e governar bem os Açores. Nesta medida e conforme foi aqui também reconhecido publicamente pelo Sr. Almirante Gouveia e Melo, os Açores e a estratégia assumida pelo Governo, assumida por V. Exa., estão a ter e tiveram uma acertada estratégia no processo de vacinação na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Contente (PS): Em São Miguel isso não é assim!

O Orador: Por isso, mais uma vez, não é um partido da oposição, não é o partido que suporta o Governo que elogia o Governo de V. Exa., é alguém que, sem qualquer tipo de comprometimento, assume perante os açorianos a verdade dos factos.

V. Exa. tem, de facto, o nosso apoio. E o que desejamos é que continue a honrar os compromissos como V. Exa. e o seu Governo têm honrado até hoje.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero aqui referenciar como muito positiva, na perspetiva do Grupo Parlamentar do PPM, o facto de V. Exa. ter aqui apresentado o trabalho feito, as dificuldades que se encontraram, as soluções que entretanto foram promovidas pelo atual Governo e os resultados que se alcançaram.

Eu penso que este tipo de debate é um debate muito importante. É importante que se verifiquem, que se analisem as políticas que estão a ser implementadas, aquilo que está a ser bem feito e aquilo que não está a resultar.

É evidente, V. Exa. tem essa necessidade, porque também há quem esteja a dormir, que é o caso do Partido Socialista, porque o Partido Socialista, tendo a possibilidade regimental de provocar este tipo de debates, nomeadamente através de interpelações parlamentares, em que poderia colocar todo um conjunto de perguntas, como muito tempo regimental... Aliás, eu fazia essas perguntas mensalmente, provocava, assim que podia, uma interpelação parlamentar. Não era mensalmente porque não tinha essa capacidade regimental. Mas o Partido Socialista tem e não coloca e não submete o Governo a interpelações parlamentares, que eu acho absolutamente surpreendente.

E, portanto, o Partido Socialista não está a fazer oposição. Dizia V. Exa., com graça, que o Chega estava a dormir. Eu acho também que V. Exa. não está, digamos assim, muito ativo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E eu percebo que não esteja muito ativo. E eu sei que é difícil fazer perguntas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado, estou tão ativo que a sua intervenção versa sobre a minha!

O Orador: Perguntas poderiam V. Exas. fazer, por exemplo, sobre a SATA. Eu sei que perguntas poderia fazer, mas também sei que tipo de respostas V. Exa. teria. V. Exa. não quer ouvir essas respostas, porque nessas respostas ser-lhe-iam imputadas responsabilidades, como por exemplo o prejuízo de 85 milhões de euros do último ano, por exemplo, ou os milhões de prejuízo dos outros anos anteriores. Por isso, V. Exa. não faz essas perguntas. E não faz as perguntas porque tem medo das respostas!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Além de lhe serem imputadas as responsabilidades, obviamente, também se podem apresentar resultados. É que neste momento existem boas perspetivas de salvar a SATA, que se encontrava numa situação tremendamente difícil e que estava à beira de desaparecer, com tudo o que isso significaria para a economia dos Açores e para os trabalhadores. E, por isso, o trabalho que nós podemos apresentar é um trabalho de conseguir superar essas dificuldades. Por isso, V. Exa. não fez a pergunta porque sabe que a resposta não lhe agradaria. E também aquilo que tem sido feito na Educação. Porque é que V. Exas. não fazem perguntas de Educação? Porque é que não fazem interpelações parlamentares, por exemplo? Porque nós depois podemos responder-lhes. Há

precariedade dos professores, diriam V. Exas. E nós dizemos: nós temos aqui esta medida que permitiu integrar centenas de professores e resolver, por exemplo, o problema da precariedade dos professores! Ou a diminuição dos horários, ou o combate que se está a fazer e as políticas educativas de sucesso que estão a ser implementadas! V. Exas. não fazem as perguntas porque V. Exas. sabem que as respostas e as comparações serão odiosas para as vossas posições!

E porque é que não fazem perguntas em relação à redução dos impostos?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Temos várias!

O Orador: Porque V. Exas. eram a favor do aumento da pressão fiscal sobre os açorianos, e nós somos a favor da diminuição da pressão fiscal sobre os açorianos! Por isso é que V. Exas. não fazem essas perguntas!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E porque é que V. Exas. não fazem perguntas sobre a mobilidade dos açorianos ou a melhoria da mobilidade dos açorianos? As respostas que estão a ser dadas do ponto de vista do aumento da mobilidade dos açorianos através da implementação da tarifa de 60 euros, porque é que V. Exas. não fazem essa pergunta? Porque sabem que a resposta e as comparações não vos serão favoráveis.

Porque é que não fazem perguntas sobre a Agricultura?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh, senhor, fizemos muitas perguntas!

O Orador: Afinal, o máximo responsável pela agricultura nos Açores o que diz é que nunca teve um Governo tão favorável à defesa da lavoura açoriana!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não fazem a pergunta porque sabem que a resposta e a comparação não vos será favorável.

Podemos falar sobre a Administração, que V. Exa. colocou algumas questões sobre esta matéria. O que é que existe? Redução da despesa no âmbito da Administração Regional! Isto é um facto! É um facto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E dizem V. Exas. que há um assalto à Administração Regional.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E há!

O Orador: Um assalto?! As pessoas que V. Exas. nomearam para ocupar cargos de nomeação política, ao longo de todos estes meses, permaneceram em funções. Permaneceram em funções, ao longo de todos estes meses, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... na Administração Regional, como Delegados de Ilha. O que é que teria sido se fosse ao contrário?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito menos!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine!

O Orador: Quanto tempo teriam durado nas suas funções? Uma semana, duas semanas, não mais do que isso. Alguns deles foram nomeados, permaneceram

nos seus lugares e foram confirmados, já V. Exas. tinham perdido o poder político. E mesmo assim, sem legitimidade política, essas pessoas foram reconduzidas para cargos de nomeação política. Isso é que é um assalto ao poder!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem o viu e quem o vê!

O Orador: Isso é que é permanecer na Administração de uma forma chocante, digo eu!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E termino. Teria muito mais questões para colocar ao Partido Socialista. É verdade, o Partido Socialista ou não quer ou não tem questões para colocar a este Governo. Por isso, eu saúdo, uma interpelaçãozinha, por favor, questões que queiram colocar ao Governo para podermos discutir. Se V. Exas. não perguntam, obviamente, nós não podemos responder.

E é por isso que esta comunicação do Governo é importantíssima, porque transmite os resultados que V. Exas. não têm a coragem de perguntar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não era para eu intervir nesta intervenção do Sr. Presidente do Governo sob

pena de esvaziar a minha declaração política, que espero que chegue à minha vez nesta semana.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem chegado todas as vezes!

O Orador: Pois, mas eu não estava preparado, Sra. Deputada. Também acontece.

E era precisamente por isso que eu não queria intervir agora, para não esvaziar um pouco aquilo que me apetecia dizer.

Sr. Presidente do Governo, permita-me que lhe diga que é prematuro fazer aquela análise que acabou de fazer, é prematuro dizer que está tudo bem e que começamos com o pé direito. Permita-me que lhe diga que não está tudo bem, não entrou com o pé direito e não vai com o pé direito à frente. Ainda vai com o pé esquerdo, insistindo em políticas de esquerda, insistindo em mais estatismo, insistindo em muitos dos erros que foram cometidos no passado, quer por Governos do PSD, quer por Governos do Partido Socialista. E isto eu registo.

E registo ainda mais, Sr. Presidente do Governo, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, Sr. Deputado Paulo Estêvão, esta insistência de reduzir, apesar das palavras dizerem que é uma centralidade do Parlamento, a governação da Região Autónoma dos Açores à opinião dos parceiros sociais. Esta não é uma democracia corporativa! Esta é uma democracia parlamentar!

A mim pouco me interessa se quem defende o Governo é o Sr. fulano de tal da Federação Agrícola dos Açores ou o Sr. sicrano de tal da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores. A mim o que me interessa é o interesse dos açorianos que estão representados nesta Câmara, neste círculo, por 57 dos Srs. Deputados. Portanto, com o devido respeito por todas as corporações dos Açores e pela opinião de todas as corporações dos Açores, nós temos o dever de proteger os açorianos, inclusivamente dos interesses dessas corporações, porque essas corporações nem sempre defendem os interesses dos açorianos, defendem os interesses dos seus associados, que nem sempre são os interesses de todos os açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é pouco liberal!

O Orador: Isto é muito liberal! Muito liberal! O que não é liberal é o corporativismo salazarento! Isto é o que não é liberal, que é o que os senhores estão a fazer e que o Partido Socialista também cometeu no passado!

E, portanto, o que é liberal é nós representarmos aqui o povo dos Açores e não as corporações, que se representam umas às outras!

E o Sr. Deputado Paulo Estêvão que me permita, V. Exa. esqueceu-se de um pormenor, é que ainda está por resolver o problema de abastecimento ao Corvo, com um navio do outro mundo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está não!

O Orador: Está!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está!

O Orador: Está! E é bom não cantar vitórias antes do tempo! Como dizia o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aqui, há algum tempo atrás: “Não se louva o boi antes de subir o Pisão.”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não fale no boi!

(Risos da Câmara)

O Orador: Mas ao senhor, que gosta de citar Gil Vicente, eu diria: “Mais vale um asno que me carregue do que um cavalo que me derrube.”

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu também não ia fazer qualquer tipo de intervenção, mas eu acho que temos que oxigenar esta sala e, simplesmente, corrigir o Sr. Deputado Nuno Barata. Quando há uma declaração política do Sr. Presidente do Governo dos Açores,

não temos 57 Deputados, temos 55, porque, quem não reparou, os Deputados do Chega não estão cá, nem provavelmente vão estar cá esta tarde, porque foram para São Miguel. Em vez de representarem os açorianos, preferem representar o messias do Chega, que veio do Continente para São Miguel, em vez de representarem esta Câmara e representarem todos os açorianos. Isto tem que ficar registado para as pessoas que estão a ver em direto. Neste momento, não há um único Deputado do Chega nesta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio que todos já participaram no âmbito desta comunicação. Assim, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo para encerrar a comunicação. Faça favor, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*José Manuel Bolieiro*):

Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço o empenho de todos em reagirem à comunicação política, mas permitam-me, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sumula de todas as intervenções, neste reduzido período de tempo que tenho para intervir, sinalizar o que importa clarificar.

Tratou-se de uma prestação de contas, inequívoca. Não se trata, por isso repudio, de um autoelogio. Não se tratou de uma comunicação precoce. Ela é tempestiva. E porque entendemos nós que a prestação de contas com informação é um dever, não fazemos dela um exercício de retórica.

Por isso, acompanho bem a expressão do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, quando disse: “o dito está fundado na realidade”. É assim que é a matriz da comunicação política aqui expressa. Não há, por isso, Sr. Deputado António Lima, confusão entre a prestação de contas e o elogio. Não há precocidade porque a tempestividade é exatamente esta: antes de partirmos para férias,

sabermos o que está feito e o que está em curso.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

O Orador: Não é, por outro lado, também, a tentativa de diminuição da iniciativa parlamentar, a de limitar o debate. Outros instrumentos parlamentares existem e estão no domínio das Sras. e dos Srs. Deputados. Por isso, quero prevalecer-me do lúcido esclarecimento do Sr. Deputado Paulo Estêvão quando diz que parece que quem presta contas tem vontade, quem pode perguntar se incomoda.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

O Orador: Ora, é exatamente porque a nossa confiança é de que estamos a mudar o paradigma do comportamento político e governativo dos Açores com esta maioria parlamentar plural. Por isso, quero dizer, como estava escrito, e bem, logo no início no texto da comunicação (isto para descanso do Sr. Deputado Nuno Barata e também do Sr. Deputado Carlos Furtado, que interveio e agora está, efetivamente, ausente), contando com todos. Disse com clareza que as concretizações aqui anunciadas não têm um patrono, têm sim uma pluralidade, legítima, de iniciativas e de propostas.

E, por isso, estamos a cumprir o Programa do Governo, que foi sufragado neste Parlamento, que resultou de acordos de coligação e acordos de incidência parlamentar. E juntamos, a este anúncio de concretizações, propostas da oposição e de outros partidos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Por isso, sim, Sras. e Srs. Deputados, caros Açorianos, nós estamos a prestar contas e assim continuaremos com esta ou outra forma parlamentar de nos permitir vir aqui de cabeça erguida assumir as realizações que nos satisfazem e nos dão brio, como também assumir com humildade aqueles erros e aquelas omissões que forem detetadas.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E é assim que deve ser na democracia. Não se trata de uma

democracia corporativa. Trata-se, sim, da afirmação do diálogo social, que é democrático e que envolve diretamente a cidadania. E não se confunda o exercício da cidadania com o século passado de regime corporativo! Não tem nada a ver!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E uma ligação à democracia participativa enriquece a democracia liberal, enriquece o nosso regime de diálogo e de concertação. E assim é a profunda convicção que deve ser o evoluir dos democratas. Sim, porque não existe democracia sem democratas, apesar de poderem existir democratas sem democracia. E essa faz toda a diferença, não é só a afirmação, é a sua praticidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Quero, por isso, deixar uma palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a dizer-lhe que fez bem em reafirmar a necessidade e o dever de prestação de contas. Cá estamos para, por iniciativa própria ou chamados a fazê-lo, prestar contas. Conte connosco nessa disponibilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu queria deixar esta nota: não se inquiete nem se amargure com as boas notícias da boa governação dos Açores. Nós pretendemos todos que a governação seja boa para todos e não uma amargura para alguns, apenas porque perderam o poder.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É sempre possível dizer que numa declaração mais extensa ou menos extensa exista uma qualquer omissão, a de conveniência da retórica. E nós estamos focados, volto a repetir, em ditos que correspondam à realidade e não em ditos de conveniência retórica. Por isso, estamos fundados nos factos. E por falar em factos, Sr. Deputado, enfim, na impossibilidade de afirmar e contraditar tudo o que quis nos clichés que, em campanha eleitoral do Partido Socialista, tem vindo a desenvolver e aqui repetidos, deixar apenas esta nota corretiva, porque é preciso saber fazer contas: falou do endividamento. Para que fique claro, o endividamento líquido de 2020 foi de 362,6 milhões de euros. O endividamento líquido proposto para 2021 é de 245 milhões.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É menor, é verdade!

O Orador: É menos! Não é mais, conforme as suas erradas contas!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não disse que era mais!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Que eu saiba, Sr. Deputado...

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

O povo quis uma mudança. E o senhor não fez a mudança que o povo queria. E agora está a acusar-nos de darmos continuidade às medidas que nós consideramos, e o povo, que devem ter continuidade. Não mudou o que era para mudar. Não quer continuar o que é para continuar. Ficou com o juízo negativo do povo e da democracia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não fiquei! O PS teve o juízo positivo do povo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Está encerrada esta comunicação do Governo ao Parlamento.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Bom almoço. Regressamos às 15h.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, decidi a Conferência de Líderes que os pontos um e dois da nossa Agenda serão discutidos em conjunto: a **Anteproposta de Lei n.º 2/XII** e a **Anteproposta de Lei n.º 3/XII**.

Ambas versam sobre a **“Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”**.

A Anteproposta de Lei n.º 2/XII foi apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e do PPM e a Anteproposta de Lei n.º 3/XII é apresentada pelo

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos para este debate são os seguintes: os autores das iniciativas, ou seja, o PSD, o CDS, o PPM e o Bloco de Esquerda, assim como o Governo Regional e o Partido Socialista dispõem de 22 minutos; o Chega dispõe de 12 minutos; a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem de 10 minutos cada.

A esses tempos, como é um debate em conjunto, acrescem oito minutos por cada grupo e representação parlamentar.

Para a apresentação da iniciativa da Anteproposta de Lei n.º 2/XII, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, tem a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Anteproposta de Lei – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social.”

Desde dezembro de 1991 que o destacamento norte-americano na Base das Lajes tem sido alvo de sucessivas reestruturações promovidas pelos Estados Unidos da América, com contínuas reduções de postos de trabalho diretos e indiretos e com consequente impacto na dinâmica económica da ilha Terceira e dos Açores.

No início do ano de 2015, o Governo dos Estados Unidos da América comunicou a intenção de reduzir o contingente militar estacionado na Base das Lajes para um mínimo de 165 efetivos militares, na sequência de mais um processo de reestruturação daquela unidade militar.

Essa redução efetuou-se no segundo semestre de 2015 e, para além do impacto económico e social muito negativo que causou no concelho da Praia da Vitória, na ilha Terceira e nos Açores, implicou a reestruturação dos serviços prestados naquela unidade militar e teve como consequência a redução de 500

postos de trabalho diretos portugueses.

Ao abrigo da Lei n.º 32/96, de 26 de agosto, os trabalhadores da Base das Lajes afetados por essa reestruturação solicitaram a atribuição da pensão extraordinária a que têm direito os trabalhadores abrangidos por acordos internacionais na Região Autónoma dos Açores.

Sucede que os trabalhadores que foram obrigados, por via da reestruturação promovida pelos Estados Unidos da América, a solicitar a aposentação antecipada entre os anos de 2015 e 2018 estão presentemente a ser penalizados com cortes nas suas pensões devido à aplicação do fator de sustentabilidade.

Apesar de, em setembro de 2020, o Governo da República ter decidido eliminar, para uma série de profissões, o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social, a verdade é que aqueles antigos trabalhadores da Base das Lajes não foram abrangidos.

Embora o Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que eliminou o fator de sustentabilidade, abranja os trabalhadores da Base das Lajes, excluiu todos os que foram obrigados a solicitar a reforma antecipada entre 2015 e 2018, por via da redução do contingente militar norte-americano.

Recorde-se que o fator de sustentabilidade foi criado pelo Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, mas nunca foi aplicado às pensões dos antigos trabalhadores da Base das Lajes que pediram a reforma antecipada entre 1991 e 2015.

Considerando a justiça social e a equidade que o Estado deve assumir na aplicabilidade da Lei, importa acabar com esta discriminação entre trabalhadores, eliminando assim a aplicação do fator de sustentabilidade às pensões de todos os trabalhadores da Base das Lajes, independentemente do ano em que requereram a aposentação.

Este tratamento discriminatório a alguns antigos trabalhadores da Base das Lajes só pode ser corrigido com a alteração à legislação que elimine a aplicação

do fator de sustentabilidade, garantindo assim a reposição integral do valor das pensões dos antigos trabalhadores da Base das Lajes que requereram a aposentação entre 2015 e 2018.

Relativamente à Anteproposta de Lei apresentada pelo Bloco de Esquerda, cumpre-nos dizer que, apesar de respeitarmos a vossa posição, consideramos esta pouco objetiva, na medida em que engloba profissões nunca exercidas na Região Autónoma dos Açores, como é o exemplo dos mineiros, bailarinas, ou bordadeiras da madeira. Não podendo dessa forma quantificá-las.

A nossa Anteproposta procura com dados concretos resolver objetivamente o problema de sensivelmente 500 trabalhadores que ficaram prejudicados, não só por sua vontade, mas sim por imposição da extinção do seu posto de trabalho.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Alexandra Manes para a apresentação da iniciativa do Bloco de Esquerda, a Anteproposta de Lei n.º 3/XII. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social.”

Em 2007, o Governo da República criou o fator de sustentabilidade, um mecanismo para aplicação de cortes nas reformas antecipadas.

Em 2020, este mecanismo de corte no valor das pensões foi eliminado para várias profissões com características particulares, como, por exemplo, trabalhadores da extração ou transformação primária da pedra, profissionais de bailado, trabalhadores portuários, controladores de tráfego aéreo, pilotos de aviação, pescadores, trabalhadores marítimos da marinha do comércio de longo curso, de cabotagem e costeira, e trabalhadores abrangidos por acordos internacionais na Região Autónoma dos Açores, como é o caso dos trabalhadores da Base das Lajes.

No entanto, atualmente, a eliminação deste corte no valor das pensões para os ex-trabalhadores destas profissões só se aplica a quem entregou requerimentos de pensão a partir 1 de janeiro de 2020.

Ou seja, os trabalhadores destas profissões que entregaram requerimento de pensão antes de janeiro de 2020, continuam a ter um corte na sua pensão.

Isto significa, portanto, que um ex-trabalhador da Base das Lajes que tenha solicitado a sua reforma no dia 31 de dezembro de 2019 tem um corte permanente na sua pensão, para o resto da vida. Mas um ex-trabalhador da Base das Lajes que tenha solicitado a sua reforma uma semana depois recebe a sua pensão por inteiro.

Quando dois trabalhadores da mesma profissão, da mesma idade e com o mesmo tempo de serviço recebem pensões diferentes apenas porque pediram a sua reforma em dias diferentes toda a gente percebe que há uma injustiça que tem que ser resolvida.

Ora, é este problema que as duas propostas que estão hoje aqui em debate pretendem resolver.

No entanto, há uma diferença fundamental entre as duas propostas: é que a proposta do PSD acaba com esta injustiça apenas para os antigos trabalhadores da Base das Lajes, e a proposta do Bloco de Esquerda abrange todas as outras profissões em que esta injustiça existe, nos Açores, e em todo o país.

A proposta do Bloco de Esquerda resolve a injustiça de que estão a ser alvo

muitos dos ex-trabalhadores da Base das Lajes, mas também de muitos outros trabalhadores, quer estejam nos Açores, na Madeira, no Algarve ou no Minho.

A proposta que for aprovada hoje no Parlamento dos Açores será ainda debatida e votada na Assembleia da República. E uma coisa é certa: o apoio do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República à nossa proposta, que é mais abrangente, está assegurado. E os restantes partidos aqui representados? Vão ficar pela tentativa de resolver uma parte do problema? Ou terão coragem para exigir justiça para todos os antigos trabalhadores que estão numa situação idêntica?

Da aprovação desta iniciativa do Bloco de Esquerda no Parlamento dos Açores não poderá resultar qualquer consequência negativa. Será, no mínimo, o recurso a uma competência estatutária da Autonomia para dar um sinal político num assunto de dimensão nacional, o que só dignifica este Parlamento. No máximo, e caso a iniciativa seja também posteriormente aprovada na Assembleia da República, será reposta justiça na vida de muitas pessoas que trabalharam uma vida inteira e estão agora aposentados.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão apresentadas ambas as iniciativas e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rodolfo tem a palavra se faz favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, determina a eliminação do fator de sustentabilidade das pensões de velhice antecipadas para as profissões consideradas de desgaste rápido e que estão elencadas no mesmo diploma.

Acontece que também o mesmo diploma determina que direito a essa eliminação do fator de sustentabilidade têm apenas os trabalhadores dessas profissões, mas que tenham entregue o seu requerimento a partir do dia 1 de

janeiro de 2020.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como é óbvio, considera existir aqui uma grande discriminação para com os trabalhadores, nomeadamente para com os trabalhadores da Base das Lajes, que entre 2015 e 2018, cerca de cinco centenas de trabalhadores não beneficiam, digamos assim, deste direito que é dado aos mesmos trabalhadores que entregaram o seu requerimento após o dia 1 de janeiro de 2020.

Para além disto, o Grupo Parlamentar do PS considera ainda da maior justiça social que também os restantes trabalhadores elencados no mesmo diploma tenham exatamente o mesmo direito. É por isso que o Grupo Parlamentar do PS acompanha a Anteproposta do Bloco de Esquerda em detrimento da Anteproposta apresentada pelos partidos da coligação.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Subsecretário Regional da Presidência, faça favor, tem a palavra.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ambas as iniciativas vêm, de facto, repor uma justiça que pretende com esta iniciativa revogar o fator de sustentabilidade aos pensionistas que requereram a pensão ao abrigo do regime de antecipação de idade de acesso à pensão de velhice entre 2015 e 2019.

A diferença entre ambas as iniciativas, como aqui já foi dito, reside no facto da Anteproposta de Lei apresentada pelo Bloco de Esquerda ser mais abrangente no âmbito da sua aplicação, uma vez que não se cinge aos trabalhadores da Base das Lajes, mas engloba uma quantidade de profissões para as quais foi eliminado o fator de sustentabilidade, como por exemplo as bordadeiras da Madeira, ou os trabalhadores dos interiores das minas, ou os profissionais de

bailado clássico, enfim ... Uma série de profissões as quais são abrangidas por esta situação.

A iniciativa do Bloco de Esquerda, no entender do Governo, extravasa, portanto, a situação específica dos trabalhadores da Base das Lajes. A iniciativa apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM visa resolver única e exclusivamente a situação particular dos trabalhadores da Base das Lajes, que é uma realidade regional muito singular e merece, portanto, a atenção redobrada por parte dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

É, portanto, por isso, que perante uma situação que encontramos de um quadro de redução do contingente militar estacionado na Base das Lajes para um mínimo de 165 efetivos militares e de rescisões por mútuo acordo de 400 trabalhadores portugueses da Base em 2015, estes trabalhadores merecem uma diferenciação positiva que encontra correspondência nesta iniciativa da Anteproposta apresentada pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Subsecretário.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS é subscritor desta iniciativa apresentada pelos partidos da coligação exatamente no sentido de resolver um problema regional identificado aqui, na nossa Região Autónoma dos Açores.

Obviamente que não está em causa as outras profissões elencadas no Decreto-Lei n.º 70/2020, no entanto, sendo esta Assembleia um órgão de governo próprio da Região Autónoma dos Açores faz sentido que atendamos às condições específicas da nossa Região.

É certo que esta iniciativa chegando à Assembleia da República os grupos

parlamentares na Assembleia da República terão oportunidade, se assim o entenderem, de apresentar as alterações que considerarem necessárias para estender o regime que eventualmente venha a ser aprovado aqui a todas as profissões elencadas no Decreto-Lei n.º 70/2020.

No entanto, no uso das competências específicas que temos obviamente que faz sentido atendermos à condição particular dos trabalhadores da Base das Lajes

...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e fazemo-lo, porque ao fazê-lo dessa forma estamos a garantir uma aprovação na Assembleia da República, o que poderá não acontecer com uma proposta genérica para todas as profissões elencadas no Decreto-Lei n.º 70/2020.

Por alguma razão esse decreto-lei em 2020 excluiu aquelas profissões antes de 1 de janeiro de 2020, ou seja, todos aqueles profissionais que antes de 2020 acederam à reforma continuam a ver sobre a sua pensão o encargo do fator de sustentabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem razão!

O Orador: Por alguma razão foi feito assim há poucos meses atrás. Portanto, fazer uma proposta de alteração mais abrangente a todas aquelas profissões não garantirá que será aprovada na Assembleia da República e nós o que desejamos é que seja feita justiça aos trabalhadores da Base das Lajes, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Antes pelo contrário!

O Orador: ... por isso é que estreitamos o objeto da nossa proposta de alteração à situação específica dos trabalhadores açorianos na Base das Lajes, para dessa forma conseguirmos potenciar a probabilidade de uma aprovação. Obviamente que na Assembleia da República os grupos parlamentares depois poderão, se assim o entenderem, fazer as propostas de alteração que desejarem e estender esta exclusão às outras profissões, mas no que nos compete a nós, a este órgão de governo próprio, é atender às condições específicas do nosso

arquipélago. Daí, apresentarmos esta proposta com o objeto específico nos trabalhadores da Base das Lajes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, se faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, por acaso, aqui nesta questão, tenho umas dúvidas que me surgiram ao longo daquilo que foram as intervenções, nomeadamente da Sra. Deputada Vânia Ferreira, do Sr. Subsecretário e também do Sr. Deputado Pedro Pinto. Houve aqui uma data de referências que foram feitas às profissões que estão contantes no DLR n.º 70, no Decreto-Lei, mas por alguma razão excluíram os pescadores, os trabalhadores marítimos, os pilotos ... que são profissionais que existem nos Açores.

Logo, à partida quando estão a dizer que estão a votar só uma profissão específica nos Açores, não! Estão a deixar de fora outras pessoas que estão com a mesma injustiça nos Açores, ou então, passa-se aqui alguma e eu não sei que não existem nem pilotos, nem marítimos nos Açores.

Deputada Ana Luís (PS): Exatamente!

A Oradora: E desculpe, Sra. Deputada Vânia Ferreira, o que a senhora veio apresentar aqui foi uma exclusão: tenta resolver um problema, criando uma injustiça e ainda outra justiça igual.

Não resolve nada! Acaba por resolver só um problema de uma situação, enquanto que neste momento tem a possibilidade para dar um sinal à

Assembleia da República que esta Região não quer portugueses nem de primeira, nem de segunda.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: Exatamente quer os meios direitos para todos.

O Sr. Deputado Pedro Pinto disse – e bem! – as votações na Assembleia da República decorrerão como tiverem de decorrer. Aliás, até fez aqui uma intervenção ao género de Zandinga, fez uma previsão se seria votada favoravelmente ou não, como era especificamente ou não, ...

Mas esqueceu-se de uma coisa, é que do futuro o senhor não o pode dizer, mas do passado tenho aqui quatro situações em que o Bloco de Esquerda na Assembleia da República tentou resolver exatamente este problema em que o seu partido CDS votou contra. Portanto, do passado eu sei qual é a vossa posição na Assembleia da República, do futuro o senhor não sabe.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não é bem assim! Está enganada, Sra. Deputada! Estive lá! Não é bem assim!

A Oradora: Uma coisa também garanto: é que na Assembleia da República nós temos o voto favorável do nosso partido em relação a todos os trabalhadores, sejam eles daqui, ou dacolá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: O problema aqui é que não querem afrontar os vossos partidos na Assembleia da República. O problema aqui é este, é que não têm a coragem para dar um sinal da Região, deste Parlamento nos Açores que é capaz de fazer e bem à Assembleia da República. Não querem afrontar os vossos partidos e só por isso é que criam aqui textos muito bonitos e excluem profissões nas vossas intervenções que fazem parte desta Região.

Agora pergunto-me eu: como é que se sente um pescador ou um trabalhador marítimo, ou um piloto ou copiloto, aqui, nesta Região e que se veja excluído numa proposta destas?

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Vânia Ferreira, faça favor.

(*) **Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Cara colega, na verdade, minha intervenção disse que não desconsiderava a vossa proposta. No entanto, também tenho que lhe dizer que o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República também apoia a nossa proposta.

Deputada Alexandra Manes (BE): Apoia apenas um grupo de trabalhadores! Não apoia todos os trabalhadores!

Está a deixar de fora os marítimos, pilotos ...!

A Oradora: Apoia um grupo de trabalhadores que nós conseguimos quantificar.

Eu gostava que me dissesse se consegue quantificar todos esses trabalhadores dos quais a senhora fala?

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas está!

Deputado Nuno Barata (IL): Está a legislar *ad hominem*!

A Oradora: Eu não creio que seja um problema de injustiça social, agora nós conseguimos quantificar este grupo de pessoas e estamos a tentar resolver essa situação. De maneira que também quero que saiba que também temos o apoio do nosso partido na Assembleia da República.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir nesta matéria, mas de facto a última intervenção da Sra. Deputada Vânia Ferreira suscita-me aqui algumas dúvidas, porque parece-me que a intenção do Partido Social Democrata é legislar *ad hominem*, ou seja, está identificado um grupo de cidadãos específico que está prejudicado numa certa legislação, e que pretende *ad hominem* resolver o problema dessas pessoas. Ora, a técnica legislativa aconselha a que se resolva o problema dos anónimos, precisamente, é por isso que a proposta do Bloco de Esquerda é mais sensata do que a proposta do PSD, porque legislar concretamente para um grupo de cidadãos que é perfeitamente conhecido quase pelo número e pelo n.º cartão de cidadão não me parece que seja uma forma muito séria até de se legislar.

Daí a minha dúvida: se é isso que o Partido Social Democrata pretende é legislar *ad hominem*, ou se pretende que se abranjam todos os outros trabalhadores que estão nas mesmas circunstâncias e é óbvio que é preciso dar também essa identificação para a Assembleia da República, porque é óbvio que é preciso que nesse país, de uma vez por todas, quando se legisla se pense precisamente nisso, se pense em legislar de forma a abranger o máximo possível de cidadãos e não criar situações de discriminação positiva (chamada positiva, porque não há discriminações positivas, há discriminações, quando se discrimina um grupo de cidadãos está a se discriminar outro, seja positivo, seja negativo, há sempre uns que são prejudicados).

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Diferenciação!

O Orador: Não pode haver é uma data-limite para essas situações, portanto, aqui parece-me que a proposta do Bloco de Esquerda, sendo mais abrangente, parece mais sensata.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Spínola tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Rui Spínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a falar aqui de uma realidade regional, de uma realidade singular e de uma realidade quantificável.

Portanto, nós sabemos exatamente o que é que estamos a propor e do que é que estamos a falar.

Mais! Nós estamos a tentar eliminar uma discriminação que existe entre ex-trabalhadores do mesmo local de trabalho que são os trabalhadores da Base das Lajes, ou os ex-trabalhadores, no caso em concreto de 91 a 2015 nunca foi aplicado o fator de sustentabilidade; no final de 2019, 1 de janeiro de 2020, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): 1 janeiro de 2019! 2019!

O Orador: ... também não é aplicado o fator de sustentabilidade, todos aqueles que estão entre 2015 e 2018 foi-lhes aplicado o fator de sustentabilidade. Ou seja, temos trabalhadores do mesmo local de trabalho que tiveram cortes nas pensões e outros que não tiveram. Portanto, a proposta visa exatamente resolver esta situação. Mas é uma situação quantificável, nós sabemos quantos são, nós sabemos o que é que estamos a propor. Nós não estamos a propor para todos de forma genérica, sem qualquer tipo de quantificação.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Portanto, a questão é concreta e objetiva. A nossa proposta é concreta e é objetiva, ao contrário da proposta do Bloco de Esquerda que tenta abranger todas as classes profissionais.

Mas há ainda aqui uma outra questão que eu acho que é preciso perceber. Estes trabalhadores da Base das Lajes estão abrangidos por uma lei, que é a Lei n.º 32/96. Os ex-trabalhadores da Base das Lajes não solicitaram a antecipação da pensão por velhice por vontade própria. Os ex-trabalhadores da Base das Lajes foram alvo de uma rescisão, portanto, tiveram de recorrer a essa antecipação da velhice. Portanto, é um caso específico e um caso diferente.

Portanto, estamos a falar de algo que é singular, estamos a falar de algo que é quantificável e que é uma realidade regional ...

Deputado Nuno Barata (IL): E os outros todos que foram nessas circunstâncias?

O Orador: ... que nos afeta diretamente a todos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, uma lição fica aqui hoje, é que para o Grupo Parlamentar do PSD e também da coligação a justiça quantifica-se, ou seja, justiça para um pequeno grupo, sim; justiça para todos, não. Isso dá trabalho e a gente precisa que seja só aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Sra. Deputada Vânia Ferreira, vou-lhe colocar uma questão mesmo muito direta a si: a Sra. Vânia Ferreira considera que pescadores açorianos, que se reformaram em 2019 devem ter um corte na sua pensão para o resto da vida?

A minha questão é só essa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Alexandra Manes acabou de deixar no ar a pergunta que eu queria deixar, mas ainda queria reforçar mais uma coisa.

Não foram só os trabalhadores da Base das Lajes (e percebo que a época pré-eleitoral e os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória se preparem para fazer esses grandes anúncios) o que é facto é que também houve pescadores, também houve outros trabalhadores que foram convidados a se reformar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esses não votam!

O Orador: Houve trabalhadores de empresas que desde 2008 até 2015 foram compulsivamente convidados a se reformar para não serem despedidos e ficar no fundo de desemprego.

Portanto, não são só os trabalhadores da Base das Lajes que estão nessas circunstâncias. Eu percebo a preocupação em relação aos trabalhadores da Base das Lajes e também tenho essa preocupação. O que é preciso é ter a preocupação em relação a todos os outros que estão nas mesmas circunstâncias, apesar dos senhores não saberem quem são, mas há muitos nesta Região que estão nessas circunstâncias e este é que é problema!

A diferença está em pensar em todos e pensar só em alguns, porque dá jeito agora pensar só em alguns.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O argumento agora aduzido pelo Sr. Deputado Nuno Barata não faz sentido e não faz sentido, porque diz ele “Bem, os senhores estão é preocupados com as eleições, querem ganhar as eleições, portanto estão a legislar para as eleições,

...

Deputada Alexandra Manes (BE): Na Praia!

O Orador: ... e, por isso, como querem muitos votos estão a legislar para poucos, estão a legislar para poucos.

Portanto, o argumento não faz sentido!

Deputada Alexandra Manes (BE): Faz!

O Orador: Quem quer ganhar eleições, seguindo a lógica do Sr. Deputado Nuno Barata, devia apresentar uma proposta que abrangesse o maior número possível de eleitores e não um menor número de eleitores. Portanto, a lógica, Sr. Deputado, não o acompanha nesta argumentação.

Depois, eu considero também que ...

(Apartes da Câmara)

O Orador: São os apartes para quem está a ouvir esta transmissão.

Há também aqui uma questão, que é uma questão bastante relevante. Alguns deputados defendem que esta legislação não pode ser aprovada porque cria aqui uma situação de injustiça.

Eu acho que reunindo as condições, tendo em conta que se trata de uma situação muito específica, uma situação já quantificada, uma situação que pode passar na Assembleia da República, eu acho, pelo contrário, que cria é um precedente que permitirá a resolução de todas as restantes situações que entretanto se conseguirem apurar.

Esta decisão é uma decisão que permitirá escancarar a porta. E, por isso, meus senhores, eu penso que ...

Deputado Nuno Barata (IL): Elas estão elencadas!

O Orador: ... este é também um argumento importante e é um argumento relevante.

O que eu considero é que é importante também resolver questões e nós aqui o que fazemos é resolver problemas. É preciso identificar um conjunto de

situações que possam existir e essas situações também serão resolvidas se elas existirem. Não importa dizer que existem e não demonstrar. Isso é uma questão mais religiosa, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está definido na lei, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... que é acreditar naquilo que não se vê, porque Vs. Exas. não definiram, não identificaram, não quantificaram a vossa proposta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está na lei!

O Orador: Portanto, nesse sentido esta proposta é uma proposta que identifica, que quantifica, que resolve o problema, que resolve um problema do ponto de vista específico.

O que considero é que não é minimamente aceitável dizer aos outros que têm proposta que são eleitoralistas, porque então nós não discutíamos mais nada aqui, no Parlamento. Tudo o que se aprovasse a partir de hoje seria eleitoralista, se fosse do partido *a*, do partido *b* ou do partido *c*.

Quando se apresenta uma proposta para beneficiar os professores é eleitoralista; uma proposta para contratar médicos é eleitoralista. Bom, então nós estamos a embarcar no tipo de discurso que alimenta as redes sociais e o populismo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... com esse tipo de discursos. Isso não é aceitável, porque nos estamos a desqualificar a nós próprios.

Quando são os próprios deputados que vêm para aqui argumentar que uma proposta que beneficia *a* ou *b* (podem não concordar), mas se estamos absolutamente da justiça dessa iniciativa e desse propósito, não vamos para aqui desqualificarmo-nos, dizendo que a proposta é eleitoralista. Então todas são eleitoralistas. Todas as propostas que nós aqui fazemos para resolver o problema das pessoas que beneficiam os pensionistas, os médicos, os agricultores, os pescadores, são todas eleitoralistas. Isto é o populismo mais básico que deve ser combatido e refutado.

Nós aqui estamos com boa intenção de resolver os problemas, temos é divergências. Podemos ter divergências em relação às propostas, agora vir acusar os outros de eleitoralismo é que acho que ...

Ainda por cima no caso do Sr. Deputado Nuno Barata é claramente ilógico que se faça uma acusação deste tipo.

Por isso, considero que esta iniciativa é uma iniciativa razoável, que resolve o problema e abre a porta para resolver outro tipo de situações.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a câmara tem assistido nos últimos plenários à sua tentativa de não se contradizendo, contradizer e obviamente que este Paulo Estêvão que nós agora temos oportunidade de ouvir não é o mesmo Paulo Estêvão que está neste Parlamento nas últimas três legislaturas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó diacho! Roubaram o Paulo Estêvão!

A Oradora: Mas pronto, adiante! Não é para isto que eu pedi a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era, era!

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sra. Deputada Vânia Ferreira, vamos a ver se nos entendemos.

O decreto-lei que retira o fator de sustentabilidade identifica claramente quais são os profissionais que podem e estão abrangidos por esta exceção à lei geral da reforma antecipada. Portanto, a exceção já existe. É falso quando dizemos que este decreto-lei só tem uma categoria profissional referente aos Açores. É falso!

A Sra. Deputada Alexandre Manes já deu exemplos dos controladores aéreos, dos pilotos, dos copilotos, dos marítimos ... Portanto, todas estas pessoas exercem funções também na Região.

Dizer que a vossa Anteproposta pretende dar voz àquilo que é uma competência

dos órgãos de governo próprio, porque estes trabalhadores especificamente da Base das Lajes são os únicos que são dos Açores, lamento dizer-vos e acho que todos vós aceitarão que também aqueles que trabalham na Sata, por exemplo, ou nos aeroportos ao nível do controlo de tráfego aéreo, também exercem a sua função nos Açores. Primeiro aspeto.

Depois, quando falamos da questão da quantificação, a segunda justificação para não apoiarem a iniciativa do Bloco de Esquerda é dizer “Bem, mas os senhores não quantificaram quantas pessoas são.”

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é necessário.

O diploma do próprio PSD prevê que este cálculo da pensão seja feito a requerimento da pessoa que esteja abrangida por esta exceção. Portanto, esta questão também não se colocaria. Porque é que precisamos saber quantos são?

Deputado Rui Spínola (PSD): Mas sabemos quantos são!

A Oradora: Porque não é o Estado que tem de saber quantos são para fazer o cálculo. A pessoa é que apresenta um requerimento e é sobre essa que se tem de fazer o cálculo.

Portanto, as profissões estão identificadas, não é iniciativa do Estado ir à procura destas pessoas, é o contrário. Portanto, não há aqui motivo nenhum para dizer que por não estar identificado o número de pessoas não é possível aprovar esta iniciativa.

Portanto, não há efetivamente vontade da coligação que suporta o Governo de viabilizar a iniciativa do Bloco de Esquerda, que ela sim, na nossa opinião, sendo ambas as iniciativas válidas, mas efetivamente a proposta do Bloco de Esquerda para o Partido Socialista é justa, porque cria uma segunda exceção a todo o grupo que está incluído no Decreto-Lei que por si só já é uma exceção ao regime geral. Por isso, nesse sentido, reitero aquilo que já o meu colega Rodolfo Franca disse, que iremos naturalmente aprovar a iniciativa do Bloco de Esquerda.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para ressaltar aqui o facto de o Sr. Deputado Paulo Estêvão ter feito aqui uma intervenção brilhante para tirar a atenção daquilo que é realmente o objeto desta Anteproposta de Lei. O Sr. Paulo Estêvão limitou-se a comentar uma intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata e falar de populismo, esquecendo-se de todo aquele que foi o seu processo aqui dentro e da forma como o senhor se comportou aqui nas outras legislaturas todas e daquilo que afirmava e que dizia em alta voz. Pois, Sr. Deputado, eu não me esqueci. Eu acompanhava os trabalhos.

Do que fica, aqui, hoje, bem claro, não tenho dúvidas nenhuma... e não quero acreditar que a Sra. Deputada Vânia Ferreira não concorde com aquilo que eu estou a dizer. Eu sei que ela até concorda. Agora, tem um problema, está condicionada pelo seu partido a nível nacional, que disse: não, nós votamos a favor se for só para os trabalhadores da Base. Os pescadores açorianos, os controladores açorianos... Nós só votaremos favoravelmente se for só este número restrito de funcionários. Fica-lhe muito mal, Sra. Deputada! Fica-lhe muito mal, sabe porquê? Porque antes de tudo isto há os nossos valores! E os nossos valores devem ser sempre aqueles que prezam por todas as pessoas que estão nessa situação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga isso ali!

A Oradora: Mas eu compreendo, não deve ser fácil lidar com o seu partido lá

fora na Assembleia da República, que num dia diz uma coisa e noutra dia diz outra. O vosso problema é esse, não querem dizer aos vossos partidos da República, à exceção do Sr. Paulo Estêvão, pronto, que ainda não tem Grupo Parlamentar nem Representação Parlamentar.

De resto, todos os outros que estão aqui estão a colocar um problema nos Açores, que continua com as outras pessoas que estão aqui neste Decreto-Lei. É uma vergonha! É uma vergonha fazerem o que estão a fazer! É uma vergonha dizerem que um ex-trabalhador da Base, que tem direito à sua pensão na totalidade, tem e bem, mas que um pescador açoriano não tem! É uma vergonha! E utilizam aqui argumentos que não lembram a ninguém! A ninguém! Conheço muito bem as vossas cambalhotas que tentam dar para justificar aquilo que não conseguem resolver!

Mas é na Assembleia da República com o vosso Grupo Parlamentar, decidam, resolvam com ele e sejam justos e deem aqui um sinal de os Açores serem capazes de votar, de dar um sinal do Algarve ao Minho, não excluindo pessoas. O que vão fazer aqui é continuar a excluir pessoas!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de devolver à Sra. Deputada Ana Luís a sua apreciação.

Deputada Ana Luís (PS): Muito melhor do que as suas!

O Orador: Quem a vê e quem a viu, Sra. Deputada. Não fui eu que mudei, Sra. Deputada. Só estou mais gordo, acho que é a única diferença.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não foi só isso!

O Orador: Sra. Deputada, então, esta legislação é uma legislação de âmbito nacional, certo? Foi aprovada por quem? Com o apoio político de quem? Quem é que aprovou? Não foi o Partido Socialista? Ah! Então, V. Exa., eu não lhe conheço nenhuma referência sobre esta injustiça. Não conheço ao Partido

Socialista nenhuma intervenção sobre esta matéria, anteriormente. Uma injustiça tão grande, tão gritante... e agora é que a Sra. Deputada se lembra?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por acaso sabe de quando é a legislação?

O Orador: Quem é que mudou, Sra. Deputada?

Deputada Ana Luís (PS): Nunca me tinha visto aqui sentada!

O Orador: Quem é que mudou?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo)*

O Orador: É tão mau, tão gritante, é uma injustiça tão grande... V. Exa. foi Presidente da Assembleia, uma maioria absoluta desse lado para resolver um problema tão grande que foi criado pelo vosso partido e depois diz-me V. Exa. que eu é que mudei?! Não, V. Exa. é que mudou, porque a indignação chegou-lhe agora! Chegou-lhe quando V. Exa. foi para a oposição! Por isso, eu é que não a reconheço, Sra. Deputada. Eu é que não a reconheço.

Deputada Ana Luís (PS): O senhor nunca me tinha visto aqui sentada, esse é que é o problema!

O Orador: Em relação ao Bloco, o Bloco é um partido que deixou que isto acontecesse, Sra. Deputada. Quem é que sustenta e continua a sustentar, como vamos ver agora na votação do Orçamento, os Governos do Partido Socialista que criaram esta legislação e esta discriminação a nível nacional? Não foi o Bloco de Esquerda??

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo)*

Esta discriminação tão gritante, diz V. Exa., que toda a gente viu. V. Exa. não tem o peso político para alterar esta matéria? Dizendo: nós não aprovamos o Orçamento e o Governo cai se V. Exas. não introduzirem esta matéria no âmbito da negociação, no pacote da negociação!

Então, o Bloco de Esquerda, que tem o instrumento necessário, ...

Deputada Ana Luís (PS): O senhor quer é desviar as atenções!

O Orador: ... um Governo da República que depende dele, uma maioria parlamentar que depende dele, porque não é esta Assembleia que pode alterar esta legislação... Esta legislação é uma Anteposta, que tem que ser aprovada na Assembleia da República. E é o Bloco de Esquerda que pode negociar, que pode alterar esta legislação, que tem o instrumento de dizer ao Governo da República, ao Governo que sustenta com o seu voto, tem a oportunidade de lhes dizer: os senhores ou alteram isto ou o Governo cai porque nós não aprovamos o Orçamento da República e nós não permitimos que o Governo do Partido Socialista continue a governar!

Deputada Alexandra Manes (BE): Tenha a coragem de aprovar isto!

O Orador: V. Exas. são os primeiros responsáveis políticos para que esta legislação e esta injustiça continue, porque são V. Exas. que têm o poder de alterar e de colocar o Governo do Partido Socialista sob pressão e alterar esta matéria. São V. Exas que têm essa capacidade e não a utilizaram.

Portanto, também, em relação a essa matéria, o que eu tenho a dizer-vos é que isto é puro populismo o que V. Exas. estão a fazer. Puro populismo. Porque V. Exas. pactuaram com esta situação, permitiram que ela acontecesse. E mais, permitem que o Governo que o está a fazer na República continue no poder.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a nossa preocupação, a preocupação da coligação, é resolver esta questão em particular e eliminar esta discriminação.

É evidente que quantificar é importante, porque isto tem um impacto orçamental. E, portanto, nós temos que quantificar para sabermos o valor que está aqui envolvido.

Deputada Ana Luís (PS): Lá fora é que têm de fazer isso! O processo legislativo é feito lá fora!

O Orador: E o mais curioso disto é que nós, aliás, porque a nossa proposta deu entrada primeiro do que a proposta do Bloco de Esquerda, portanto, o Bloco de Esquerda, enfim, apresentou a sua proposta, e muito bem, mas o que nos surpreende nisto é, efetivamente, o Partido Socialista, que, ao longo destes anos todos, porque isto não é um problema novo, não esteve interessado, nunca, em resolver este problema e agora corre atrás da proposta do Bloco de Esquerda, ...

Deputada Ana Luís (PS): Temos que a votar!

O Orador: ... por oportunismo político, sabendo e podendo comprometer a aprovação e a resolução deste problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É que a questão fundamental que está aqui em cima da mesa é que nós temos condições políticas para resolver o problema dos ex-trabalhadores da Base das Lajes, mas nós não sabemos se temos condições políticas para resolver a questão de todas aquelas classes profissionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, quero, aqui, reiterar, em nome do PSD, mas também em nome da coligação, que o Partido Socialista está a criar aqui todas as condições para não resolver o problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: E, portanto, é bom que isto fique assente.

Também não posso deixar de assinalar aqui algum populismo, alguma demagogia, porque, efetivamente, como já disse o Deputado Paulo Estêvão, este é um diploma do Conselho de Ministros, aprovado na Assembleia da República, com os votos favoráveis do PS e do Bloco de Esquerda. Quer dizer, criou esta discriminação, depois não consegue resolver e agora vai com oportunismo político!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: É verdade! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Rui Espínola, não foi nenhum dos Deputados do Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, que chamou peste grisalha aos pensionistas! Lembre-se disso! Portanto, respeito pelos pensionistas tem, e bem, o Bloco de Esquerda! Coisa que o Grupo Parlamentar do PSD, na República,

não tem! Peste grisalha, lembre-se disso!

Mas estão agora na mesma linha, agora querem fazer um movimento bonitinho e fofinho, mas só para os ex-trabalhadores da Base. O resto das pessoas não interessa.

Também gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que o acordo estabelecido à esquerda, na Assembleia da República, permitiu fazer um pouco mais de justiça aos pensionais em Portugal, que, entre outras coisas, viram ser reconhecidas as longas carreiras contributivas, eliminando, para alguns grupos, os cortes abusivos.

Lembram-se de Passos Coelho e do Governo de Passos Coelho? Lembram-se do que fez o Governo de Passos Coelhos e do CDS na Assembleia da República? Não se lembram? Mas é bom. Vão ao Google e pesquisem o que se passou! Não se esqueçam disso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte ali!

A Oradora: Não se esqueçam que, neste momento, a Segurança Social já está melhor. E porquê? Porque arranjaram-se outras formas de investir na Segurança Social e no Sistema Previdencial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A sério?!

A Oradora: A sério, Sr. João! A sustentabilidade do Sistema Previdencial da Segurança Social foi reforçada. No tempo de Passos Coelho não havia, era cortar as gorduras do Estado, mas os pensionistas é que eram as gorduras do Estado!

Deputado Nuno Barata (IL): A Troika!

A Oradora: Os pensionistas eram as gorduras do Estado! A peste grisalha, que os Srs. Deputados do PSD tinham lá fora a dizer! Não se esqueça disso! Nós não nos esquecemos!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Foi por isso que o Bloco lhes retirou a sobretaxa da ADSE!

A Oradora: Nem nos esquecemos da vossa hipocrisia que está, aqui, hoje,

feita! Nós não nos esquecemos!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, falou que o Bloco tinha feito isto, aquilo e aquele outro. Eu tenho aqui um conjunto de propostas que o Bloco apresentou para corrigir esta situação. Portanto, do meu partido o senhor não pode falar! Está aqui, foram rejeitadas. Está aqui. É evidente que eu não lhe posso dizer a posição do seu partido na Assembleia da República porque não tem. Agora, do meu eu sei. Estão aqui as propostas que foram feitas: ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Então de quem é a responsabilidade? É do Bloco de Esquerda!

A Oradora: ... complemento extraordinário para compensar os pensionistas com longas carreiras contributivas dos cortes efetuados (a data) entre 2014 e 2018! E foram rejeitadas! O vosso partido, o PSD, também votou contra. E o CDS também votou contra. Portanto, não venham para aqui com hipocrisias!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tenha calma!

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à acusação da Sra. Deputada Alexandra Manes, de peste grisalha, não me revejo. Como vê, ainda não me atingiu, por razões genéticas. E por razões políticas, porque, como bem disse, o PPM não estava no Governo no período que V. Exa. apontou.

O que é importante referenciar, Sra. Deputada, é que nós sabemos como é que são feitos os acordos políticos.

Isto não é o faz de conta, como o PCP e o Bloco, nós continuamos a apresentar as nossas propostas. O acordo é mais ou menos este.

Deputada Alexandra Manes (BE): É o acordo que o senhor tem com a coligação?

O Orador: Nós continuamos a apresentar as nossas propostas. Mas estas é que são para aprovar. Estas nós apresentamos e os senhores chumbam. E nós não ficamos zangados. O acordo é esse. O PCP e o Bloco apresentam todos os meses propostas que o Partido Socialista chumba, reprova. E o PCP também. Mas podem ficar de consciência tranquila: ah, porque nós apresentamos... Mas se estivesse no acordo e se estivesse estabelecido que o Partido Socialista não continuaria a governar... Um conjunto de matérias que V. Exas. lavam as mãos, apresentam e ficam de consciência tranquila, porque isso não tem efeitos políticos, porque os senhores não ficam zangados se o Partido Socialista reprovar. V. Exas. continuam a sustentar o Governo, como se irá ver dentro de meses.

Sra. Deputada, se o Bloco de Esquerda tivesse um interesse nuclear em resolver esta questão, diria ao Partido Socialista: nós não continuamos a aprovar e a sustentar o Governo do Partido Socialista se os senhores não nos aprovarem estas mudanças.

Nesta matéria, V. Exa. não tem argumentos. Há as causas boas e há as causas para fazer de conta, no âmbito nacional. Estas são para fazer de conta: nós apresentamos e os senhores podem chumbar. Estas aqui é que são necessárias e essenciais!

Isto pode convencer muita gente, não convence as pessoas inteligentes e não convence, sobretudo, quem sabe como é que estas coisas funcionam.

E, portanto, Sra. Deputada, hipocrisia não vou utilizar nesta Câmara, esta designação, mas o que lhe vou dizer é que a convicção do Bloco de Esquerda nesta matéria é muito poucozinha, porque V. Exas. têm todas as condições políticas para forçar o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista, a mudar esta matéria na Assembleia da República. Têm, ou não têm? Têm! Mas os senhores não fazem. Então, qual é a prioridade? Por isso, o seu discurso, Sra. Deputada, do ponto de vista concreto, não colhe.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas temos hoje aqui e os senhores não

querem!

O Orador: Com a vossa posição, o que vão conseguir é que não se resolva o problema de ninguém. E o problema é sempre este.

Eu tive uma vez um eleitor que me disse assim: como é que o senhor resolve o problema da fome do mundo? O senhor está aqui a querer um museu, o senhor está aqui a querer resolver isto, aquilo e o outro, mas a fome no mundo continua. E, para mim, isto é que é importante.

Assim não podemos avançar. Se não pudermos resolver problemas setoriais, se não pudermos dar pequenos passos, se a única proposta é conseguir resolver de uma só vez a fome no mundo, não é possível. Então, não se faz nenhuma outra proposta, porque, para muita gente, a única proposta que é admissível é fazer isso. Eu também gostaria de fazer isso, mas não é possível. E vou deixar de fazer todas as outras coisas que podemos resolver e alcançar todos os outros resultados práticos que podemos resolver? Não. Vamos dar pequenos passos, resolver problemas concretos, somar a resolução de problemas concretos. E, a seguir, noutras condições políticas, resolver outros problemas. É isso que todos nós fazemos aqui no Parlamento! Nunca apresentamos um pacote de medidas para resolver os problemas todos do mundo. Não é possível. Mas se fizermos alguma coisa todos os meses para resolver pequenos problemas, a soma de pequenos problemas e de médios problemas, a soma da resolução disto, no final, nós teremos resolvido o problema de muita gente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, disse e bem, hoje tem aqui uma oportunidade para resolver parte dos problemas destas pessoas que se encontram aqui abrangidas nesse Decreto-Lei, no âmbito da aplicação do artigo 2.º. O senhor tem, hoje, a oportunidade para fazer aquilo que disse que queria fazer. Então, use essa oportunidade hoje!

Disse.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora que somos Grupo Parlamentar é outra coisa, temos mais tempo.

Sra. Deputada, é importante que se diga às pessoas a verdade. A aprovação destas iniciativas aqui não resolve o problema, porque é necessário que exista na Assembleia da República uma votação favorável.

E é importante que as pessoas tenham consciência daquilo que nós estamos a fazer. O que nós estamos aqui a fazer é remeter uma iniciativa para a Assembleia da República. Ainda assim, é necessário que na Assembleia da República existam as condições para que o diploma que aprovarmos aqui, um ou outro, possa ser aprovado. Essa é que é a questão fundamental. E é importante que todos tenham essa perceção.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de dizer uma verdade, isto ainda vai ser votado na Assembleia da República. Só que, como eu já referi aqui

anteriormente, nós temos o apoio do nosso Grupo Parlamentar na República para votar favoravelmente o nosso, que é mais abrangente. Os senhores do PSD é que não têm o acordo com o vosso Grupo Parlamentar na República para além dos ex-trabalhadores da Base! O problema está é aí, na falta de comunicação e na falta de acordo com os vossos Grupos Parlamentares na Assembleia da República!

Eu entendo todas as cambalhotas e argumentos que têm que ser ditos, mas assumam o que se passa aqui. O que se passa aqui é que só têm um pequeno acordo, só lhes deram autorização, já passados alguns dias: sim, mas tem que ser só este grupo de pessoas, as outras ficam de fora... os pescadores, os marítimos, ficam todos de fora.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Pergunte à sua esquerda como é que vai ser na República!

A Oradora: O problema está aqui, porque, se quiserem resolver a situação, como o Sr. Paulo Estêvão disse, e bem, têm a oportunidade aqui. E vai à Assembleia da República uma proposta mais abrangente para todas as pessoas que se encontram nesta situação.

Mas o problema aqui foi o que eu já disse, é a falta de acordo com o Grupo Parlamentar na República. E disso o Bloco de Esquerda não tem problemas.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Rui Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É muito rápido, só para esclarecer a Sra. Deputada Alexandra Manes de que, efetivamente, o Grupo Parlamentar do PSD e a coligação têm o apoio nacional para aprovar a nossa proposta. Portanto, fica esclarecida quando a essa matéria.

Por isso, quando eu digo que a senhora e o Partido Socialista estão a criar todas as condições para isto não se resolver, esta responsabilidade é vossa.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Pergunte se o Partido Socialista vai aprovar a vossa proposta na Assembleia da República!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rui Espínola acabou de confirmar aquilo que eu já tinha dito. Têm autorização, vão aprovar a vossa proposta, que é assim, é pequenina, é aquela que exclui...

Deputado Rui Espínola (PSD): 500 trabalhadores não presta?

A Oradora: Não, tem 500 trabalhadores da Base das Lajes, mas tem uma outra quantidade de pessoas que estão na mesma situação, e os senhores não querem resolver! E é isso que fica aqui provado, que só têm autorização para um pequeno grupo de funcionários. O resto das pessoas que se encontram na mesma situação ficam de fora.

Com que coragem é que os senhores vão apresentar um Projeto de Resolução para arranjar apoios extraordinários para os pescadores, quando, aqui, nesta mesma semana de Plenário, vão deixar os outros pescadores discriminados? Digam! Qual é a vossa coerência quando pretendem, no mesmo Plenário, apresentar duas propostas em que uma deixa de fora pescadores que já se reformaram e a outra é para dar um apoio extraordinário neste momento.

Ó Sras. e Srs. Deputados, não tentem passar um atestado à gente, está bom?

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, gostaria que me prestasse alguma atenção.

A Sra. Deputada dir-me-á se eu percebi bem. Eu percebi que V. Exa., com essa afirmação toda, assumiu, aqui, um compromisso em nome do Bloco de Esquerda, que é o seguinte: retirarão o apoio ao Bloco de Esquerda nacional se o Bloco de Esquerda nacional não colocar, no âmbito da negociação do Orçamento de Estado, esta medida como uma medida obrigatória.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Onde isto já vai!

O Orador: Ou seja, o Bloco só poderá votar o Orçamento de Estado a favor se também resolver esta questão que sai daqui pela mão do Bloco de Esquerda e chega a Lisboa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! É isso mesmo!

O Orador: É isso que V. Exas. disseram? Sra. Deputada, percebi bem? A senhora retira as consequências políticas para si própria e para o Bloco de Esquerda se não for colocada, do ponto de vista instrumental, esta questão? Ou seja, V. Exa. não apoiará a atual Direção do Bloco de Esquerda se o Bloco de Esquerda não disser no âmbito da negociação e não colocar esta matéria? Se não aprovarem esta proposta que saiu do Parlamento dos Açores, nós criticamos o Bloco de Esquerda, a Direção...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Tem essa garantia, Sra. Deputada?

O Orador: ... e não apoiamos a Direção Nacional do Bloco de Esquerda, porque está nas mãos do Bloco de Esquerda colocar, no âmbito da negociação do Orçamento de Estado, esta matéria, que é uma matéria prioritária. Percebi bem, Sra. Deputada? Foi isso que a Sra. Deputada disse?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Foi exatamente isso! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, aquilo que eu disse foi aquilo, efetivamente, que eu disse. Nós temos o apoio do nosso Grupo Parlamentar na República para fazer aprovar a nossa Anteproposta de Lei.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E a outra parte?

A Oradora: E, por consequência, tendo em conta a posição do Grupo Parlamentar do PS aqui na Região, deduzo também que não estejam em contradição com o seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República.

Agora, a questão que está aqui é que os senhores continuam a querer dar a volta à questão que é essencial, continuam a não querer os açorianos e açorianas que estão em casa, os pescadores, os familiares, os controladores aéreos, os pilotos e todas essas pessoas que os Srs. e as Sras. Deputadas querem deixar de fora nesta questão para resolver essa injustiça. Saiba que estão a tentar deixar de fora pessoas que já estão a ser prejudicadas.

Eu percebo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu já acompanho os trabalhos parlamentares há bastante tempo para saber como é que o senhor dá a volta às questões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não dou a volta às questões!

A Oradora: Sei, sei muito bem!

Portanto, aqui, o que eu quero que fique bem claro e que todas as açorianas e açorianos percebam é que pelas mãos da coligação não vai ser dado um sinal à Assembleia da República de que estamos ao lado de todos e todas as pessoas que estão neste momento a ser prejudicadas por este fator de sustentabilidade.

O que querem é, sem dúvidas, dar uma resposta, e bem, aos ex-trabalhadores da Base e querem deixar de fora todas as outras pessoas que se encontram a ser

prejudicadas. E é isso que as pessoas em casa têm que perceber. Aqui não é populismo, aqui é factual. Querem continuar que várias pessoas sejam prejudicadas nessa situação, mais nada! E querem resolver um problema que, por sinal, diz respeito ao concelho da Praia da Vitória. Pronto, está tudo dito. O povo não é tolo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível)

Foram tantos anos... Não há qualquer tipo de dúvida, Sr. Presidente. Eu é que estou habituado, foram muitos anos a chamar, obviamente, pela Sra. Presidente, a pedir a palavra à Sra. Presidente. Guardo muito boas memórias desse período. Devo dizer, em relação a esta matéria, que a Sra. Deputada Alexandra Manes... Ouça, eu tenho toda a paciência do mundo, é das minhas poucas virtudes, a persistência.

Deputada Ana Luís (PS): É verdade! É sim, senhor!

O Orador: Eu vou-lhe dizer uma coisa, Sra. Deputada: eu verifiquei que, afinal, isso é um tiro de pólvora seca. Eu percebi toda essa determinação, todas essas garantias. E V. Exa., veja bem, recapitule o filme. Quando é que a senhora se lembra que esta questão é importante? Depois da coligação ter apresentado a proposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A coligação apresenta a proposta... Isto é como a Lei Mental de D. Duarte. V. Exa., que já tinha esta matéria por publicar, entra com uma proposta depois da coligação se ter lembrado. Depois é que V. Exa. se lembra. Mas, pronto, é uma coisa positiva. V. Exa. dar-me-á, pelo menos, essa satisfação de

reconhecer que a sua proposta entrou depois da nossa. Pelo menos, tivemos uma virtude, foi lembrar V. Exa. desta questão, que nos anos anteriores não se lembrou, no âmbito do Governo da República.

Depois, eu quero aqui dizer o seguinte: V. Exa., então, entrega-se ao Partido Socialista. Veja bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Eu?!

O Orador: Porque o Partido Socialista aprovando aqui, V. Exa. chega à conclusão que o Partido Socialista aprovará lá fora.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor quer mesmo falar de entregas?

O Orador: Ou seja, o Partido Socialista, aprovando aqui, terá a capacidade... E o Partido Socialista lá fora ficará absolutamente condicionado e dirá: não, o Partido Socialista nos Açores aprovou e nós aqui somos obrigados a aprovar. Sabe qual é o problema de inferir isto? É que isto não é verdade. Posso-lhe dar vários casos em que o Partido Socialista aprovou... Ainda estava no Governo o Partido Socialista, com muitas competências, com muita influência, era o Sr. Deputado Vasco Cordeiro o Presidente do Governo, uma figura influente dentro do Partido Socialista nacional, e o Partido Socialista nacional aprovou aqui matérias que lá fora o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar não aprovaram. Portanto, V. Exa. não pode retirar essa conclusão. Concordará comigo que isso não é certo, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também se aplica ao PSD!

O Orador: ... que o Partido Socialista, tendo em conta a sua autonomia na Região Autónoma dos Açores, na Região Autónoma da Madeira ou na República, não vota sempre da mesma forma. A história demonstra isso. Não pode, portanto, retirar essa conclusão.

E, depois, a minha desilusão com V. Exa. é a seguinte: estou desiludido, porque eu gosto da sua convicção, da sua determinação, Sra. Deputada, mas, quando chega àquele momento que é ou parte ou racha, a Sra. Deputada diz: não, compromisso é para o Bloco, mas o Bloco não vai colocar isso no pacote

negocial de nós aprovarmos ou não aprovarmos o Orçamento de Estado se esta legislação não for aprovada. O Bloco não vai colocar essa condição.

Isso é que resolve. Ouça, se a Sra. Deputada fizer isso, eu fico a admirar V. Exa. Se V. Exa. disser assim: nós garantimos, está no pacote negocial do Bloco de Esquerda. Não há Orçamento de Estado para ninguém se esta medida não for aprovada. O Bloco de Esquerda tem esse poder. Se V. Exa. me dissesse isso, olhe, digo-lhe, eu rendia-me à sua determinação. Rendia-me mesmo. Mas V. Exa. não é capaz de assumir isto! V. Exa. diz-me: eu disse o que eu digo... Quer dizer, isto não é nada! Não se refugie em sofismos! Eu quero coisas determinadas, compromissos determinados, Sra. Deputada, porque, senão, afinal, o que é que é? Não é nada. É uma proposta que chega lá com poucas condições para ser aprovada na Assembleia da República.

O Partido Socialista, diz V. Exa... Bom, não se entregue a esse santo, Sra. Deputada! É a única coisa que lhe posso dizer.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Importa colocar aqui um ponto de ordem no debate.

A Sra. Deputada Alexandra Manes tem usado o argumento dos pescadores dos Açores...

Deputada Alexandra Manes (BE): Marítimos e aéreos.

O Orador: Sim, exatamente. E os pilotos.

... como quem diz: nós, no Bloco, somos os bons, que atendemos a todos, e aqueles daquele lado são os maus, que só querem atender a alguns, poucochinhos.

Pois bem, o que nós ainda não percebemos é, efetivamente, quantos é que são esses marítimos, quantos é que são esses pescadores, nem que seja um número aproximado, quantos é que são esses pilotos, quantos é que são esses copilotos.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh, senhor! Até podem ser zero!

O Orador: Sra. Deputada Alexandra Manes, é preciso esclarecer os açorianos que nos estão a ouvir, porque a senhora quer fazer passar a ideia de que nós estamos a falar de todos os pensionistas a quem recai o fator de sustentabilidade. Não. Esta proposta é exclusivamente para aqueles que pediram a antecipação da sua idade de pensão de velhice. Não é para todos.

Deputada Alexandra Manes (BE): E porquê? Ao abrigo de quê?

O Orador: Portanto, não queira fazer confundir este grupo específico de cidadãos que antecipou a sua idade de reforma com todos os outros reformados, que é aquilo que a senhora está a querer passar, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Não!

O Orador: ... para passar a ideia de que o grande Bloco de Esquerda é que é o bonzinho e aqueles acolá é que são os mauzinhos, que não querem saber dos pensionistas para nada.

Sra. Deputada, estamos falando apenas e exclusivamente de um grupo de pessoas que foi forçado a antecipar a sua idade de reforma.

Deputada Ana Luís (PS): Mas as outras profissões também podiam pedir as suas antecipações!

O Orador: E nós, a coligação, identificou um problema com um grupo de cidadãos que trabalhou na Base das Lajes, nos Açores.

É legítimo que haja até outros grupos nos Açores, e o Bloco de Esquerda diz que os há, mas é incapaz de nos dizer pelo menos um número aproximado de quantos são.

Deputada Alexandra Manes (BE): Isso não é justificação nenhuma!

O Orador: É a justificação, Sra. Deputada!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é!

O Orador: E, portanto, Sra. Deputada, a coligação apresentou uma proposta para resolver este problema. Como o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu, muitas vezes, é mais vantajoso dar pequenos passos e garantir pequenos passos

do que tentar conquistar o mundo de uma só vez.

E, portanto, estamos convencidos que a proposta que apresentamos é uma proposta que é aprovável na Assembleia da República. Se os Grupos Parlamentares da Assembleia da República considerarem que é fundamental atender a todos os outros grupos profissionais, pois, também, naqueles que são os mecanismos legislativos ao dispor da Assembleia da República, podem introduzir as alterações que considerarem necessárias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, nós estamos a falar de um universo restrito, objetivo, regional, singular e, sobretudo, quantificável.

E eu registo, não com bom agrado, que a Sra. Deputada Alexandra Manes considere que os 500 trabalhadores da Base das Lajes sejam uma parte muito pequenina.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está a desprezar trabalhadores!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não foi o que eu disse!

O Orador: Acho que isso não é correto. É um conjunto de trabalhadores que exerceram a sua profissão e que devem ser dignificados e que devem ser valorizados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas vamos falar de discriminação. Estamos a falar de discriminação de trabalhadores, portanto, da mesma classe de profissionais, digamos assim, do mesmo grupo de trabalhadores, entre 2015 e 2018, com outros que não foram alvo dessa discriminação. E por esse motivo é que eu não percebo a proposta do Bloco de Esquerda, porque a proposta do Bloco de Esquerda tenta abranger todas as classes profissionais previstas nesta lei, mas é só todas as classes profissionais previstas nesta lei que requereram pensão a partir de 01 de janeiro de 2015.

Então, o fator de sustentabilidade é criado em 2007. E aos outros trabalhadores que estavam antes, pode-lhes ser aplicado o fator de sustentabilidade? Vamos criar mais uma injustiça? A proposta do Bloco de Esquerda o que está aqui a fazer é criar mais uma injustiça para os restantes trabalhadores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: E, portanto, não percebo esta proposta e não percebo essa atitude. E queria ressaltar que este jogo político do PS e do Bloco de Esquerda está a criar todas as condições para não resolver a questão dos ex-trabalhadores da Base das Lajes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Menes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Eu queria aqui esclarecer uma coisa: o problema que identificaram foi o mesmo problema que nós identificamos numa reunião que nos foi pedida e solicitada por um sindicato. E temos toda a legitimidade para entregar uma proposta, ou não. O que aconteceu foi que a vossa proposta era tão limitadora que nos sentimos na obrigação de tentar corrigir o que estava feito e a tentativa de vos chamar a atenção para aquilo que podia resultar daqui e que, provavelmente, resultará.

Continuo a dizer que o vosso grande problema, porque não quero acreditar que nenhuma Sra. Deputada nem nenhum Sr. Deputado dessa bancada queira prejudicar alguém, o problema que existe, pronto, é aquele que eu já aponte, aquele que eu disse, que é aquilo que têm acordo lá com os vossos Grupos Parlamentares na Assembleia da República. E, pronto, foi para os ex-trabalhadores da Base. Pronto, não conseguem ir mais longe, não conseguem ser mais abrangentes, mas ao menos reconheçam isso.

Depois, eu não disse que os trabalhadores da Base eram assim, disse que podia ser muito mais abrangente do que aquilo que poderiam fazer.

Deputado Rui Espínola (PSD): Disse, disse!

A Oradora: E os senhores, simplesmente, não querem. Assumam! Se não querem, assumam!

Sr. Paulo Estêvão, para um Sr. Deputado que está registado nos mais diversos episódios desta Casa, nos artigos de opinião, de tanta coisa que fez, dizer que a gente se entregou, ó Sr. Deputado, pense bem em tudo o que o Sr. Deputado disse antes das eleições e todos os sapos que tem engolido agora depois de ter coligado! Ó Sr. Deputado!...

Termino a minha intervenção, Sr. Presidente.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A linguagem parlamentar está a resvalar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, está a ficar descontrolada.

Deputado Miguel Costa (PS): E agora, Sr. Presidente?

O Orador: Não fique! Não vai a lado nenhum assim.

Vou-lhe dizer uma coisa, Sra. Deputada, vamos manter a argumentação, eu gosto de discutir consigo: há aqui uma responsabilidade política que V. Exa. assume. É que se esta proposta não for aprovada... Vamos imaginar que a maioria da Câmara apoia a sua proposta e não a da coligação. Num Parlamento plural como o nosso, pode acontecer. Antes não podia acontecer, mas agora pode. O que é que vai acontecer? V. Exa. e quem eventualmente votar a favor serão os responsáveis pela não resolução desta questão concreta para todas estas pessoas que iriam ser abrangidas e que veriam o seu problema resolvido. É importante que a senhora assuma também as responsabilidades, porque, se a sua proposta não passar na Assembleia da República, é a senhora que é responsável pela não resolução dos problemas destes trabalhadores! Essa é a questão que é fundamental! E eu vou ter oportunidade de lhe imputar essas responsabilidades aqui nesta Câmara. Não me vou esquecer de o fazer. É importante dizer-lhe.

Em segundo lugar, eu vejo esta proposta, já lhe disse, como um Cavalo de Troia, que irá permitir tomar a cidadela, tomar a fortaleza. Conhece, com certeza, o Cavalo de Troia. É uma boa estratégia. É entrar dentro do sistema, conseguir criar este quadro de exceção e, a partir daí, V. Exa. consegue demolir o resto.

Agora, V. Exa., com a sua posição, porque, afinal, não tem nada para dar, não tem nenhuma exigência, não tem nada, o Bloco de Esquerda não assegura nada... O Bloco de Esquerda disse aqui, por iniciativa de V. Exa.: não, não, há muitas matérias importantes, mas essa não será uma matéria fulcral, essa não será a matéria que nos levará a votar contra o Orçamento de Estado. Não, não.

V. Exa., não assegurando aqui nada, não resolve a questão. O que V. Exa. está a conseguir é a não resolução desta questão para o grupo de trabalhadores a que estava dirigido. E essa responsabilidade política é sua e de quem a acompanhar nessa aventura! A responsabilidade é sua!

É importante estabelecer isto e é importante referenciar o seguinte: V. Exa. não dá aqui nenhuma garantia em relação à aprovação disto na Assembleia da República. Nenhuma! Poderia dar? Não, não, mas não é só do seu Grupo, é do Governo que V. Exa. sustenta e na negociação que V. Exa. irá fazer no âmbito do Orçamento de Estado! Aí V. Exa. já não dá nenhuma garantia!

Portanto, o que V. Exa. consegue não é a resolução da questão de muitos. O que V. Exa. vai conseguir com a sua proposta é a não resolução de nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é a grande realidade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, ao querer resolver tudo para todos, arrisca-se a não ter nada. E já diz o ditado: “Quem tudo quer, tudo perde.”

A coligação identificou um problema. Pretende resolver esse problema, na certeza de que ao resolver esse problema fica aberta a possibilidade de, havendo outros casos de injustiça, eles também poderem ser resolvidos em sede de Assembleia da República.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se a nossa proposta não passar na Assembleia da República, a culpa não é do Bloco de Esquerda, a culpa é dos partidos que votarem contra.

A outra coisa que está aqui em questão é que só dizem que a nossa proposta pode criar problemas se passar ou não passar, mas o que nos leva a crer é que nem vocês nem os partidos da coligação têm a vossa garantia na Assembleia da República. E que dá muito jeito que nesta altura se diga que o Governo da República chumbou a vossa proposta.

Finalizei.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate já vai longo, mas é uma questão de respeito pelos outros Grupos Parlamentares discutir minuciosamente as questões. Por mais enfadonho que possa ser o assunto, é sempre importante discutir esta questão.

Então, depois de tantas certezas, de tantas convicções, chegamos ao seguinte: nós só temos uma garantia, é o voto do Bloco de Esquerda. Nós só temos essa garantia. Quanto aos outros mecanismos de pressão em relação a colocar esta matéria no âmbito da votação do Orçamento de Estado como nuclear para o Bloco de Esquerda, isso V. Exas. já se retiraram dessa carruagem e não assumem nenhum compromisso.

Portanto, o Bloco de Esquerda tem uma arma. Muita gente chama a tal bomba

atómica. Tem essa capacidade, mas não a vai usar. É tão importante, tão importante, mas não a vai usar. Porquê, Sra. Deputada? Porque é que não usa essa questão? Porque é que não coloca essa questão no âmbito da votação do Orçamento de Estado, das condições que é preciso reunir? Porque é que não faz, Sra. Deputada?

Depois, vejo também que já deixou de acreditar (ainda bem que eu lhe chamei a atenção para isso) que o Partido Socialista, votando aqui a favor, lá está garantido que vote também a favor. Vejo que já perdeu essa convicção. É bom. Pelo menos há resultados práticos do nosso debate aqui.

Depois, Sra. Deputada, ou eu não percebo de matemática... A nossa proposta está garantida, porque, se for aprovada pelos partidos que estão aqui na coligação que também estão na República e se for aprovada também pelo Bloco de Esquerda, não é, e com o outro partido que vota sempre, que é o PCP, a questão é a seguinte...

Deputado António Lima (BE): O senhor já fala pelo PCP!

O Orador: Não, não, é o histórico do PCP.

Portanto, então, vamos lá ver uma coisa: está assegurada a maioria, não é? Mas somamos ou não? Podemos somar? É que é uma questão de lógica. Com o PSD, com o CDS, com o Bloco, está garantida a aprovação desta medida!

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas falta o PCP!

O Orador: Mais o PCP, é evidente.

Ouça, há uma coisa que eu não tenho dúvidas e posso dizer aqui: eu elogiei muitas vezes o PCP, também tivemos algumas questiúnculas, mas o PCP é um partido muito coerente nestas matérias. Muito coerente. Não alterará o seu sentido de voto.

Portanto, a nossa proposta será aprovada, de certeza absoluta, na Assembleia da República! E essa certeza V. Exa. não consegue dar!

Percebeu?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. Vamos começar, naturalmente, por votar na generalidade a Anteposta de Lei n.º 2/XII, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar a Anteposta de Lei apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, na generalidade.

Peço desculpa, estamos a votar. Podemos continuar?

Portanto, as Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se manter como estão... Eu peço que se sentem, se faz favor.

O Sr. Deputado António Lima pede a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu julgo que até em Conferência de Líderes passou-me, para confirmar como é que seria feita a votação das propostas e se faríamos uma votação depois de votadas na generalidade ambas as propostas, para perceber qual é que passaria à especialidade em caso de as duas serem aprovadas.

A minha questão era para clarificar qual é o método de votação, até para estarmos todos em consonância relativamente à metodologia.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Eu esclareço: o método de votação é, naturalmente, o método habitual. Portanto, nós vamos votar ambas as Antepostas de Lei na generalidade. Se ambas foram, eventualmente, aprovadas, não sei, teremos que fazer uma outra

votação para decidir qual é que a Assembleia delibera que passe para o debate e votação na especialidade.

E, portanto, vamos votar a primeira que está na ordem de trabalhos e a primeira que deu entrada, que é a Anteproposta de Lei n.º 2/XII, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, na generalidade.

Portanto, está à votação, em primeiro lugar, a Anteproposta de Lei n.º 2/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 2/XII, apresentada pelo PSD, CDS e PPM, foi aprovada com 30 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 25 abstenções do PS.

Presidente: Muito obrigado, vamos agora votar, na generalidade, a Anteproposta de Lei n.º 3/XII, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 3/XII, apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Muito bem. Tendo sido as duas iniciativas aprovadas na generalidade e havendo a necessidade de a Assembleia deliberar qual é a que segue para o debate e votação na especialidade, conforme prevê o nosso Regimento, no seu artigo 136.º, n.º 5, vamos proceder a nova votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam que passe para o debate e votação na especialidade a Anteproposta de Lei n.º 2/XII, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 2/XII colocada à votação foi reprovada com 29 votos contra – 25 do PS... Peço desculpa, foi aprovada com 28 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE...

(Pausa)

Peço desculpa, foi reprovada com 29 votos contra – 25 do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 26 a favor – 21 do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Muito bem. Creio que não necessitará que façamos nova votação, porque subentendemos todos que a Assembleia deliberou que esta não passe para o debate na especialidade e, portanto, passará a Anteproposta de Lei n.º 3/XII, da autoria do Bloco de Esquerda. Temos todos este entendimento?

Sendo assim, vamos passar ao debate na especialidade. Eu pergunto se há inscrições. Não havendo, a Anteproposta de Lei n.º 3/XII tem três artigos, eu pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Não havendo oposição, portanto, estão à votação o 1.º, o 2.º e o 3.º artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 3/XII, iniciativa do BE, foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Muito bem. Estão, assim, encerrados o primeiro e o segundo

pontos da nossa Agenda.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, atendendo a que no ponto que se seguia na ordem de trabalho há uma proposta de substituição integral e temos, naturalmente, que olhar para ela com mais alguma atenção.

Presidente: É regimental, está concedido. Regressamos às 17h15.

Eram 16 horas e 46 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 22 minutos.

Vamos entrar no ponto 3 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII - “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”**.

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que deu entrada de uma substituição integral.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crise económica e social provocada pela pandemia da Covid-19 veio abalar, mais uma vez, o início de uma carreira profissional das gerações mais jovens,

acentuando até a sua já difícil emancipação. Uma crise inesperada que só está a agravar as desigualdades, alterar profundamente as perspetivas laborais, sobretudo dos grupos de trabalhadores mais vulneráveis, os jovens.

Agora, num contexto em que se antecipa que o desemprego jovem retome valores históricos, torna-se evidente que novas respostas económicas e sociais têm de ser prestadas para atenuar os efeitos do cenário macroeconómico regional e da quebra da atividade económica no plano da empregabilidade.

Não sendo a Região alheia a este fenómeno, as políticas ativas de emprego constituem, não só, instrumentos poderosos de apoio à criação de emprego e manutenção dos postos de trabalho, como também incentivam as empresas açorianas a celebrar contratos de trabalho mais estáveis.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que aqui apresento mereceu um conjunto de alterações à versão inicial que já se encontra na posse das Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta que o Partido Socialista dos Açores entregou na Assembleia Legislativa esta iniciativa a 15 de março, e também porque entendemos que o princípio desta iniciativa, o da majoração, é um princípio fundamental tendo em vista as circunstâncias e o impacto muito positivo que terá na recuperação da atividade económica.

Com esta iniciativa o Partido Socialista dos Açores propõe apoiar a contratação dos jovens trabalhadores através de incentivos reforçados para promover a empregabilidade e a estabilidade laboral desta faixa etária e também facilitar a sua integração no mercado de trabalho garantindo, na atual conjuntura, um aumento dos apoios financeiros quer para os trabalhadores, quer para as entidades empregadoras, ou seja, para as empresas açorianas.

A medida traduz o aumento de 30% no atual apoio de incentivo à contratação, nomeadamente o Programa CONTRATAR, nas vertentes CONTRATAR + e CONTRATAR ESTÁVEL, atribuindo às empresas que celebrem contratos de trabalho com os seguintes grupos de jovens:

- os jovens desempregados abaixo dos 35 anos;

- os jovens inativos que estão desempregados e os jovens estagiários que tenham concluído o Programa Estagiar L ou T.

O que aqui estamos a apresentar são mais 30% em termos de incentivo financeiro e isso faz toda a diferença para apoiar e promover a empregabilidade jovem e para reforçar a contratação de trabalhadores pelas empresas que estão há mais de um ano a ter uma redução contínua e constante da sua atividade.

Portanto, o efeito multiplicador que esta iniciativa tem é que estamos a intensificar e a direcionar as empresas para a contratação de trabalhadores e por essa via nós estamos a promover contratos mais estáveis e a garantir um rendimento muito importante para os jovens trabalhadores, sobretudo no contexto atual.

É este o aspeto essencial. Esta é a matriz e o efeito multiplicador muito significativo que esta medida tem.

Obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como tive oportunidade de referir na Comissão Parlamentar em que discutimos este assunto, o Governo vê com bons olhos todas as iniciativas e esforços que vão no sentido do combate à precariedade, combate ao desemprego jovem.

Portanto, desde o primeiro momento que temos vindo a dizer, e a reconhecer, esta vontade e esta disponibilidade do Partido Socialista para enfrentar este problema. Inclusivamente, até hoje, demonstrámo-nos disponíveis para

encontrar uma solução que ultrapassasse a Lei travão, porque quando o diploma entrou ainda não tinha sido aprovado o Orçamento e quando o diploma entrou ainda não havia o CONTRATAR. Portanto, ainda estavam em vigor o INTEGRA, o FIOS e o PISP.

Com a Resolução do Conselho do Governo do CONTRATAR, foram revogados o INTEGRA, o FIOS e o PISP. Portanto, o diploma do Partido Socialista, neste caso, por esta via, perdia a sua sustentação sobre a qual incidia a modelação de acréscimo de 30%.

Mas isso ainda se poderia resolver, como foi resolvido, pelo Partido Socialista, na proposta de substituição integral, em que, em vez de fazer referências ao PISP, FIOS e INTEGRA, faz referências ao CONTRATAR e faz majorações de 30% ao CONTRATAR. Até aqui, tudo bem.

Como é que o Partido Socialista resolve o problema da lei travão?

Resolve o problema da lei travão provocando os efeitos deste DLR para 1 de janeiro de 2022.

Dito isto, gostaria de salientar, em primeiro lugar, que o Partido Socialista, enquanto esteve no Governo, legislou nesta matéria, quase sempre por Resoluções do Conselho do Governo e não por DLR.

Mas tudo bem! Não tem problema. O Parlamento é central e agora o Partido Socialista mudou de opinião. Como já não está no Governo quer fazer por DLR. Até aí estamos tranquilos.

Por outro lado, o Partido Socialista, enquanto foi Governo, dava apoios que, no máximo, poderiam chegar, com majorações no L CONTRAÇÃO, a 15.600€.

Portanto, no Governo, o Partido Socialista achava que apoios à contratação, no máximo, poderiam ir a 15.600€.

O CONTRATAR, que como sabem entrou em vigor há pouco tempo, é um programa musculado, que leva esses apoios até ao máximo de 25.000€ por posto de trabalho, comparados com os 15.000 que o Governo Socialista dava.

Mas introduzimos também uma novidade que foi um incentivo ser dado não em função do salário mínimo, mas em função do salário contratado, tal como eu tinha aqui, referido na discussão do Plano e Orçamento para 2021, em que iríamos incentivar o aumento dos salários porque é decisivo.

Foi algo inovador, algo que é relevante e algo que tem tido resposta por parte dos empresários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Chegamos a este ponto, e como foi referido hoje pelo Sr. Presidente do Governo, já mais de 300 jovens foram contratados.

A expectativa do Governo era que até ao final do ano chegássemos aos 1.700. Ora, num mês já tivemos mais de 20% ou cerca de 20%. Podemos eventualmente até ultrapassar os 1700 e aqui é que está o problema, Sr. Deputado Vílson Gomes, é que o seu efeito multiplicador é verdadeiramente, na proposta que aqui apresenta, um efeito destruidor do emprego jovem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quer que lhe explique porquê?

Eu pergunto-lhe, Sr. Deputado Vílson Gomes: se o senhor fosse empresário e estivesse a preparar um projeto de candidatura ao CONTRATAR hoje, que dá mais 10.000€ do que tinha até no tempo do Governo Socialista, e lhe dissessem, “ah, mas o PS, agora na oposição, arrependeu-se e já quer dar, não 15, nem sequer os 25 que os senhores colocaram, quer dar 32, mas é só a partir do dia 1 de janeiro de 2022”.

O senhor empresário contratava alguém até ao final do ano?

Já viu quantos jovens o senhor está a deixar na precariedade e no desemprego até ao final do ano? Em vez do efeito multiplicador, é um efeito destruidor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Quando nós temos toda a vontade, mostramos toda a disponibilidade para resolver um assunto, de facto, começo a concordar com o Sr. Deputado Nuno Barata Almeida e Sousa. É uma causa perdida, Sr. Deputado.

Repare: o senhor, perante a nossa disponibilidade para resolver o problema, em vez de aceitar essa disponibilidade mete-se num buraco que deixava na expectativa 1.500 jovens que não eram contratados até ao final do ano.

É esta a política socialista para resolver o efeito do desemprego jovem e da precariedade.

Eu admito que não foi intencional, Sr. Deputado, mas um bocadinho mais de disponibilidade para o diálogo, um bocadinho mais de aceitação até da boa vontade de todos, se calhar tínhamos conseguido uma solução muito interessante. E assim, o senhor, pelo efeito multiplicador, revela-se agora um efeito destruidor para o emprego jovem.

Com isso, este Governo que tem tentado combater o desemprego jovem e a precariedade não pode concordar.

Admito que tenha sido um lapso, admito que não tenham pensado nessa hipótese, mas renovo-lhe: o senhor, empresário, contrataria alguém, amanhã, mesmo por 25 mil, em mais 10.000, nos tempos que os senhores eram governo, se em janeiro alguém lhe promettesse, os mesmos que davam 15.000, agora 32.000?

O senhor não contratava. O senhor o que é que vai dizer a esses jovens que precisam de emprego agora?

O que é que vai dizer a essas empresas que estão a meter projetos?

Sr. Deputado, reconheça o erro, reconheça que talvez tivesse sido melhor o diálogo que lhe propusemos e, aqui, hoje, estaríamos numa situação muito melhor para resolver algum pequeno problema que ainda possa existir, sem ter o efeito destruidor que esta proposta, se fosse aprovada, teria para os jovens açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego deixou aqui claramente pontas soltas. Não teve o cuidado de esclarecer e também enviesou aqui a leitura que faz do diploma, desde logo, por aquilo que representa a partir de 1 de janeiro de 2022.

Como sabe, até passo a ler, o artigo 14.º diz mesmo que as candidaturas podem acontecer até final deste ano, mas têm um efeito, mediante a lei travão. Como bem sabe, e referiu, e foi essa conversa que teve connosco, que a sua preocupação tinha a ver com a lei travão, é a partir daí que nós podemos atribuir a majoração dos apoios a partir de 2022, não inviabilizando também as candidaturas que possam acontecer até final do ano.

De certa forma está salvaguardado também as competências que são do executivo e ao mesmo tempo as competências que são atribuídas neste âmbito.

Perante este cenário é incompreensível a sua abordagem naquilo que diz respeito a impossibilitar qualquer empresário de contratar os jovens trabalhadores.

Não estamos a falar disso. Estamos a falar que a partir do próximo ano isso possa acontecer, mas por via das leis que estamos sujeitos aqui, em termos legislativos.

É com essa consciência de que a própria pandemia não acaba, não finaliza este ano, sim, ela vai perpetuar por muito mais tempo, que nós entendemos que esse apoio poderá ser atribuído e de certa forma tem esta solução.

Mas, Sr. Secretário, talvez por distração do próprio diploma que o Governo Regional apresentou a 28 de maio (e recorde que o Partido Socialista detetou esta necessidade de majorar os apoios para a faixa etária mais jovem, aquela que é mais afetada devido aos tempos que atravessamos, no caso da pandemia, e nós, a 15 de março, apresentámos, entregámos, e demorou quatro meses para ser discutido aqui na Assembleia), o Governo aproveitou a sensibilidade e a capacidade de propor e de fiscalizar do Partido Socialista e veio a esta câmara, atrás de uma resolução, apresentar um programa novo, que é o CONTRATAR.

Mas também digo-lhe que o Partido Socialista, agora por estar nesta bancada, não o impossibilita de apresentar qualquer Projeto de Decreto Legislativo Regional, se antes era através de resolução.

Neste âmbito queria esclarecer-lhe aqui um aspeto essencial, porque consideramos essencial que a abordagem desta proposta foi colocada como alteração de posicionamento do Partido Socialista. Não é alteração nenhuma. Nós apenas estamos a propor aquilo que se tivéssemos os instrumentos do Governo Regional também o faríamos.

É esta a nossa abordagem. Nós não deixamos de colocar as nossas propostas em benefício dos jovens açorianos e em benefício dos açorianos.

Fazendo um pouco reparo àquilo que disse o Sr. Secretário em relação ao valor dos apoios que existem atualmente, o que lhe posso recordar é que os tempos que nós temos pela frente carecem de uma alteração profunda neste sentido.

O que o Governo Regional apresentou em termos de incremento nos apoios à contratação não fez mais do que a sua obrigação. Também o tempo que nós estamos a viver necessita de um reforço, necessita de um apoio neste sentido: intensificar os apoios para esta faixa etária. Foi esse o entendimento do Partido Socialista.

Depois há um aspeto essencial que o Sr. Secretário também se esquece de abordar. Referiu a revogação do INTEGRA, do ELP e também do FILS, entre outros, mas esqueceu-se do PIIE, o Programa de Incentivo à Integração do

Estagiar, que era um instrumento essencial mesmo para esta política de inserção do mercado de trabalho dos jovens trabalhadores.

Não é verdade aquilo que o Sr. Secretário tenta passar a esta câmara, de que é mais 10.000€ que nós estamos aqui a ter em conta, porque o PIIE tinha exatamente o aspeto de ser um instrumento importante nessa integração.

Dizer também que todo o aspeto da nossa proposta vem no sentido daquilo que são as ambições e as preocupações, mesmo da União Europeia. Recordo até há poucos dias uma declaração do Comissário, do Emprego e dos Direitos Sociais que disse exatamente que essa pandemia deve colocar à nossa disposição a recuperação do emprego e uma atenção especial do emprego jovem.

E esse diploma que estamos aqui a apresentar e a discutir tem essa necessidade, de centralizar a aposta na criação do emprego jovem sendo esta a faixa etária mais vulnerável a estes tempos.

Dizer também, e para finalizar aqui aquela que foi a primeira abordagem do Sr. Secretário Regional em Comissão, e também agora aqui na sua primeira intervenção, que o que nós estamos a propor é efetivamente a criação de mais emprego jovem e também dispor às empresas um aumento significativo e também aos próprios jovens trabalhadores.

Isso não implica que havendo candidaturas agora o apoio possa ser atribuído a partir de janeiro. Isso não é um quadro que impossibilite qualquer empresário, como bem sabe, porque sabendo que vai receber o apoio, naturalmente que a contratação acontece já amanhã. Não vai esperar até janeiro, porque sabe que em janeiro vai receber o valor.

Esta é uma diferença que deve ter em consideração e o Sr. Secretário tentou passar uma interna fragilidade que não é verdade, que é um benefício em prol das empresas, em prol dos jovens trabalhadores, porque dizer que não vai receber o incentivo através da sua candidatura é falso. Isso não corresponde à realidade.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vílson Gomes e Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Eu não tenho a mais pálida dúvida da bondade e da intenção, quer seja da proposta inicial de DLR do Partido Socialista, quer seja até desta proposta de substituição integral que apresentam agora. Não é isso que está em causa.

Todos nós, penso eu, temos a preocupação de ajudar a combater o desemprego jovem e ajudar a combater a precariedade, por várias formas. É evidente que a certa altura era 15.000€. Agora no CONTRATAR temos 25.000€.

O tempo muda. Mudaram três ou quatro meses. Mas muda, é assim mesmo. Tudo bem!

Nós apostamos claramente no combate à precariedade, claramente no combate ao desemprego jovem, claramente no incentivo ao aumento salarial, que é algo muito, muito significativo e inovador. Genericamente estamos de acordo.

Agora o problema, Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, é que se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tivesse retirado o seu DLR por causa de já ter sido revogado o INTEGRA,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Era isso que queria, não é?

O Orador: ... o ELP, o FILS, o PISP e o PIIE, se tivesse feito isto, retirado, podia ter a sua razão, apresentava uma resolução a querer dar nota do mesmo. Tudo bem!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não produz efeitos?

O Orador: Quis resolver outro problema, que era a entrada em vigor. Então diz que este apoio, e renovo que é mais do dobro do que há 8 meses os senhores tinham, só funciona a partir de janeiro.

Portanto, pergunto ao Sr. Deputado Vílson Gomes: um jovem como o senhor, se isto fosse aprovado, ligasse para si a dizer: o que é que aconteceu? O empresário que estava para me contratar diz que já não me vai contratar, só para janeiro.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é assim!

O Orador: O que é que o senhor lhe dizia? Eu já não lhe peço para se pôr na posição de um empresário, peço-lhe para se pôr na posição de um jovem. O que é que o senhor dizia a esse jovem?

A questão é a seguinte e simples: percebo a bondade inicial da vossa proposta,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Causa perdida, é a sua tentativa!

O Orador: ... percebemos a tentativa de contornar o problema da revogação de alguns diplomas...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é contornar, é legislar face ao momento presente!

O Orador: ... e até de contornar o problema da lei travão, mas sinceramente acho que teria sido muito mais razoável, humilde até, retirar o DLR, propor até, se quisessem, sozinhos, com todos, uma resolução a recomendar ao Governo o mesmo ou parecido, mas isto é dar um sinal completamente errado ao mercado, aos jovens e aos empresários, que é o sinal de não contratar mais ninguém até ao dia 31 de dezembro.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade! Está enganado!

O Orador: Eu não quero ficar com este peso na consciência, porque a posição deste Governo é exatamente ao contrário: apoios musculados para o combate à precariedade, apoios musculados para o combate ao desemprego jovem e apoios também para o incentivo ao incremento salarial.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Isso é um pacote financeiro!

O Orador: É isto que nós pretendemos. Portando, sendo assim, e havendo já a expectativa que até, da maneira está a decorrer o Programa CONTRATAR (já temos cerca de 200 ou 300 pessoas, mais de 300 pessoas, aliás, com contratos assinados), temos a expectativa que afinal do ano consigamos chegar aos 1.700.

Eu acho que não devemos correr o risco, por agora aprovarmos aqui, apressadamente, algo, que vai ter o efeito exatamente contrário àquele efeito multiplicador que eventualmente se pretenderia ter. É tão simples quanto isto e eu continuo de braços abertos para ajudar a resolver um problema...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Secretário não é uma questão da sua abertura, é uma questão de trabalho!

O Orador: ... que sinto que é partilhado por todos, embora naturalmente com visões distintas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista, designado por “Medida de apoio dos incentivos à contratação de jovens”, visa, no fundo, de forma muito resumida, majorar um conjunto de apoios públicos à contratação de jovens, neste caso, tendo sido entregue uma proposta de substituição integral, majorando um conjunto de apoios, nomeadamente já criados por este Governo, o CONTRATAR e o CONTRATAR +, sendo que anteriormente, a anterior proposta, referia-se a programas já revogados e neste momento inexistentes.

Em nosso entender, se se poderia justificar, excepcionalmente, e de forma limitada no tempo, uma majoração, tendo em conta os efeitos da pandemia, parece-nos que a proposta que é apresentada vai um pouco, em termos temporais, para além daquilo que seria para nós aceitável, tendo em conta que as medidas também excecionais nesta matéria devem ser avaliadas com um período relativamente curto, porque dezembro de 2022 ainda é um período longo, e até temos um Orçamento da Região ainda pela frente.

Por outro lado, este seria um motivo, para já, nos causar algumas dúvidas relativamente à proposta, pela duração que tem neste momento, segundo aquilo que é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para além disso, e esse é o principal motivo do nosso posicionamento sobre a proposta, o apoio público à contratação, ou seja, a subsídio pública, a subvenção pública a fundo a perdido, à contratação, ou seja, atribuir um subsídio às empresas para ajudar no pagamento de salários, e neste caso o CONTRATAR + e CONTRATAR ESTAVEL, justifica-se para promover medidas concretas e objetivos muito concretos.

Em nosso entender, esses objetivos devem passar primordialmente, embora possam existir outros, pelo combate à precariedade, para a estabilização do emprego, para a melhoria, obviamente, das condições de trabalho, no que diz respeito à estabilidade do emprego.

Ora, no entanto, a proposta em causa, tal como os programas que pretende majorar, não cumprem este objetivo, em parte, porque efetivamente o CONTRATAR +, tal como acontecia com vários dos anteriores programas existentes, financia a contratação a termo. Ou seja, subsidia a contratação a uma empresa que contrata um trabalhador a termo certo.

Ou seja, o contrato a termo certo é um contrato precário. Não se está aqui de forma alguma a combater a precariedade, pelo contrário, está-se a incentivar a contratação a termo certo, que é uma forma de trabalho precário, e isso para nós é absolutamente inaceitável e é perverso até.

Aliás, não somos nós que o dizemos, é o Tribunal de Contas que em anteriores programas que, na sua essência, não são muito diferentes do CONTRATAR +, dizia, em 2019, numa auditoria a estes mesmo programas de emprego, o seguinte, e passo a citar:

“O modelo adotado tem as seguintes características principais: fomenta essencialmente a criação de vínculos precários, em continuidade com o modelo precedente, mas incluindo algumas medidas dirigidas à criação de emprego mais estável, designadamente o ELP e os apoios dirigidos ao autoemprego”.

Aqui, o equivalente ao ELP será o CONTRATAR ESTAVEL que apoia, e em nosso entender bem, a contratação de trabalhadores com vínculo estável, ou seja, com o chamado contrato sem termo.

Ora, aqui está a prova como se nós estamos a financiar até de uma forma muito semelhante a contratação a termo e sem termo, o resultado será que as empresas optarão, como já optam muitas vezes, e infelizmente é regra, por contratar a termo. Ora, isso para nós é perverso e causa um efeito que é absolutamente negativo e dou alguns números, dados do Tribunal de Contas, não são nossos:

Em 2017, no primeiro semestre, o INTEGRA, sem termo, financiou 55 contratos de trabalho; o INTEGRA, a termo, financiou 546.

Estamos a ver aqui a diferença enorme que existe entre contratos sem termos e contratos a termo.

O PIIE, que, entretanto, foi extinto também, no primeiro semestre de 2017, financiou 22 contratos sem termo; financiou, pelo contrário, 154 contratos a termo.

Teria aqui mais alguns números também do primeiro semestre de 2018 que vão exatamente no mesmo sentido, até um bocado piores. Ou seja, aquilo que se está a pedir e que o atual Governo continua (a verdade seja dita), é que se incentive ainda mais, ou se vá no mesmo sentido, no mesmo caminho, de incentivar a contratação sem termo. Para nós não é aceitável.

Se a proposta fosse no sentido de, por um lado, uma aplicação no tempo mais reduzida para se avaliar também o efeito da crise daqui a um ano, pelo menos, por exemplo, e que não majorasse, pelo menos os contratos a termo, aí poderíamos obviamente avaliar a nossa posição, mas com este conjunto de discordâncias que temos, de fundo, relativamente à direção que se quer tomar com a proposta, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir apenas por duas questões que me parecem importantes esclarecer, ou pelo menos contribuir para o seu esclarecimento, neste momento do debate.

Em primeiro lugar, uma questão que é recorrente na argumentação, quer do Governo, quer dos Grupos Parlamentares que o compõem e que o suportam, e que é: “bom, antes o Partido Socialista fazia isso por resolução e agora propõe por Decreto Legislativo Regional”.

A razão é muito simples: é porque a única forma que o Partido Socialista tem, neste momento, de efetivar uma decisão, de ter uma decisão com sentido eficaz, mandatório, se quiser, perdoe-me a expressão, é exatamente através de Decreto Legislativo Regional e não através de Resolução do Conselho de Governo.

Portanto, essa é a única hipótese. Há a alternativa de apresentar uma resolução nesta Assembleia, mas, conforme se sabe, pela natureza do instrumento, que é a resolução da Assembleia, essa não tem a mesma eficácia, nem a mesma obrigatoriedade, do ponto de vista jurídico, que tem o Decreto Legislativo Regional.

Está assim, mais uma vez, explicado porque razão é que, aquilo que antes era decidido por Resolução do Conselho do Governo, neste momento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta decretos legislativos regionais.

Em segundo lugar, se eu bem percebi da intervenção do Sr. Secretário Regional, o Sr. Secretário Regional concorda com o mérito do diploma, não questiona o mérito da solução para lidar com a questão da lei travão, mas tem um receio. Tem o receio de que, efetivamente, tendo em conta a formulação que é dada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para lidar com a questão da lei travão, possa haver aqui uma dilação no tempo daqueles que são os seus efeitos. Eu gostaria, a este propósito, de dizer o seguinte:

O Grupo Parlamentar do PS, nesta questão da lei travão, tem uma abordagem precaucionaria. Poderia seguir, por exemplo, aquela que é a interpretação que o Sr. Presidente da República seguiu para promulgar diplomas da Assembleia da República que aprovam apoios sociais. E essa interpretação do Sr. Presidente da República é que os diplomas podem ser aplicados, na medida em que respeitem os limites resultantes do Orçamento de Estado vigente referente a esses diplomas que foram promulgados por ele.

Nós não vamos por este caminho, porquê?

Porque entendemos que havendo um pedido de declaração da inconstitucionalidade, ou um pedido de aferir a constitucionalidade desses diplomas, exatamente por causa da lei travão, devemos, até haver uma decisão do Tribunal Constitucional, ter uma abordagem precaucionaria sobre essa matéria.

Mas, aqui chegados, há duas questões que se colocam de forma evidente. Em primeiro lugar, uma garantia: se, até setembro, o Tribunal Constitucional se pronunciar pela constitucionalidade desta interpretação do Sr. Presidente da República, cá estaremos, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para apresentar uma proposta em que, de imediato, põe em funcionamento a aplicação destes apoios.

Mas, se porventura, há esse risco que o Sr. Secretário considera existir e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera existir, se esse risco se concretizar, só se deverá à inércia do Governo, porque o Governo, nesta matéria, pode fazer aquilo que o Grupo Parlamentar do PS não pode fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo pode perfeitamente apresentar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, que põe em vigor, de imediato, esses apoios. Se o problema é este, o problema resolve-se de forma muito simples: basta que o Governo queira.

E só se concretizar esse risco que o Sr. Secretário refere, se o Sr. Secretário não apresentar esta proposta.

Portanto, está nas suas mãos, Sr. Secretário.

O que resulta claro, para os jovens desta Região, é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai até onde pode ir. Utiliza todos os instrumentos à sua disposição para ajudar a ultrapassar as consequências desta pandemia, nomeadamente naquilo que tem a ver com as questões sociais e económicas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Flávio Soares. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais confirmamos que o Partido Socialista no Governo faz uma coisa e agora na oposição tem outra visão,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi isso que acabei de explicar! Estava distraído!

O Orador: ... precisamente ao contrário daquilo que fazia anteriormente, no sentido de que estes programas, que o Partido Socialista agora quer majorar, já sofreram aumentos, como o Sr. Secretário Regional já referiu, e muito bem.

No caso do ELP, que passou a ser o Programa CONTRATAR ESTÁVEL, tivemos um aumento, neste programa, de 109%. Portanto, veja só a diferença, Sr. Deputado Vílson e Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: No caso do Programa INTEGRA e PIIE, que agora é CONTRATAR+, houve um aumento de 55%. Portanto, muito acima daqueles 30% que os senhores agora querem aumentar.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): São beneficiários!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, acho que o Partido Socialista ainda não percebeu também a justificação que o Sr. Secretário Regional referiu, que a aprovação deste diploma vai fazer com que as empresas, que têm a vindo a apresentar candidaturas, suspendam essas mesmas candidaturas, para que em 2022, possam apresentar essas candidaturas pensando que, nessa altura, vão ter um maior apoio do que aquele que têm neste preciso momento.

Portanto, o Partido Socialista com este diploma, apenas e só, não está a colocar o interesse dos jovens da sua propaganda. Está é preocupado em ter protagonismos, colocando à frente dos interesses dos nossos jovens toda esta trapalhada, em que o Partido Socialista ora apresenta um diploma, ora faz uma alteração integral e depois tenta criar aqui uma manobra de diversão, digamos assim, para resolver a questão da lei travão.

Pelo contrário, o Partido Social Democrata está aqui para defender os jovens de todas as nossas ilhas.

Disse. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vílson Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Flávio Soares, trapalhada é aquilo que o senhor acabou de fazer. Sabe porquê? Porque o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego não disse tudo e até a informação que passou foi errada. Se antes eram 15.000€, se apenas houve um aumento de 10.000€, eu penso que, das duas uma: ou o Sr. Secretário está distraído e não sabe quais foram os diplomas que foram realizados, ou então aqui há grande confusão. Sabe porquê? Porque aquilo que nós tínhamos antes, em que tínhamos em conjunto de programas, que podiam ser acumuláveis, para apoiar as empresas, agora resumiram-se apenas a um programa que impossibilita as empresas a recorrerem a mais apoios. Esta é uma diferença que o Sr. Secretário não quis referir, e aí está a grande diferença.

Nós, apercebendo-nos dessa necessidade, apresentámos uma majoração, um apoio.

Bem sabe que o regulamento do CONTRATAR, a atribuição do apoio, foi só por tranches, e nestas tranches que são atribuídas para as empresas não impossibilita que a partir de janeiro seja reajustado o apoio financeiro, porque,

como são tranches, eu posso tentar passar-lhe aqui informação, caso não tenha presente, mas o programa CONTRATAR, na sua vertente CONTRATAR ESTÁVEL, na primeira fase permite 50% do apoio atribuído, e se as empresas que se candidatarem agora têm acesso aos 50%, não quer dizer que a majoração seja reajustada após esse período.

Por isso eu não vejo qual é o problema, ou o obstáculo que está a haver em relação à nossa proposta, sabendo que estamos a focalizar e a centralizar esta questão e tentando compensar a asneira do Governo dos Açores em agregar vários programas e tirando apoios às empresas regionais para a contratação.

Essa questão do apoio financeiro que é atribuído é um apoio que está localizado na faixa etária mais jovem, com um efeito multiplicador, e disse multiplicador, porque é assim, Sr. Secretário, petróleo ainda não encontramos nos Açores.

Deputado José Ávila (PS): É verdade! Bem lembrado!

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Encontrámos agora desse lado!

O Orador: Não quer dizer que não possamos vir a encontrar petróleo nos Açores.

Essa questão leva realmente à causa perdida: o Sr. Secretário está desorientado no Governo. Parece que encontrou aqui um conjunto de situações para tentar chumbar uma proposta que fará toda a diferença na vida dos jovens açorianos, e fará porque a partir da aprovação desta proposta nós conseguiremos, sim, atribuir uma majoração dos apoios, a partir do momento legal, mas não deixamos que os apoios financeiros que existem ao CONTRATAR é um bolo financeiro, é um pacote financeiro que as empresas receberão mal vejam confirmadas as suas candidaturas.

Por isso, não vejo qual é o problema, qual é o obstáculo que está a criar à volta de uma proposta sincera, justa e necessária para incentivar a contratação de jovens açorianos.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faz favor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Ss. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho neste debate apenas para salientar aqui um aspeto que me parece importante nesta discussão que estamos a ter sobre a empregabilidade jovem.

Tem a ver com o seguinte:

Este Governo, com o pouco tempo de governação, introduziu políticas diferenciadas daquilo que vinha anteriormente, tendo em conta uma realidade também distinta e num contexto de pandemia bastante diferente do que aquele a que assistíamos, e que para tristeza... não diria tristeza, mas se calhar alguma amargura política, como foi expressão usada esta manhã, e corretamente, relativamente ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro e ao Partido Socialista, são políticas que estão a dar resultados.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: São políticas, relativamente à empregabilidade jovem, que estão a estimular a empregabilidade jovem e a trazer incentivos a empresários que queiram, de facto, contribuir para o sucesso dos jovens dos Açores, para a sua estabilidade e para o seu emprego.

Achamos curioso, por parte do Partido Socialista, que podia ter tido soluções que de facto trouxessem alguma coerência na propositura política por parte do Partido Socialista nesta matéria, e que fossem uma mais-valia para discutirmos as medidas propostas num contexto em que se pudesse avaliar aquele que tem sido o percurso político das alterações feitas por este Governo nesta nova moldura, não só parlamentar, mas nesta nova visão política, que os Açores têm relativamente aos jovens e à sua empregabilidade.

Mas o Partido Socialista comete esta incoerência de escrever, neste Projeto de Decreto Legislativo Regional, a páginas tantas: “os programas INTEGRA,

ESTAGIAR e PIIE foram revogados total ou apenas parcialmente pelo programa CONTRATAR”.

Depois dizem assim:

“Cumpre construir respostas excepcionais e temporárias (mas só em janeiro)...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Como é, só em janeiro?

O Orador: ... que hoje permitem definir um quadro de intervenções que garantam o incentivo de promoção da empregabilidade”, mas só em janeiro.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Nada disso!

O Orador: Estamos em julho.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Se é esse o seu problema, altere a legislação!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É esse o seu problema? Faça uma alteração!

O Orador: O problema não é esse, Sra. Deputada, como sabe. O problema é que nós estamos a meio ano.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Hum! Hum! Sim, sim, sim!

O Orador: V. Exas. podiam seriamente olhar para aquilo que é o resultado desta nova política que está a ser implementada por este Governo Regional,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Tire apoio às empresas!

O Orador: ... saber efetivamente se é correto o desenho de novos programas para a empregabilidade jovem,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, já sabemos as suas propostas!

O Orador: ... e então, sim, reconhecer, onde pode haver dificuldades e onde os programas podem ser melhorados, mas os senhores querem dar uma prova de vida.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro, claro!

O Orador: Nesta altura, perante aquilo que tem sido uma política diferenciadora e com bons resultados até ao momento, os senhores querem dar uma de vida...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, sim, sim!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Ó meu senhor, em março!

O Orador: ... e cometem o erro de insistir numa proposta que deveriam ter tido...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Hum, hum!

O Orador: ... o reconhecimento...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Hum, hum!

O Orador: Tenho ali um ponto à minha frente, não sei se todos ouvem, mas cada vez que eu falo, oiço: hum, hum!.. Sim, sim!... Pois, pois!...

(Risos da câmara)

Parece o ponto do teatro. Faz assim, um bocadinho, a marcação do ritmo!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, pelo amor de Deus!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor é que saiu um grande artista de teatro!

Deputado João Vasco Costa (PS): Vou-lhe recordar a situação do ponto quando tiver oportunidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: No fundo, vai marcando...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É o ritmo daquilo que o senhor faz!

O Orador: ... o ritmo da minha intervenção.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É um compasso!

O Orador: Não é que me perturbe o raciocínio,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois, não! Nota-se!

O Orador: Sra. Deputada Andreia Cardoso, uma vez que a senhora está diametralmente oposta ao meu lugar, sabe perfeitamente que a acústica desta sala, faz com que a sua voz entre neste microfone.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é uma novidade que o senhor me está a dar hoje!

O Orador: É só para as pessoas perceberem o porquê deste meu aparte, na minha intervenção.

Deputada Sandra Faria (PS): Já não está em direto, Sr. Deputado!

O Orador: A sua voz entrando neste microfone fica depois uma confusão nas pessoas lá em casa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, pois é!

O Orador: Se for ali o Sr. Deputado João Vasco Costa, eu não o oiço, porque a acústica não permite. Ele pode fazer os apartes e o barulho que quiser, permita-me a expressão, que não prejudica as pessoas, lá em casa, ouvir a argumentação que eu estou a usar. Mas a Sra. Deputada convém que tenha um bocadinho mais de comedimento quando eu estou a intervir para não significar aqui um ponto e um compasso, como a senhora referiu na minha intervenção.

Deputada Sandra Faria (PS): Uma gralha todos os dias!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para concluir,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Graças a Deus!

O Orador: ... era essencial que o maior partido da oposição, que teve responsabilidades governativas durante 24 anos e que nesta matéria da empregabilidade jovem teve sempre, enfim, números que a nível nacional, a nível do desemprego jovem, e daquilo que é, de facto, o interesse de cativar não só o mundo empresarial dos Açores para empregar jovens, mas também os jovens a regressar aos Açores porque têm oportunidades de se fixar na sua terra, que tivessem um pouco de humildade democrática, de reconhecer que este

Governo, no pouco tempo que tem, tem tido um bom trabalho, nomeadamente o Sr. Secretário Duarte Freitas tem tido um bom trabalho no âmbito da matéria do emprego e da juventude, e que esse trabalho certamente dará resultados e podemos reavaliá-lo dentro de alguns meses, nomeadamente, como disse o Sr. Deputado António Lima, no âmbito das propostas de Plano e Orçamento para o ano que vem, para, aí, sim, encontrarmos eventualmente outras medidas que sirvam melhor, se for o caso, os jovens dos Açores, a sua empregabilidade, a economia e os empresários açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra, se faz favor.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o argumentário já foi todo expandido, já estamos todos cientes daquilo que está em causa, estamos todos cientes de que, por excesso de voluntarismo, por erro, que todos nós cometemos, se calhar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quis contornar um problema e esbarrou contra um muro que iria destruir emprego jovem e oportunidades aos jovens. Portanto, em vez do tal efeito multiplicador teve o efeito destruidor e pararia, até ao final do ano, a contratação dos jovens, o que seria dramático.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é. Não impossibilita de contratar, nem impossibilita de receber o apoio!

O Orador: Eu gostaria, hoje, de terminar dando as seguintes referências, que penso que são importantes para a Câmara e para as açorianas e açorianos. São os dados à data de hoje.

Foram assinados 334 contratos, no âmbito do CONTRATAR. Como disse, estimávamos que, até ao final do ano, e tínhamos orçamentado, pudessem ser cerca de 1.700. Quer dizer que 20%, logo de início, já estão realizados. Mas mais importante do que isso, e para mim e para nós, é particularmente interessante e importante, o seguinte:

É que o efeito que pretendíamos ter de incentivo ao aumento salarial está a resultar. Eu dou-vos os dados:

Nos anteriores apoios, a remuneração média, era 700€. Com o CONTRATAR, a remuneração média é de 766€,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... isto é, cerca de mais 10%.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E os outros apoios que o senhor revogou?

O Orador: É um motivo de regozijo, penso que não só para o Governo, ou para quem apoia o Governo, mas para toda esta Casa, porque é um sinal que uma medida do Governo dos Açores, que objetivava o incentivo ao aumento salarial, resultou, está resultando e vai continuar a resultar, na medida em que estou ciente que esta câmara não deixará que se deite por terra este trabalho através de um quimera de apontar para 1 de janeiro de 2022 e empurrar os jovens e os empresários para uma expectativa que pode ou não existir nessa altura.

Portanto, é convicção firme deste Governo combater a precariedade, combater o desemprego jovem, incentivar o aumento salarial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero dizer-vos, pelos dados que vos citei que está a resultar. Fico muito feliz por isso, pelos açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro se pode perfeitamente rever nas afirmações que fez da parte da manhã, em que dizia que a ação do Governo se caracteriza por atirar dinheiro para cima dos problemas e que isso provoca o endividamento da Região e que é preocupante. Tudo isto.

Agora, o que nós temos é uma situação em que, perdoem-me a comparação – parece que o Partido Socialista entrou numa espécie de cabine telefónica, como aquela imagem do super-homem. Há oito meses era o velho Scrooge, o velho avarento, e depois sai de lá, tipo, Pai Natal.

E é assim que o Partido Socialista está a apresentar, oito meses depois, neste tipo de debates, porque, vejam bem, nós estávamos a falar de apoios que eram, no máximo, 15.600€.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Mentira!

O Orador: Agora, tivemos aumentos muito substanciais, mas o Partido Socialista tem uma estratégia que é propor acima daquilo que o Governo está a propor. E ao propor acima daquilo que o Governo está a propor está a propor muito acima daquilo que o Governo dos Açores, o Governo do Partido Socialista estava a executar há apenas oito meses.

Portanto, é esta diferença de atitude que eu penso, esta sim, é uma atitude, eleitoralista.

É uma atitude também, como já vimos, que é contraproducente, para os efeitos que se pretendem atingir.

Como o Sr. Secretário demonstrou, e muito bem, a adoção desta medida, levará a que, evidentemente, um conjunto de medidas e de incentivos que estão a ser criados e que estão a ter um sucesso, como já ficou demonstrado, muito significativo, apontando mesmo o Governo para a criação de cerca de 1.700 empregos jovens, esta medida terá um efeito contraproducente, ou seja, irá parar este crescimento tão significativo, e esta adesão tão significativa, aos programas que já estão criados.

Também sem uma avaliação consistente, como bem disse e como bem referenciou o Bloco de Esquerda, este conjunto de medidas estão a ser projetadas para o ano que vem. Ora, nós estamos a enfrentar uma situação que tem a ver sobretudo com a pandemia e os seus efeitos, mas também temos a certeza que vamos ultrapassar esta questão e que é necessário reavaliar, a todo o momento, as medidas que têm de ser desenhadas para realidades concretas.

Ora, nada disso foi aqui preparado, planificado ou defendido.

Nesse sentido também acompanho aquela que foi a argumentação do Bloco de Esquerda, ou seja, esta medida não tem consistência, constitui também, em relação ao discurso do Partido Socialista, à prática do Partido Socialista, há apenas oito meses, também constitui algo que significa uma adoção de uma estratégia absolutamente diferente, e o que parece aqui é que agora, que não somos governo, vamos propor coisas em que significativamente aumentam a despesa, portanto, o que nós queremos é, aqui, esbanjar dinheiro, remeter dinheiro, a solução é esta, e depois, ao mesmo tempo, com efeito contraproducente.

Deputado Carlos Silva (PS): Era isso que o senhor antigamente fazia!

O Orador: Era esta a crítica da parte da manhã.

Mas agora, quando lemos a crítica da parte da manhã que está nos jornais todos, os titulares, que é atirar dinheiro para os problemas, é agora o Partido Socialista, como não está no Governo, esta agora é a solução do Partido Socialista nesta matéria.

Portanto, eu considero que, por todos estes motivos, esta medida não tem consistência, será contraproducente.

Se a aplicarmos, significará a criação de menos emprego jovem. Portanto, irá prejudicar os jovens e não os irá beneficiar em nada.

Poderá ter algum efeito eleitoral, será uma boa parangona nos jornais, mas o efeito prático será prejudicar gravemente os jovens e a criação de emprego jovem.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vílson Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de fazer uma réplica novamente à intervenção do Sr. Secretário Regional, referindo-se que há um aumento significativo dos apoios atribuídos.

Tenho de voltar a repetir dois aspetos essenciais: o primeiro é que naturalmente o indexante do salário mínimo aumentou e o apoio também aumentou, porque o apoio atribuído no programa CONTRATAR está indexado o salário mínimo e, por essa via, há um aumento do apoio atribuído. Mas, por outro lado, é essencial perceber, que não há efetivamente o aumento na atribuição dos apoios, porque, volto a repetir, não há um acumular de apoios como existia

anteriormente e as empresas receberiam muito mais do que aquilo que agora estão a receber, porque antes podiam candidatar-se a vários apoios e o somatório desses vários apoios ultrapassaria em muito o valor que agora o Governo Regional atribui às empresas açorianas.

Volto a repetir: a questão essencial, no meio do incentivo à contratação dos jovens, se os deputados que suportam o Governo e os membros que compõem o Governo Regional, entendem que o diploma em discussão é um diploma que carece de alguns ajustes, então que façam uma proposta de alteração e aí ficariam com a consistência pretendida pelo Governo Regional, deixando também aqui a incoerência relativamente àquilo que o Governo diz uma coisa e faz outra. Essa é realmente caricata no que diz respeito ao aumento exponencial dos programas ocupacionais, dos beneficiários em programas ocupacionais.

Antes o Sr. Secretário criticava intensivamente a adesão a esses programas e agora é o primeiro a aderir à grande adesão a esses programas. Não deixa de ser caricato e até incoerente.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez neste debate no seguimento da intervenção do Sr. Secretário, já que nos trouxe números relativamente ao número de pessoas contratadas ao abrigo destes novos programas de emprego, e referente também ao seu salário, gostaria de questionar o Governo, já que tem os dados, se nos pode desagregar por tipo de contrato, porque julgo que também é relevante, porque como referi, na nossa opinião, um dos objetivos, o objetivo primordial, deve ser o combate à precariedade, e um dos programas do emprego, no caso o CONTRATAR +, prevê o apoio à contratação a termo. Gostaria de perceber qual é a proporção de cada um dos contratos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as questões colocadas, quer seja pelo Sr. Deputado Vílson Gomes, quer seja pelo Sr. Deputado António Lima. Dar nota do seguinte, especificando e demonstrando também a disponibilidade do Governo.

Percebemos a preocupação do Bloco de Esquerda e é legítima. Penso que também perceberão um pouco a nossa, que é, às vezes por não se poder fazer um contrato sem termo, também não se faz a termo.

Portanto, há aqui uma linha ténue, e eu percebo qual é o sentido e o posicionamento do Bloco Esquerda, percebo, compreendo e também a mim me toca, também tenho essa preocupação, mas na verdade, temos de ter aqui alguma flexibilidade, é a nossa visão.

Admito que seja diversa, mas nós entendemos que tem de haver alguma margem para contratos a termo, para que não seja desincentivada a contratação de todo, mas o que privilegiamos é a contratação sem termo.

Neste sentido posso dizer-lhe que dos 334 contratos já celebrados no âmbito do CONTRATAR, 212 (63%) foi CONTRATAR ESTÁVEL, isto é, contrato sem termo, e 122 foram contrato com termo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas, admito também, Sr. Deputado, e penso que admitirá, que o momento em que o CONTRATAR é lançado (esta medida já estava preparada a algum

tempo), foi lançado a partir do momento em que começámos a sentir nas agências de emprego algumas ofertas de emprego.

O documento estava pronto, os meus serviços tinham nota para me informarem quando comessem a aparecer ofertas de emprego significativas.

Quando começaram as ofertas de emprego a surgir, por via também naturalmente da inclinação para a melhoria da situação socioeconómica por via das vacinações e da melhoria económica, começaram a surgir essas ofertas, mas naturalmente, e é aqui que eu quero chegar, nesta altura do ano, algumas destas ofertas, são para contratos na área do turismo, que tem aqui alguma sazonalidade.

Admito que a prazo, a tendência do CONTRATAR ESTÁVEL seja uma percentagem ainda maior do que é agora. Porquê? Porque os apoios ao CONTRATAR ESTÁVEL, isto é, contratar sem termo, são mais musculados do que os apoios ao CONTRATAR +, que são contratos a termo.

Deputado Carlos Silva (PS): Já era, Sr. Secretário!

O Orador: Mas admitimos, Sr. Deputado António, e compreendendo a sua preocupação, como penso que também perceberá qual é a nossa camisa de forças para gerirmos este problema, que estamos disponíveis para ir analisando e no próximo ano, por exemplo, virmos aqui, e o senhor faz-me a mesma pergunta e se chegarmos à conclusão que os dados se inverteram, isto é, que em vez de termos uma progressividade da contratação sem termo, isto é, do CONTRATAR ESTÁVEL, se for o contrário, e o CONTRATAR +, isto é, contratos com termo, estiver a crescer percentualmente, admito aqui, perante a câmara, que o Governo está disponível para muscular ainda mais os contratos sem termo (CONTRATAR ESTÁVEL) do que aquilo que já faz hoje e fica essa promessa aqui feita perante a câmara.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dar nota, por último, em relação aos apoios e em relação aos programas ocupacionais (o Sr. Presidente do Governo referiu hoje de manhã,

mas eu renovo): a 31 de maio tínhamos 6.857 desempregados inscritos e 7.782 pessoas em estágios e programas ocupacionais;

Tínhamos cerca de 14.630 açorianos fora daquilo que se pode chamar o mercado normal de emprego. Estavam em programas ocupacionais ou estágios.

Ora, a 9 de julho, na sexta-feira passada, tínhamos 7.070 desempregados inscritos e 5.831 pessoas em programas e estágios ocupacionais. Isto é, tivemos um decréscimo de 14.630 pessoas para 12.851 pessoas fora daquilo que podemos chamar o mercado normal do trabalho.

Isto é significativo no momento em que ainda estamos com causas semi-agudas da pandemia.

Posso lembrar, por exemplo, que em 2017, quando estávamos num período de explosão económica, desde logo, por via do turismo, chegou a haver mais de 7.300 pessoas em programas ocupacionais. É para vermos como são as coisas.

A terminar, uma última nota: é verdade que o indexante do salário mínimo fez subir em 5 pontos. Só que estamos a falar de um crescimento de 10, isto é, a média de remuneração contratada, subiu o dobro daquilo que é o indexante do salário mínimo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é muito significativo e é muito satisfatório para o XIII Governo.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Flávio Soares, tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para reforçar que o Partido Socialista não quis perceber que houve um significativo aumento destes apoios aquando da criação destes novos programas. Não quer perceber ou finge não perceber.

Seria importante também que o Sr. Deputado Vílson Ponte pudesse explicar, ou detalhar os apoios cumulativos, e os respetivos valores que também referiu.

Este Governo já provou que tem uma estratégia diferente para a empregabilidade dos nossos jovens.

Acho que neste momento, e uma vez que temos apenas sete meses de governação com este novo governo, devemos aguardar pelos novos resultados, e definir então, aí sim, uma estratégia, caso estes resultados não sejam os mais favoráveis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como disse o Sr. Secretário, e o PSD também está na mesma linha, estamos disponíveis para avaliar e encontrar soluções, se estas medidas que o Governo Regional está a implementar não forem as mais adequadas.

Dar nota, por último, que nós não estamos preocupados com protagonismos ou propagandas. Estamos, sim, preocupados e queremos resolver, de certa forma, os problemas que o Partido Socialista não conseguiu resolver em 24 anos.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII - “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Ss. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII, iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, foi reprovado na generalidade com 30 votos contra: 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do PAN e 25 votos a favor do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 4: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII - “Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores”.**

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional é uma iniciativa da Representação Parlamentar do IL. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que hoje apresentamos prende-se com a segunda alteração do Decreto Legislativo Regional que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores.

O Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2015/A, de 16 de abril, visou criar um novo regime de exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, o Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2012/A, de 22 de maio, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/A, de 1 de agosto, veio regulamentar determinados aspetos consagrados no referido regime de licenciamento.

Importa salientar que o tecido empresarial industrial da nossa Região se caracteriza maioritariamente por micro e pequenas empresas, muitas delas de cariz familiar, e que importa sobretudo aliviar os custos inerentes ao investimento e conseqüente criação de postos de trabalho, nomeadamente no que respeita à aplicação de taxas de licenciamento. Também não podemos ignorar os aspetos de insularidade e os seus constrangimentos.

Decorreram, entretanto, nove anos desde a última revisão legislativa e foi esta revisão legislativa, um conjunto de circunstâncias, o que nos moveu para esta atual revisão.

Estas alterações agora apresentadas, que se encontravam plasmadas no Programa Eleitoral do Iniciativa Liberal, sufragado nas últimas eleições de 25 de outubro, vêm ao encontro de um conjunto de medidas de desburocratização, agilização de processos, desmaterialização de procedimentos, simplificação, bem como da promoção e revitalização da economia e por isso se tornam tão relevantes nesta fase dramática da economia açoriana.

Este conjunto de fatores requereu, portanto, uma nova regulamentação da atividade industrial no sentido de contemplar as exigências de um setor industrial que se quer renovado, competitivo, mas também disciplinado e socialmente responsável.

O presente contexto regional e nacional, quer em termos socioeconómicos, evolução tecnológica, mas também no que respeita às próprias exigências do setor, impuseram a necessidade da introdução de relevantes alterações que se traduzirá num ganho de competitividade do próprio setor.

Por outro lado, com esta reforma, procura-se igualmente, e em articulação com as autarquias locais, privilegiar a instalação de estabelecimentos industriais que possam potenciar a proximidade das localidades.

Todo o processo de licenciamento será conduzido pela Direção Regional com competências na matéria, matéria de indústria, e aqui importa fazer um agradecimento aos técnicos dessa mesma secretaria.

Na verdade, essa Direção Regional mantém-se como interlocutor único junto dos empresários, sendo também a entidade competente para a missão das respetivas licenças, sem prejuízo de estabelecer os contactos necessários com as restantes entidades regionais envolvidas, um processo, quer sejam ambientais, ou de outro tipo qualquer.

Este é um elemento extremamente clarificador e simplificador para os promotores. A desoneração de pagamento de taxas pelas empresas que pretendam instalar ou modificar instalações industriais, é mais um dos aspetos de relevante importância na presente alteração, procedimentos mais simplificados e uma maior flexibilização na metodologia utilizada para o seu licenciamento.

A alteração proposta visa introduzir a figura da atividade produtiva regional, que permitirá que pequenas atividades industriais possam desenvolver a sua atividade em espaços em que inicialmente não estava prevista a atividade industrial.

Para a realização dessa alteração foi tido em consideração o regime jurídico a nível nacional, que permite que seja autorizada a atividade industrial em espaços previamente licenciados para comércio, serviços, armazenagem e a partir de simples averbamento por parte da respetiva câmara municipal.

Garante-se, assim, que esta possibilidade possa ser aplicada em espaços cuja licença de utilização seja destinada a habitação, com as devidas reservas, no sentido de serem asseguradas condições de independência, autonomia e exclusividade das instalações, isto é, a zona produtiva terá de estar afastada da

zona de habitabilidade do agregado familiar, com o objetivo de permitir, desde logo, do ponto de vista legal, a entrada de entidades oficiais nas instalações para a fiscalização da atividade.

Também, e à semelhança do que acontece no território continental, esta figura de atividade produtiva regional obedece a determinados critérios e encontra-se delimitada a determinadas atividades e à produção anual abaixo de certas quantidades.

O novo diploma propõe igualmente um alargamento dos critérios, ficando os estabelecimentos do Tipo 2 sem necessidade de autorização prévia de instalação e prevê-se ainda a isenção de taxas, isto, sim, uma medida de relativa importância pelo período de cinco anos, para todas as tipologias de indústria.

Estamos convictos de que esta é uma medida que hoje apresentamos e que baixará à Comissão (já baixou, já foi relatada). Apresentamos uma substituição integral que apenas tem a ver com duas remunerações, porque na primeira alteração não tivemos em conta na nossa proposta, havia duas alíneas no artigo 9.º que não faziam sentido agora, por isso as revogámos, e no artigo 20.º há a alteração de remuneração, que tem a ver com as medidas do Plano de Recuperação para a ilha Terceira.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, pela apresentação e pela justificação da substituição integral.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota, e não é a primeira vez que eu aqui o faço, mas nunca será de mais.

Tal como o Sr. Deputado Nuno Barata referiu, é importante referir os extraordinários servidores públicos que temos na administração pública regional e, de novo aqui, também no âmbito da Direção Regional do Comércio e Indústria, como foi referido daquela tribuna, quero sublinhar e fazer um agradecimento, enquanto responsável pela tutela, por toda a capacidade, pelos vários níveis da Secretaria, e neste caso também da Direção Regional do Comércio e Indústria, que esses funcionários públicos têm demonstrado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, queria dar uma nota deste diploma no sentido de ele cumprir aquilo que foi o entendimento entre a Iniciativa Liberal e os partidos da coligação do Governo, para a constituição dos XIII Governo.

Em terceiro lugar, e não menos importante, talvez o mais importante, sim, é que, para além destes dois pontos, nós vamos ajudar muitos pequenos empresários e isto é o mais relevante de tudo.

Com esta simplificação do licenciamento industrial, com menos taxas, com menos burocracia, com um portal que existe para o licenciamento industrial, com a desmaterialização de processos que estamos a fazer, a desburocratização, aquilo que se pretende é uma administração mais eficiente, mais eficaz perante os utentes, e, neste caso em concreto, que possa permitir de alguma forma, cumprindo aquilo que são os requisitos deste diploma, um ensejo deste Governo e também penso que desta Casa, que é dar condições para que os pequenos empresários e as pequenas indústrias se possam desenvolver.

Ser mais ligeiro no licenciamento, mais rápido no licenciamento, não sem exigir aquilo que é obrigatório em termos de condições de segurança, de salubridade, mas (aliás, fazendo também analogia e fez-se um pouco do benchmarking, neste diploma, com aquilo que se passa o plano nacional) aproveitando as melhores práticas para assim podermos servir melhor aqueles açorianos que pretendem desenvolver uma pequena indústria junto da sua habitação, na sua pequena

freguesia. É também assim que nós ajudamos a fixar pessoas em cada uma das nossas pequenas terras.

Como sabem, eu, de onde venho, sou particularmente sensível a esta fixação de pessoas em cada uma das nossas pequenas terras. Sei bem o que é ser de uma ilha que às vezes não tem, ou não teve, ao longo de muito tempo, as condições e as oportunidades de outros (sei bem o que é). Não falo disso por retórica, por experiência alheia. Falo disso por sentimento pessoal, quer seja na minha ilha, mas também nas ilhas maiores, em São Miguel, na Terceira, ou até no Faial, na Praia do Norte, que é distante da cidade e do parque industrial.

Em todas as ilhas, nas pequenas comunidades, dar condições para que os açorianos empreendedores possam ver facilitada a sua vida quando quiserem desenvolver a sua pequena indústria.

Fica aqui mais um contributo desta casa, nesse sentido.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Silva, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção rápida, para um assunto que tem sido relativamente pacífica a sua discussão em Comissão, e esperamos que também aqui.

No essencial, a alteração ao diploma que aqui está em discussão abrange três pilares essenciais: uma atualização do diploma face ao tempo que decorreu desde a aprovação inicial, uma redução dos custos de contexto com taxas de licenciamento industrial e conforme foi aqui realçado, sobretudo para micro e pequenas empresas, e isso é relevante destacar, e também, no essencial, uma simplificação dos procedimentos e alteração dos parâmetros das tipologias industriais, em função do tecido empresarial privilegiando sempre as micro e pequenas empresas.

Portanto, essas alterações, conforme foram realçadas, permitem simplificar o processo de licenciamento industrial e, por essa via, acabam por contribuir para reduzir os custos de contexto das empresas e o Partido Socialista concorda com esta iniciativa, neste sentido. É mais um contributo na redução dos custos das empresas e isso é de realçar.

Em comissão, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores referiu que a matéria era pertinente, nunca tinha surgido da discussão com os seus associados, o que não retira valor a que mesma seja agora alterada e apresentada nesta Assembleia.

Fica apenas aqui uma dúvida, da parte do Partido Socialista, uma vez que a alteração que agora é introduzida abrange uma isenção de taxas e também, por outra via, uma redução de taxas, e isso poderá provocar, de certa forma uma redução das receitas.

Fica a dúvida se essa redução de receitas pode colocar ou não em causa a lei travão.

De qualquer forma, isso não será um obstáculo para que o Partido Socialista aprove a iniciativa, conforme referimos, porque o seu objetivo essencial é reduzir os custos de contexto e privilegiar as pequenas empresas e, por essa via, nós iremos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor,

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros o Governo:

O DLR n.º 5/2012/A, que regula o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores, define os procedimentos e as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos industriais.

Como diz, e bem, o Projeto apresentado pela Iniciativa Liberal, e que está aqui em apreciação, o tecido empresarial regional onde se integra o setor industrial é, maioritariamente, constituído por micro, pequenas e médias empresas.

É também objetivo deste XIII Governo Regional a desburocratização administrativa e a desmaterialização e simplificação de processos.

Assim, esta proposta altera os parâmetros de tipificação dos estabelecimentos industriais, passando a maior parte a enquadrar-se no Tipo 3, que enquadra a figura da atividade produtiva local e que sujeita estes estabelecimentos a procedimentos mais simplificados.

Para os estabelecimentos de média dimensão, que se integram na tipologia 2, também se retira o procedimento administrativo do regime de autorização prévia e isenta-os da necessidade de requerer a emissão de licença de instalação. Assim, já ficou demonstrado, que esta proposta colhe o apoio do XIII Governo Regional dos Açores e, em sede de Comissão, também as entidades auscultadas relevaram a pertinência desta iniciativa.

Neste sentido, e resumindo que pela desburocratização e a redução dos custos de contexto que esta medida confere, e pelo impacto que pode ter como estímulo para o empreendedorismo na região, o CDS só se pode congratular com este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta da Iniciativa Liberal tem como objetivo, e enquadra-se na estratégia de reduzir procedimentos excessivos na regulamentação e na carga administrativa das empresas e dos empresários, desburocratizar e aumentar a eficiência e eficácia da administração pública.

Uma administração pública eficaz, com procedimentos simplificados e desmaterializados é fundamental para a redução dos custos de contexto das empresas (e isso já foi dito aqui), promovendo assim um investimento privado, aumentando a rentabilidade das empresas.

Reconhecemos todo o mérito da proposta, tal como também o Governo, através da prestação do Sr. Secretário Regional da Juventude, em audição na Comissão de Economia. Portanto, para além do que foi dito pouco há a acrescentar.

Portanto, para além do que foi dito pouco há a acrescentar.

O PSD naturalmente que se associa à iniciativa votando favoravelmente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que a Iniciativa Liberal nos traz pretende, entre várias medidas, isentar de licenciamento um conjunto mais vasto de instalações industriais, do que aquelas que estão em vigor neste momento, isentando também de taxas de licenciamento durante cinco anos estas mesmas instalações industriais, e criar uma nova tipologia chamada atividade produtiva local.

Para nós é obviamente discutível quais (e estamos abertos a essa discussão), as tipologias de indústria que devam ou não estar isentas de licenciamento. Isso é perfeitamente legítimo de discutir e essa discussão faz todo o sentido, a cada momento.

No entanto, esta proposta vai, toda ela, no sentido de uma desregulamentação que não nos parece prudente fazer, porque temos de enveredar por um caminho de existir um conjunto de normas para o licenciamento industrial, como é natural, mas também uma separação evidente sobre o que é que são atividades

de comércio, atividades industriais e o que é que são locais próprios para habitação.

Parece-nos que este diploma vai no sentido de retroceder nesse caminho que fizemos ao longo de muitas décadas e querer voltar a introduzir indústria em locais onde, neste momento, não existe, ou não deve existir, pelo menos de acordo com a legislação em vigor. Por exemplo: a proposta permite que se licencie estabelecimentos industriais, a chamada atividade produtiva local, em edifícios de comércio, de serviços de armazenagem e de habitação e aqui está obviamente o maior problema que nos causa esta proposta.

Embora se tente dizer no diploma que essa atividade (se tente e se diga) só será autorizada quando garantida a independência, a autonomia e exclusividade das instalações industriais em relação às utilizadas pelo agregado familiar, é evidente que para nós, Bloco de Esquerda, esta proposta representa um retrocesso naquilo que é o ordenamento do território, da segurança, e também do ponto de vista ambiental.

É uma proposta que introduz uma visão que é mais própria de países asiáticos, onde muitas vezes as práticas industriais não são de forma alguma as mais adequadas e onde há problemas do ponto de vista laboral, do ponto de vista da segurança das pessoas e do ponto de vista ambiental, que são perfeitamente inaceitáveis para os dias de hoje.

Ou seja, embora o que esteja aqui a fazer seja uma nova atividade que está limitada no tipo de indústria que é autorizado para estes locais, o sentido que vai é neste sentido de desregulamentação e de mistura da indústria em locais habitacionais.

Ora, isto pode causar problemas do ponto de vista da segurança dos próprios trabalhadores; os problemas e conflitos entre os moradores no prédio, no bairro e a indústria são por demais evidentes, porque a indústria, todos sabemos, é causadora de problemas de ruído, de cheiros e até de efluentes que, mesmo em pequena indústria, não deixam de causar. Isso poderá levar a um conjunto de

conflitos que se tem tentado evitar com a separação clara do que é que são zonas industriais do que são zonas de comércio e habitação.

Ora, não nos parece de forma alguma, embora já exista na legislação nacional, boa ideia fazer o mesmo também na região. Os problemas ambientais são também por demais evidentes tendo em conta o tipo de indústria que até se permite.

Uma fábrica que está prevista nesta nova tipologia, uma fábrica de preparação de peixe num prédio de habitação, pode causar problemas evidentes de efluentes, de cheiros. Nós conhecemos nos Açores, mesmo sendo pequenas fábricas, neste caso, fábricas industriais de preparação de pescado. Os conflitos existem, os problemas existem, ainda assim.

Numa zona habitacional, por maioria de razão, vão existir fábricas de conservas, fábricas de vestuário. Tudo isto causam efluentes, podem causar ruído e não nos parece, de forma alguma, prudente autorizar este tipo de indústria em zonas de habitação.

Percebemos a questão de se querer liberalizar estas matérias, fazendo jus ao proponente, mas a liberalização não pode, de forma alguma pôr em causa aquele que é o bem-estar das pessoas e não pode privilegiar a indústria que pode ser feita noutros locais, que existem para que seja desenvolvida, zonas industriais. Não se pode pôr em causa o bem-estar das pessoas que residem em zonas naturalmente habitacionais, como não poderia deixar de ser, e por outro lado há questões ambientais que também se levantam. Por isso o Bloco de Esquerda não acompanha esta proposta e votaremos contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, isto estava a correr tão bem e o senhor fez uma grande confusão no meio disso tudo e não consegue resistir ao seu complexo ideológico e vai obrigar-me a dizer isto aqui outra vez.

Sr. Deputado António Lima, não está aqui em causa a indústria pesada em áreas urbanas.

Como o senhor bem sabe, a tipologia de Tipo 3, é atividade produtiva regional, local, indústrias familiares...

Deputado António Lima (BE): Não me diga que quer que eu diga a lista?

O Orador: ... mão-de-obra familiar. O senhor é que tem de ir à lista ver.

Não foi por acaso que não foi acatada a única proposta, ou a única ressalva, que foi feita pelos parceiros sociais em sede da Comissão de Economia. Teve precisamente a ver com a posição da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a qual agradecemos obviamente, mas que não acompanhamos precisamente por isso, porque ao aumentarmos a potência instalada nesse tipo de unidade industrial, poderia potenciar ruído, poderia potenciar outro tipo de situações que são indesejáveis, por exemplo, numa garagem ou no fundo de um quintal, num bairro com 20 ou 30 habitações. Nem queremos imaginar se 20 ou 30 dos habitantes, nesse bairro, instalassem compressores de 60 kVAR ou de 100 kVAR e estivessem a pintar viaturas no fundo do quintal.

Obviamente que para evitar esse tipo de situação ficou de fora a questão do aumento das potências nesse tipo de indústrias.

Como o Sr. Deputado António Lima bem sabe, este diploma, que é um pouco um diploma que vem transpor para a ordem jurídica interna aquilo que já se faz no continente português, além de liberalizar a atividade industrial de pequena dimensão em atividade reduzida, chamada atividade produtiva local, tem a grande virtude de tornar legal alguma da economia paralela e da atividade industrial paralela que existe por essa região fora e por todo esse país fora.

Portanto, o seu drama regulador o que fez foi atirar para a miséria pequenos produtores de conservas, pequenos produtores de compotas, pequenos

produtores agrícolas que transformavam os seus excedentes em produtos manufacturados e que não poderiam, sem este diploma, ter essa atividade legalizada.

Portanto, estavam na economia paralela, na venda dos mercados, às vezes até sobre o fechar de olhos das autoridades.

Outra coisa que vai permitir é que esses produtos possam entrar na cadeia alimentar com algum controlo das entidades oficiais, das entidades que regulam e que regulamentam esses produtos finais.

Portanto, não percebendo o problema ideológico do Bloco de Esquerda neste assunto, o que é facto é que isto vem resolver mais o problema dos que menos têm, e o Bloco de Esquerda que tantas vezes está preocupado com aqueles que menos têm, prefere que eles continuem na clandestinidade do que se legalize a sua atividade.

Temos pena, Sr. Deputado. Eu tinha muito gosto que esta iniciativa passasse por unanimidade, o senhor não tem. Pois, bem bom. É a sua visão, mas uma coisa é certa, esta iniciativa vai permitir que algumas pessoas que têm de andar a fugir às entidades, possam desenvolver a sua atividade sem terem de fugir às entidades.

Ou seja, pode retirar inclusivamente da pobreza muitas pessoas que não conseguem neste momento, até por não querem andar a fugir às autoridades, desenvolver a sua atividade, a sua pequena atividade industrial, em zonas urbanas, ou em zonas destinadas ao comércio. Não vejo que venha daí grande mal ao mundo se um comerciante tiver no fundo do seu estabelecimento uma pequena unidade de transformação de fruta em conservas ou de fruta em compotas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação, na generalidade, deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII, apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII, apresentado pela Iniciativa Liberal, foi aprovado, na generalidade, com 51 votos a favor: 23 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN e 2 votos contra do BE.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovado na generalidade, seguimos para o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, o diploma tem quatro artigos. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Não havendo oposição é isso que farei.

Estão à votação os quatro artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 51 votos a favor: 23 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN e 2 votos contra do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII, apresentado pela Iniciativa Liberal, foi aprovado, em votação final global, com 51 votos a favor: 23 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN e 2 votos contra do BE.

Presidente: Muito obrigado.

Está assim encerrado o ponto 4 da nossa Agenda.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para uma declaração de voto?

Deputado António Lima (BE): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Não havendo pedidos para declaração de voto, faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Regressamos às 19h30.

(Pausa)

A Conferência de Líderes tem outro entendimento? Peço aos líderes e ao Sr. Subsecretário, ou a alguém do Governo, que se abeirem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, a Conferência de Líderes deliberou darmos continuidade aos nossos trabalhos com a apresentação da próxima iniciativa e depois encerramos os nossos trabalhos. Peço que reocupem os vossos lugares.

Assim sendo, para a apresentação do próximo ponto da nossa Agenda, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII - “Regime de concessão de bolsa de estudos para a frequência de mestrado na área da formação de professores”,

uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma dúzia de anos, ou pouco mais do que isso, tínhamos professores em excesso. Hoje faltam-nos professores e o sistema educativo regional não cumpre a sua missão, não sobrevive se rapidamente não forem formados mais docentes.

Em muito pouco tempo inverteu-se uma tendência que só o desleixo, a incompetência e uma governação de circunstância pôde julgar que assim se iria manter por longos anos.

O discurso e a prática, aliás, conjugaram-se para que o desfecho fosse exatamente este. A degradação da autoridade do professor, a inconstância da carreira, a precariedade laboral, a regressão salarial, o aumento do tempo de serviço e o insistente argumento da diminuição da população escolar afastaram os potenciais professores da profissão os recursos que o sistema educativo dos Açores tanto carece.

A tudo isso juntaram-se, como refere o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) “políticas contra o sistema Educativo público e, sobretudo, contra os seus profissionais, alicerçada no Governo de José Sócrates, com a mensagem social de que os professores do ensino público trabalhavam pouco e ganhavam bem”.

O resultado das políticas socialistas, de lá e de cá, está hoje à vista de todos. Há pouco, tínhamos candidatos à profissão em excesso; hoje faltam-nos centenas de professores e a escola pública voltou a contratar docentes sem habilitação profissional, uma regressão inadmissível, que não suscitou qualquer preocupação ou esboço de solução por parte do anterior Governo Regional.

No ano letivo que agora terminou, organizado e lançado pelo PS, quase duas centenas de horários foram providos por recurso à Bolsa de Emprego Público dos Açores (BEPA), por falta de candidatos na lista de emprego centralizada da Secretaria Regional da Educação. E por via disso, houve turmas privadas de professores durante parte do ano letivo. Um problema que não é específico das ilhas mais pequenas e periféricas, mas que se verifica até em escolas de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

A falta de alunos é um problema da nossa demografia.

A falta de professores é um drama na nossa Autonomia, porque compromete o futuro dos Açores.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Muito bem!

O Orador: De facto, no horizonte temporal desta legislatura adensam-se as dificuldades, considerando que até 2024 mais de 300 professores dos quadros regionais atingirão a idade da reforma e é imprescindível assegurar a sua substituição.

A tarefa é complexa e demorada. A formação de um professor do ensino secundário demora no mínimo cinco anos. E a própria União Europeia reconhece que “há dificuldade em atrair e manter os alunos com elevado potencial na formação inicial de professores, bem como (...) manter os professores em exercício na profissão”.

Num dos pareceres recebidos durante a apreciação deste projeto de diploma, afirma o SPRA que a “proposta peca por tardia”. É verdade. O SPRA tem razão. Mas para quem só agora assumiu responsabilidades maiores nos Açores, convenhamos, não era possível chegar mais cedo à resolução deste problema.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: A bolsa de estudo que preconizamos atribuir a alunos de mestrado na área da formação de professores não resolve, em absoluto, a falta, atual e futura, de docentes. Mas, estamos convictos, de que a concessão de 450 euros mensais, durante dois anos letivos, concorre decisivamente para esse objetivo,

em concertação com outras medidas estruturantes para o exercício da atividade docente, que em devido tempo virão a este Parlamento. Pelo futuro da educação nos Açores.

Não podemos perder mais tempo. É possível fazer diferente e melhor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa e, tal como deliberou a Conferência de Líderes, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Até amanhã, bom descanso e bom jantar.

Eram 19 horas e 12 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel José da Silva Ramos

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Deputados que faltaram à Sessão:

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 891/XIV (PS) – Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações - n.º 76/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 21;

Assunto: N.º 901/XIV (PCP) - Plano Estratégico para a Soberania Alimentar Nacional - n.º 77/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 25;

Assunto: N.º 903/XIV (PAN) – Aprova a Lei de Bases Gerais da Caça - n.º 78/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 07 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 26.

2- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2021/953, relativo ao Certificado Digital COVID da UE - PCM” - (Reg. DL 1074/XXII/2021) - n.º 31/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 06 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 06 – 23;

Assunto: Que regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais, transpondo para o direito interno as Diretivas (UE) 2019/771 (UE) e 2019/770 - METD - (Reg. DL 1049/XXII/2021) - n.º 32/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 07 – 02

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 22;

Assunto: Que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 281/2000, de 10 de novembro, no que respeita ao teor de enxofre dos combustíveis e às contraordenações aplicáveis - MM - (Reg. DL 481/XXII/2020) - n.º 33/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 07 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 22;

Assunto: Que estabelece um regime de inclusão, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública - MC - (Reg. DL 916/XXII/2021) - n.º 35/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 25.

3- Projeto de Decreto Regulamentar:

Assunto: Que institui o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna e regula a sua natureza, as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento – MAAC – Reg. DR 1022/XXII/2021) - n.º 36/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 25.

4- Projeto de Resolução do Conselho de Ministros:

Assunto: Que aprova o plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 – PCM (MM) – Reg. R 994/XXII/2021) - n.º 34/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 07 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 07 – 27.

5- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 31/XII

Assunto: [Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PAN/IL

Data de Entrada: 2021 – 06 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2021 – 08 – 06;

N.º 32/XII

Assunto: [Sétima alteração ao DLR n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, alterado pelo DLR n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro, pelo DLR n.º 2/2013/A, de 22 de abril, pelo DLR n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2019/A, de 7 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro e pelo DLR n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio - Complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos COMPAMID](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 – 06 – 28

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2021 – 07 – 29;

N.º 33/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro – Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2021 – 08 – 16;

N.º 34/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro – Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2021 – 08 – 26.

6- Propostas de Decreto Legislativo Regional

N.º 11/XII

Assunto: [Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 12/XII

Assunto: [Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas e vencidas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivos COMPETIR + e SIDER até 30 de junho de 2022](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

7- Projetos de Resolução:

N.º 64/XII

Assunto: [Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 65/XII

Assunto: [Auditoria do Tribunal de Contas ao contrato da SCUT da ilha de São Miguel](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 07 – 30;

N.º 66/XII

Assunto: [Medidas de mitigação de risco e estabilização dos taludes da Ponta da Fajã](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 67/XII

Assunto: [Ampliação da pista do Aeroporto do Pico](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 07 – 02

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 08 – 02;

N.º 68/XII

Assunto: [Vacinação dos estudantes do ensino superior](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 07 – 07

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

8- Propostas de Resolução:

N.º 3/XII

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2020](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30

Comissão: Todas as Comissões Especializadas Permanentes

Limite de parecer: Aguarda parecer do Tribunal de Contas;

N.º 4/XII

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2020](#)

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: Aguarda parecer do Tribunal de Contas.

9- Petições:

N.º 10/XII

Assunto: Possibilidade de criação de nova tipologia turística

Proveniência: ADAA – Associação de Desenvolvimento do Arquipélago dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 06 – 18

Comissão: Economia

Limite de parecer: Em processo de admissão;

N.º 11/XII

Assunto: Pedido de informação sobre o IVA nos Açores

Proveniência: ADAA – Associação de Desenvolvimento do Arquipélago dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 06 – 18

Comissão: Economia

Limite de parecer: Em processo de admissão.

10- Requerimentos:

Assunto: [Ponto de situação vacinação do pessoal docente e preparação do início do ano letivo 2021-2022](#)

Autores: Tiago Lopes, Ana Luís e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 151/XII;

Assunto: [Museu da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 21

Referência: 54.03.07 – N.º 152/XII;

Assunto: [Acumulação de funções do diretor clínico do Hospital do Divino Espírito Santo](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 21

Referência: 54.06.02 – N.º 153/XII;

Assunto: [Atividade dos Hospitais da Região](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 154/XII;

Assunto: [Aquisição e reabilitação da antiga Fábrica de Conservas da ilha do Faial para instalar um polo tecnológico ligado à economia do mar](#)

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23

Referência: 54.02.07 – N.º 155/XII;

Assunto: [Ataques informáticos ao Hospital do Divino Espírito Santo](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29

Referência: 54.06.02 – N.º 156/XII;

Assunto: [Atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento do Competir+ de 2019 a 2021](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 157/XII;

Assunto: [Pedidos](#) de mobilidade intercarreiras

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 158/XII;

Assunto: [Pedidos de mobilidade intercarreiras](#) (Substituição)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 158/XII;

Assunto: [Estudo em modelo reduzido de agitação marítima da Bacia do Porto da Horta](#)

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30

Referência: 54.02.07 – N.º 159/XII;

Assunto: [Atraso na obra das novas instalações do Serviço de Ambiente da Ilha do Corvo](#)

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01

Referência: 54.02.09 – N.º 160/XII;

Assunto: [Incumprimento das medidas sanitárias por parte de responsáveis políticos](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 161/XII;

Assunto: [Incumprimento das medidas sanitárias por parte de responsáveis políticos](#) (Substituição)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 161/XII;

Assunto: [Gasóleo agrícola para apicultores](#)

Autores: Alberto Ponte, João Bruto da Costa e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 162/XII;

Assunto: [Atribuição de apoio extraordinário ao serviço público de transporte em táxi](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 163/XII;

Assunto: [Atribuição de apoio extraordinário ao serviço público de transporte em táxi](#) (Substituição)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 163/XII;

Assunto: [Execução do Plano de Recuperação e Resiliência nos Açores](#)

Autores: Francisco César, Sérgio Ávila, Miguel Costa, José Ávila, Carlos Silva e Rui Anjos (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 164/XII;

Assunto: [Vacinação de estudantes deslocados e preparação do início do ano letivo 2021/2022](#)

Autores: Tiago Lopes, Célia Pereira e Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 165/XII;

Assunto: [Falhas no transporte marítimo de mercadorias](#)

Autores: José Manuel Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 166/XII;

Assunto: [Acumulação anormal de algas na praia de Porto Pim](#)

Autor: Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 07

Referência: 54.03.07 – N.º 167/XII;

Assunto: [Plano de Atividades da Inspeção Regional da Saúde](#)

Autores: Tiago Lopes, Célia Pereira, Maria Isabel Teixeira e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 168/XII;

Assunto: [Redução do investimento previsto nas infraestruturas agrícolas em 2021](#)

Autores: Vasco Cordeiro, Carlos Silva, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Miguel Costa (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 169/XII.

11- Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Capacidade Operacional dos Serviços Florestais do Pico \(2\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 18

Referência: 54.03.06 – N.º 133/XII;

Assunto: [Património histórico e arquitetónico da Casa do Pilar - Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.03.07 – N.º 103/XII;

Assunto: [Insistência na solicitação da correspondência trocada entre a Secretaria Regional da Saúde e Desporto e entidades tuteladas com as Santas Casas da Misericórdia e Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região no âmbito do processo de vacinação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 107/XII;

Assunto: [Resultados do inquérito ao processo de vacinação nas IPSS dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 118/XII;

Assunto: [Apoio ao projeto da Associação Marítima de Pesca e Agricultura da Ilha Terceira \(AMPA\) – A Casa D’Elas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.06.03 – N.º 127/XII;

Assunto: [Construção de hotel de 4 estrelas em Água d’Alto, Vila Franca do Campo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.03.02 – N.º 130/XII;

Assunto: [Incapacidade do Governo dos Açores em potenciar o mercado turístico na sequência da pandemia Covid-19](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 132/XII;

Assunto: [Estaleiro Naval da Madalena, processo de alienação da empresa Naval Canal](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.02.06 – N.º 141/XII;

Assunto: [Problemas detetados nas obras do Núcleo de Pescas da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25

Referência: 54.03.06 – N.º 143/XII;

Assunto: [Cópias da documentação trocada entre Ecomuseu do Corvo, Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, Direção Regional da Cultura e o Museu Carlos Machado relativa à movimentação de um exemplar de bovino da raça anã do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 144/XII;

Assunto: [Delegações do Instituto Regional de Ordenamento Agrário e Quadros Técnicos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 134/XII;

Assunto: [Falta de lugares no parque de estacionamento do Aeródromo de S. Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30

Referência: 54.02.05 – N.º 135/XII;

Assunto: [Zona envolvente ao Aeroporto de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05

Referência: 54.03.01 – N.º 116/XII;

Assunto: [Requisições de pessoal para museus, não autorizadas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 146/XII;

Assunto: [Concurso para prestação de serviço de transporte marítimo regular de mercadorias entre Faial-Corvo-Flores-Corvo-Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 147/XII;

Assunto: [Demissão do Presidente do Conselho de Administração para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores - ADFMA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 137/XII;

Assunto: [Falta de estiva poderá pôr em causa o abastecimento da ilha Graciosa por via marítima](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 09

Referência: 54.02.04 – N.º 140/XII;

Assunto: [Cedência de peças dos Museus dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 142/XII;

Assunto: [Aquisição e reabilitação da antiga fábrica de conservas da ilha do Faial para instalar um polo tecnológico ligado à economia do Mar.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 09

Referência: 54.02.07 – N.º 155/XII;

Assunto: [Gasóleo agrícola para apicultores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 162/XII.

12- Informações:

Assunto: Solicitação de entidades que possam ser ouvidas, através de contributo escrito ou de audição, no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 71/XII (ALRAM) – Pelo fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das Regiões Autónomas

Proveniência: Tiago Tibúrcio, Assessor do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 05 – 28;

Assunto: Pedido de entrevistas com Deputados da ALRAA, a propósito da investigação REGIOPARL

Proveniência: Tobias Hansen, responsável pelas Assembleias Legislativas Regionais em Portugal

Data de Entrada: 2021 – 06 – 01;

Assunto: Agradecimento pelo envio de Voto de Pesar, pelo falecimento de Jorge Manuel Mota Amaral Borges

Proveniência: Paulo Jorge Soares de Amaral Borges, filho

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Regulamento e a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a constituição da Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que irá representar o BE na Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar que a ALRAA divulgue, aos Grupos e Representações Parlamentares com assento na Assembleia Legislativa, bem como aos seus funcionários, a promoção a partir de 15 de junho e até final do ano, de uma iniciativa intitulada “Venham cá ver”, que tem como objetivo dar a conhecer aos funcionários públicos de âmbito local, regional e nacional, o Museu da Horta

Proveniência: José Luís Neto, Diretor do Museu da Horta

Data de Entrada: 2021 – 06 – 18;

Assunto: Correio eletrónico a remeter os Relatórios de Execução Orçamental referentes ao 1.º trimestre de 2021 das Empresas do Setor Público Empresarial

Regional, dando cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário Regional da Presidência do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 06 – 22;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a prorrogação de prazo para emissão de relatório e parecer dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 26/XII - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro, que aprova o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores e 30/XII – Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 29/XII (PPM) – “Recomenda a Atualização do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte e do Licenciamento Ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 31/XII (BE) – Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 33/XII (PAN) – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na Ilha de São Miguel - MUSAMI”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 37/XII (CH) – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: Ofício ref.^a 2163/2021, Processo GAB-JUR sobre a valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores da RIAC dos Açores

Proveniência: Francisco Pimentel, Presidente e Secretário Coordenador Regional dos Açores do SINTAP

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA, de alteração de deputado integrante na Comissão dos Assuntos Sociais

Proveniência: Carlos Furtado, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 25 de junho de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 06 – 25;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 23 de junho de 2021 a CAS admitiu a Petição n.º 9/XII – Manifesto Açoriano – Pelos Direitos Fundamentais

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 06 – 28;

Assunto: Ofício ref.^a CENV/345/2021, a agradecer o Voto de Congratulação pelos 125 Anos da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Proveniência: Patrícia Alexandra da Silva Lopes Mourão, Assessora do Conselho de Administração

Data de Entrada: 2021 – 06 – 28;

Assunto: Ofício ref.^a 51657385 do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Juízo de Competência Genérica de Santa Cruz das Flores a solicitar autorização para que o Senhor Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão, posta prestar

depoimento como testemunha no processo de Inventário (Competência Facultativa), n.º 51/20.9T8SCF

Proveniência: José Henrique Brito, Oficial de Justiça, por ordem da Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2021 – 06 – 28;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 28 de junho de 2021 a CAPADS admitiu a Petição n.º 8/XII – Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Parecer do Conselho de Opinião da RTP, S.A., sobre a Revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região Autónoma dos Açores no CO da RTP, SA

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30;

Assunto: Correio eletrónico a enviar os estudos elaborados pelo CEEAplA e pelo CICS, bem como os Resultados dos Estudos que o CESA encomendou à Fundação Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores sobre a Demografia e Recursos Humanos nos Açores

Proveniência: Gualter Furtado, Representante da Região Autónoma dos Açores no CESA

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30;

Assunto: Correio eletrónico com a designação dos Vice-Presidentes do Conselho Económico e Social dos Açores e que passarão a integrar a Comissão Coordenadora do Conselho, a saber: António Bento Barcelos, em representação das Outras Organizações e Entidades com representação no CESA; Jorge Rita, em representação das Organizações Empresariais dos Empregadores; Artur Lima em representação do Governo Regional dos Açores e Francisco Pimentel, em representação dos Trabalhadores

Proveniência: Gualter Furtado, Representante da Região Autónoma dos Açores no CESA

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30;

Assunto: Ofício ref.^a 51660428 do Departamento de Investigação e Ação Penal – 1.^a Secção de Ponta Delgada a solicitar que a ALRAA informe aqueles serviços se o Senhor Deputado José Eduardo da Cunha Pacheco, exerce o mandato de Deputado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e, em caso afirmativo, qual a data em que se prevê o término do mandato

Proveniência: Luís Miguel Garcia, Procurador da República

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato/Substituição temporária por motivo relevante, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 30 de junho de 2021, inclusive e por um período de 30 dias

Proveniência: Mário Tomé, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII (PAN) – “Regime jurídico de transporte marítimo de animais na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 07 – 07;

Assunto: Envio para conhecimento da Resolução - Resolve aprovar o texto comum de revisão à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Proveniência: Maria Georgina Jardim Nunes, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 40/XII (PSD) – “Captação de água para a agropecuária na freguesia da Lomba de São Pedro”

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 07 – 09.

13- Relatórios:

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 07 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Transpõe a Diretiva \(UE\) 2019/904, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente, e que altera as regras relativas aos produtos de plástico nos pontos de venda de pão, frutas e legumes - MAAC - \(Reg. DL 947/XXII/2021\) - Audição n.º 25/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 06 – 22;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Proíbe a colocação no mercado de determinados produtos cosméticos e detergentes que contenham microesferas de plástico - MAAC - \(Reg. DL 1017/XXII/2021\) - Audição n.º 28/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Marco José Freitas da Costa](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 07 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII \(PSD/PS/CDS-PP/CH/PPM/IL/PAN\) - Zona da Ponta da Fajã Grande, no Concelho das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08;

Assunto: [Sobre a Petição 46/XI - Contra a construção de um túnel de apoio ao miradouro da lagoa do fogo e controlo de acesso ao miradouro e caldeira](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 2/XII \(MESA\) – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 07 – 12;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 51/20.9T8SCF](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 07 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o regime da revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços – MIH” - \(Reg. DL 771/XXII/2021\) - Audição 27/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 06 – 28;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII \(PS\) – Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 873/XIV\(PSD\) – Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira - n.º 75/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 06 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 49/XII \(BE\) – Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Portaria que – Procede à primeira alteração à Portaria n.º 358/2019, de 8 de outubro, alargando o seu âmbito a outras comunicações por via eletrónica entre o agente de execução ou os tribunais judiciais e a Segurança Social, o Fundo de Garantia Salarial e a Caixa Geral de Aposentações – Audição 29/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 06 – 21;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Executa na ordem jurídica interna o Regulamento \(UE\) 2021/953, relativo ao Certificado Digital COVID da UE – PCM” - Reg. DL 1074/XXII/2021 - Audição 31/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII \(PSD/CDS-PP/PPM\) – Regime de concessão de bolsa de estudos para a frequência de mestrado na área da formação de professores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 2/XII \(PSD/CDS-PP/PPM\) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01;

Assunto: [Sobre a Anteposta de Lei n.º 3/XII \(BE\) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 01;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Aprova o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico – MEDU” - Reg. DL 1041/XXII/2021 - Audição 30/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 1295/XIV \(PS\) que - Recomenda ao Governo que promova a articulação e cooperação necessárias entre as Regiões Autónomas e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. visando menos custos de financiamento das Regiões Autónomas- Audição 72/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 06 – 23;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece normas de operação e o regime sancionatório aplicável às aeronaves não tripuladas – MIH” - Reg. DL 667/XXII/2020 - Audição 26/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 06 – 28;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 1319/XIV \(PSD\) que - Recomenda ao Governo que defina a possibilidade de as necessidades de financiamento das Regiões Autónomas serem satisfeitas através de empréstimos diretos do Estado concretizados através de recurso, pelas Regiões Autónomas, aos préstimos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. - Audição 74/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 06 – 30;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII \(IL\) – Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 07 – 07;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 44/XII \(PS\) – Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas para o relançamento económico do setor do leite e laticínios](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 57/XII \(PSD\) – Investimento e capacitação para uma agricultura sustentável](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 19/XI \(Governo\) – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2019](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 07 – 08.

14- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 24, 25, 26 e 27 e a Separata 9.

Os redatores: André Silva, Ana Machado e Conceição Branco